

21

A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 552

BRASIL

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

I — Bases Filosóficas

— Guerra Moderna, Técnica e Surpresa (Cont.) — Maj Amerino Raposo Filho

II — Guerra Revolucionária

— Ensaio sobre a Guerra (Trad.) — Ten-Cel Moacyr Potyguara

GEOGRAFIA

I — A América Latina em face do desenvolvimento mundial — Gen Edmundo Macedo Soares e Silva

II — Aspectos da Indústria do Petróleo na América do Sul — Ten-Cel Horácio Lemos

HISTÓRIA

I — Várzea do Plutarco — Gen João Pereira de Oliveira

II — O dedo Comunista no Amazonas em 1930 — Cel Osmar Pacheco Dillon

CIÊNCIA E TÉCNICA

I — Também as Armas Químicas e Biológicas nos ameaçam — Asp Salgueiro

ASSUNTOS DIVERSOS

Democracia versus Comunismo

2ª Parte — Liberdade e Comunismo





ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — FORÇAS ARMADAS DOS EUA PARA 1961

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Revistas e jornais americanos publicaram, recentemente, o orçamento para o próximo ano financeiro que terá início a 1 de julho de 1961. O total das despesas permanece, como no ano anterior, perto dos 41 bilhões de dólares, mas, como o preço das armas e do material está em constante elevação, mesmo nos EUA, haverá cortes de substancial valor não só em material como em pessoal. Vejamos as informações mais interessantes, que nos dá a imprensa:

EXERCITO — Das três Forças Armadas o Exército é o único que não perderá pessoal. Suas atuais Divisões de Combate continuarão na mesma quantidade e com efetivos idênticos. Todavia o programa de novas armas para o Exército será um pouco reduzido.

MARINHA — Os homens do mar terão seus efetivos reduzidos em alguns milhares e nada menos que 831 navios serão retirados da ativa.

A Marinha perderá sua oportunidade em construir o segundo navio-aeródromo atômico, mas em compensação irá ter mais um navio-aeródromo convencional que custará 2/3 do preço do atômico. A autorização para a construção de 26 submarinos atômicos continua de pé.

A construção de novos navios de guerra foi bem reduzida, para que os meios sejam concentrados na construção de submarinos atômicos, 16 dos quais levarão POLARIS, e nas fragatas de novo tipo, armadas com mísseis guiados. Há indicação que esse programa será ampliado com a conversão de, no mínimo, 12 dos atuais cruzadores, em navios portadores de mísseis.

Os Fuzileiros Navais manterão suas três Divisões de soldados e seus três Grupos de Aviação, porém terão seu efetivo reduzido para 175.000 homens com um corte, portanto, de 25.000 fuzileiros.

AERONAUTICA — A Força Aérea, que passará a depender mais dos mísseis, perderá entre 10 a 20 de seus grupos de aviões e, pelo menos, 20.000 homens. No mínimo, três bases situadas no interior dos EUA ficarão sem efetivo e as unidades de B-47 serão encostadas. Os projetos de novos tipos de aviões serão reduzidos ao mínimo.

Para os aviões a jato estão previstos grandes cortes. A produção dos B-52 terminará depois que o 700º estiver pronto e o B-70 e o B-53 terão sua produção suspensa até deliberação ulterior.

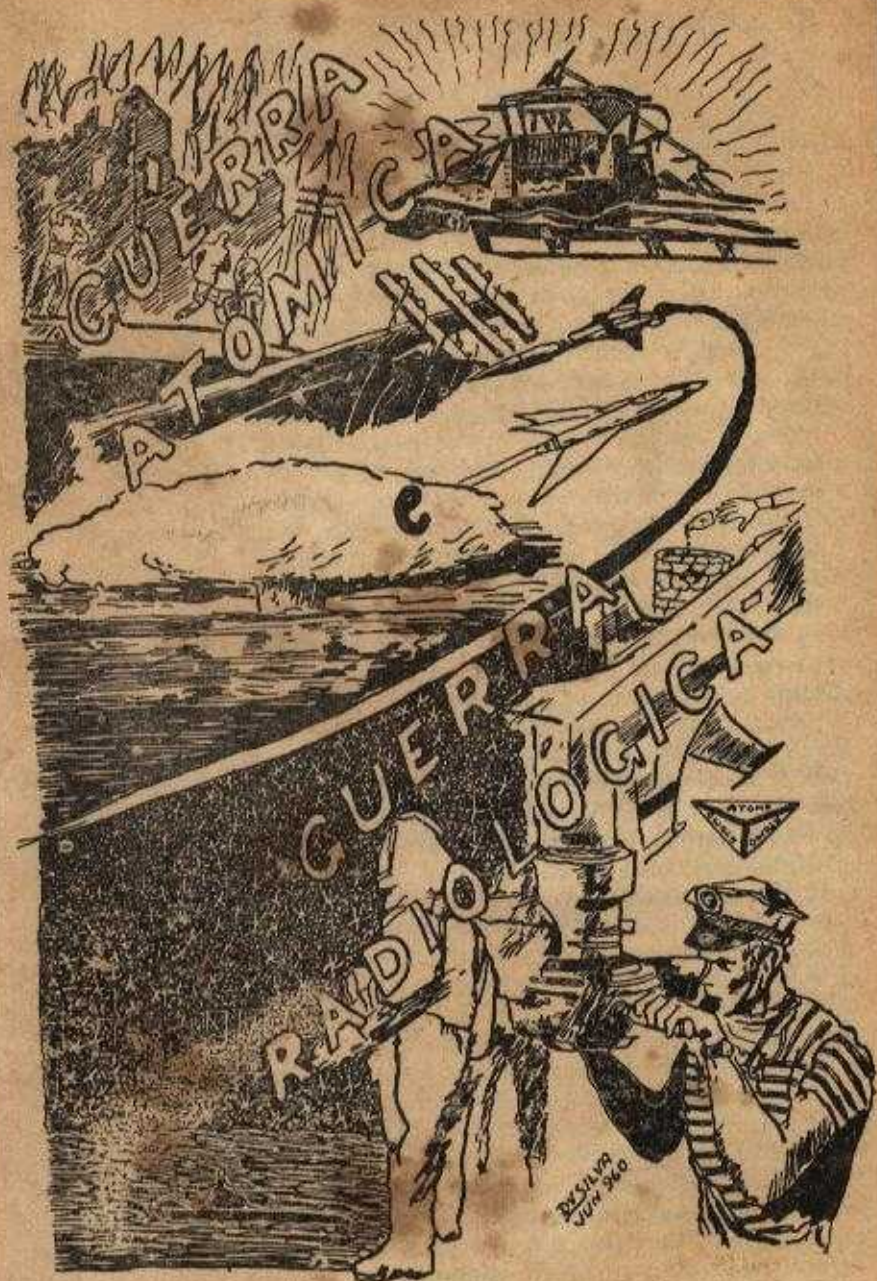
O programa de novos interceptadores a jato será interrompido. Tudo leva a crer que o número de aviões da Força Aérea diminuirá, grandemente, em 1961.

MISSEIS — O orçamento prevê maiores despesas no campo dos mísseis. Os ATLAS da Força Aérea, que se tornaram operacionais, recentemente, serão, pela primeira vez, comprados em quantidade. Os POLARIS da Marinha, serão produzidos em quantidade logo após os ATLAS do Exército; os mísseis antimísseis NIKE-ZEUS terão maiores verbas embora seu custo vá aumentar, no próximo ano. Os LACROSEE e os SERGEANT, mísseis também do Exército, serão produzidos em grande quantidade. Haverá, no entanto, redução nos THOR, enquanto que os BOMAR-B e os TITAN estão ameaçados de cancelamento. Os demais modelos serão reduzidos para evitar duplicidade e superposição de emprego.

PESSOAL — Os cortes em pessoal serão relativamente pequenos. Cerca de 30.000 homens num total de 2.500.000 militares, representando uma economia de 5.000 dólares por homem, por ano.

INDUSTRIA — Em geral os programas de equipamento militar e de instalações fabris permanecerão no nível atual, ou talvez um pouco mais acima. Os suprimentos individuais continuarão a ser comprados na proporção atual. A principal alteração durante o ano de 1961 consistirá em despesas com armas de novo tipo, enquanto se reduzirão os gastos com aviões e armas convencionais.

Todas estas alterações foram feitas pelo Congresso. Raramente esta casa altera os orçamentos apresentados pelo Executivo. Cada Força Armada pretende defender no Congresso os seus pontos de vista, a fim de, em orçamentos futuros, obter uma parcela maior.



II — GUERRA ATÔMICA E GUERRA RADIOLOGICA

Cap. Art. DIOGENES VIEIRA SILVA

Desde que, com a destruição de Hiroshima e Nagasaki, surgiu a energia nuclear como mais uma arma de guerra — com efeitos além de toda expectativa — a possibilidade provável de uma guerra atômica se estendeu ameaçadoramente por sobre o mundo qual fantasma a inquietar os estadistas, com a eventualidade da destruição total da civilização. Os autores de "science-fiction" utilizam o tema, mas, geralmente, encontrando uma solução científica para o problema surgido com o desencadeamento da guerra atômica. Exceção à regra é "*On the Beach*", em que a destruição do homem é completa sobre a face da terra, trazendo-nos ao fim de sua leitura uma sensação indefinida de vazio e angústia, talvez daí resultando a razão do grande sucesso obtido. (1)

Poucas, porém, são as obras de ficção filiadas ao tema da guerra atômica que se libertaram da explosão de bombas atômicas, fixando-se apenas nos efeitos radiológicos dessa arma. Em uma delas, um submarino russo, aproximando-se, na calada da noite, do porto de New York, e aproveitando-se das favoráveis correntes aéreas, lança sobre os Estados Unidos uma neblina radioativa que leva o pânico e a mortandade ao país. Esse aspecto particular da utilização da energia atômica como arma de guerra, se bem que pouco comentado pela imprensa e mesmo pouco ventilado nas discussões de desarmamento, não tem sido, porém, olvidado pelos técnicos militares e civis.

Assim é que, ao falarmos em Guerra QBR, colocamos como a terceira na trilogia, a Guerra levada a cabo apenas com Agentes Radiológicos, sem considerar explosões de bombas atômicas. O Corpo Químico pode ser chamado a colaborar, ofensiva ou defensivamente, no caso de um ataque nuclear, tendo em vista sua especialização em um dos setores de efeitos resultantes de tal ataque: a contaminação radioativa. No entanto, seu treinamento específico é para a Guerra Radiológica, da qual é excluída a explosão. Como os técnicos QBR afirmam, é uma guerra silenciosa e limpa, em que não existem barulhos nem sujeiras resultantes de explosões. O próprio FM 3-8 (Chemical Corps Reference Handbook) no seu glossário de termos técnicos, não faz referência à Guerra Atômica, definindo apenas a Guerra Radiológica da seguinte forma: "*táticas e técnicas de conduzir a guerra com o uso de materiais radioativos ou por meio de métodos dos quais resulte a produção de radioatividade*".

Procuraremos, não nos alongando demasiadamente, encarar a Guerra Radiológica, sob os aspectos de sua finalidade, características e produção dos Agentes Radiológicos, bem como problemas relacionados com a estocagem e disseminação dos mesmos, concluindo com rápidas considerações sobre as vantagens e desvantagens do seu emprego. Mas, antes, vejamos como ela se originou da Guerra Atômica.

(1) Livro de Nevil Shute, publicado em português sob o título "A hora Final", e já filmado por Stanley Kramer, reunindo em seu elenco Gregory Peck (como Dwight Tower, Com. do submarino atômico Scorpion), Ava Gardner, Anthony Perkins e Fred Astaire.

I — GUERRA ATÔMICA

"E o primeiro anjo tocou a sua trombeta, e houve saraiva, e fogo misturado com sangue, e foram lançados na terra, que foi queimada na sua terça parte; queimou-se a terça parte das árvores, e toda a herba verde foi queimada." (Apocalipse de São João, Cap. 8 Versículo 7)

Parte da profecia acima transcrita, durante muito tempo foi considerada como fantasia, ou texto necessitado de interpretação, por se julgar impossível tal destruição, porém, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, os habitantes de Hiroshima e Nagasaki presenciaram a realização do texto bíblico. A partir desse momento, o mundo passou a viver temeroso de um novo conflito em que se fizesse uso intensivo de tal poder destruidor, atualmente muito mais ampliado, pois as mais modernas bombas apresentam sua potência expressa em Megatons, enquanto aquelas lançadas sobre as duas cidades japonesas correspondiam apenas a 20 Quilotons (cada quiloton equivalendo a mil toneladas de TNT, e um megaton correspondendo a mil quilotons). No entanto, o novo efeito causador de baixas surgido naquela oportunidade, foi o menos fatal de todos, sendo o maior número de vítimas causado pelos efeitos tradicionais dos antigos explosivos (sopro e calor), muito ampliados nas explosões atômicas.

1. *Efeitos da Bomba Atômica:*

Muitas experiências têm sido realizadas pelos norte-americanos, procurando estudar detidamente os vários efeitos produzidos na explosão de uma bomba atômica. Por ocasião da explosão da 35ª bomba atômica, no polígono de provas de Yucca Flat (Nevada), colocaram o engenho no alto de uma torre metálica de 90 metros de altura, e em torno da mesma dispuseram: vários tipos de veículos civis e militares, a 800 metros; duas casas, do estilo norte-americano, pre-fabricadas, com o seu interior completamente mobiliado, e "habitado" com bonecos de cera e manequins nas várias atitudes que poderiam ser tomadas pelos reais habitantes dessas residências, tudo variando de um quilômetro a dois mil e quatrocentos metros; finalmente, mais de mil soldados das Forças Armadas, protegidos em trincheiras de 1,5 m de profundidade, distanciados 3.500 metros do ponto zero. Após a explosão foram realizados estudos sobre os efeitos dessa explosão, tirando-se conclusões do que aconteceria caso a mesma tivesse se produzido em uma pequena cidade realmente habitada.

Mas, quem pôde sofrer realmente os efeitos reais da explosão atômica foram os habitantes das duas cidades japonesas que sofreram seus efeitos, os quais foram estudados imediatamente, não apenas pelos próprios japoneses, como também pelos técnicos americanos. O relatório apresentado a respeito pela Comissão de Energia Atômica ainda é válido sob a maior parte de suas conclusões.

Os vários efeitos estudados foram classificados nas três espécies seguintes:

- efeitos mecânicos, devidos ao sôpro,
- efeitos térmicos, devidos ao calor, e
- efeitos radiológicos, devidos às radiações.

Muitas das vítimas estudadas, sofreram mais de um dos efeitos acima. Como exemplo, um individuo que tenha morrido em consequência do desabamento de um prédio, tendo sido carbonizado depois de morto, teria morrido da mesma forma se nada tivesse sofrido desses dois efeitos, pois pela proximidade em que estava do ponto zero, teria fatalmente recebido uma dose letal de radiações.

(a) *Efeitos mecânicos:*

Pouco tempo depois das explosões atômicas sobre o Japão, formou-se, dentre alguns cronistas militares, o conceito chamado A-B-C, isto é, de que apenas um Avião, transportando somente uma Bomba Atômica, estaria apto a destruir uma Cidade. Essa idéia se originou, provavelmente, dos apocalípticos efeitos mecânicos observados em Hiroshima e Nagasaki. Ao considerarmos os efeitos observados nessas duas cidades, não podemos nos esquecer de que, em outras, poderão êes se apresentar sensivelmente modificados, pois o maior ou menor raio de danos irá depender de muitos fatores, dentre os quais devemos citar: tipo de construção das edificações, topografia do local bombardeado, forma do objetivo, e finalmente altitude da explosão.

Em linhas gerais, sobre material, os efeitos podem ser classificados conforme a distância do ponto zero, em:

— até um raio de 1600 metros: a partir de um ponto no solo exatamente abaixo do ponto de explosão até uma distância de 800 metros, praticamente ficou tudo arrasado, inclusive tendo desabado os abrigos anti-aéreos recobertos de terra, existentes sob o ponto de detonação. De 800 metros até 1600 metros, apenas resistiram as construções de concreto com reforço de aço, assim mesmo tendo seus interiores completamente devastados, desabando os tetos e as paredes, tendo sido arrancadas as janelas, as portas, peitoris e portais. Assim, os danos variaram de destruição completa até danos muito pesados.

— entre 1600 e 2400 metros de raio: a essa distância, praticamente todas as residências foram destruídas, resistindo os edifícios de concreto e aço, bem como outros menos resistentes, porém que estivessem protegidos pela existência de construções mais pesadas entre êles e o ponto de detonação da bomba. Os danos nesta zona variaram de pesados a muito pesados.

— entre 2400 e 4000 metros: nessa distância, os edifícios de alvenaria pouco sofreram, sendo que com os de concreto e aço praticamente nada ocorreu. Apenas as construções de madeira, bem como as instalações industriais de fraca construção foram danificadas pelo sôpro. A

devastação foi quase toda devida ao incêndio que lavrou a seguir. Os danos podem ser classificados como de moderados a pesados.

— Além de 4000 metros: poucos edifícios desabaram, tendo sido também pequenos os danos causados aos tetos. A maioria das residências ainda sofreram danos leves até 8 km do ponto zero, havendo considerável destruição de janelas até um raio de 11 a 13 km, podendo ser observados danos eventuais até 16 km da explosão. São classificados como leves a moderados os danos causados além de 4 km.

Mas, já sobre pessoal, outras considerações devem ser feitas, havendo uma diferença essencial entre o bombardeio executado com bombas convencionais e aquele levado a cabo por uma bomba atômica. Essa diferença essencial é o fator tempo. Em um ataque convencional, a duração é de muitos minutos, e a destruição se faz progressivamente, havendo tempo para que as vítimas procurem abrigo ou proteção, no espaço de tempo que decorre entre a primeira explosão e o término do ataque. Em uma explosão atômica, porém, a explosão é uma apenas, e uma grande área é atingida simultaneamente, ocorrendo todos os danos nos edifícios praticamente ao mesmo tempo, eliminando as possibilidades de procura de proteção por parte dos habitantes da região atingida.

Sobre pessoal, os efeitos mecânicos são aqueles ocasionados pela própria força da explosão, seja direta, seja indiretamente. Assim, poderemos encontrar *lesões diretas*, causadas pela pressão desenvolvida pela explosão da bomba, e também *lesões indiretas*, motivadas por desabamentos, estilhaços de vidro e pedaços diversos de madeira, pedra e outros materiais, movimentados pela explosão. As primeiras, as diretas, são também ditas por efeito de sopro, enquanto as segundas, as indiretas, são as propriamente chamadas de *mecânicas*.

— Lesões diretas: apesar das descrições exageradas, principalmente encontradas na imprensa diária, que buscava o sensacionalismo, em que eram relatadas saídas de globos oculares das cavidades orbitárias bem como ruptura dos intestinos e dos abdômens, nada se pode encontrar nos relatórios oficiais das autoridades médicas, principalmente daqueles poucos médicos japoneses que, estando nas cidades atacadas, puderam prestar algum socorro aos seus semelhantes. As autópsias nas vítimas, também pouco esclarecimento vieram trazer, pois a maioria dos mortos encontrados nas proximidades do ponto de explosão, sofreu efeitos também de desabamento, ou foi incinerada pelos incêndios que lavraram logo em seguida. Julgam esses médicos que os efeitos diretos da onda explosiva não são grandes, sendo semelhantes aos das outras explosões convencionais, apenas com maior intensidade. Pode ser observada compressão das vísceras, principalmente vísceras ócas, com ruptura de algumas paredes viscerais, dependendo da maior ou menor elasticidade dos tecidos. Também os casos sanguíneos podem se romper, ocasionando hemorragias por ruptura das paredes vasculares. Quanto ao tórax, os efeitos são semelhantes aos que já tinham sido constatados por efeito de explosões nos maciços raides de bombardeio da II Grande Guerra:

rupturas vasculares ao nível da pleura, deslocamentos pleurais também, com suas conseqüentes hemorragias e pneumotorax. Julgam os médicos que a fase negativa da onda explosiva poderá ainda ocasionar danos maiores do que a fase positiva, causando praticamente a aspiração do ar do sistema bronco-alveolar, podendo levar à morte por insuficiência respiratória. No entanto, como já referimos, difícil para os técnicos chegar a conclusões definitivas quanto a essas lesões diretas, pelo fato de as vítimas terem sofrido danos outros que não permitiram o estudo isolado daqueles realmente devidos ao sopro.

— lesões indiretas: as lesões indiretas, isto é, aquelas causadas por meios mecânicos indiretos, são as mais importantes de todas, e às quais se deve o maior número de vítimas. Os cálculos são de que entre 600 e 1500 metros do ponto zero, é de aproximadamente 90% a incidência dessas lesões. A instantaneidade da destruição, atingindo uma vasta área ao mesmo tempo, e provocando simultaneamente o desabamento de inúmeros edifícios, além da movimentação de fragmentos e partículas dos mais diversos materiais, especialmente vidros, é a principal causa do avultado número de vítimas. Só além de 3500 metros é que a incidência desse tipo de lesão começa a decalr; no entanto, mesmo a 5 km, ainda foram encontradas vítimas de lesões mecânicas, se bem que em casos não fatais. Os indivíduos que se encontravam no interior de edifícios de construção pesada foram mais atingidos do que os que se encontravam no interior das construções leves, do tipo japonês. Isso em virtude do maior número de vidros existentes nos prédios de concreto, com o que era maior o número de partículas móveis, e conseqüentemente, de lacerações. Mas, precisar o número exato de vítimas é praticamente impossível, e tais dados são apenas estimativos, pois em ambas as cidades, durante mais de meia hora após a explosão, a violência dos incêndios e a desorganização implantada pela surpresa do acontecido, impediram qualquer socorro organizado.

Mas, em um ponto, os relatórios são concordes: o maior número de vítimas, tanto em Hiroshima quanto em Nagasaki, foi devido aos efeitos mecânicos da explosão, calculando-se em aproximadamente 50 a 60% do número total de baixas.

(b) Efeitos térmicos:

Com a explosão atômica é emitido, instantaneamente como radiação térmica, o chamado *relâmpago abrasador* que, segundo os relatórios médicos ocasionou, provavelmente, 20 a 30% dos casos fatais de queimaduras em Hiroshima e Nagasaki. Essas queimaduras são chamadas do tipo "clarão", devidas à ação direta da energia radiante, e foram observadas até a uma distância de 2300 metros do ponto zero em Hiroshima e até quatro mil metros em Nagasaki. Outras vítimas por efeito do calor são as de queimaduras do tipo comum, que em ambas as cidades foram raras. Isso, porque até que os incêndios se propagassem, houve tempo para que os sobreviventes escapassem, sendo queimados aqueles que já

não podiam fugir, por terem sido vitimados pelos efeitos mecânicos. Assim, teremos de considerar como importantes apenas os efeitos térmicos causadores das queimaduras do tipo "clarão".

Essa energia radiante da explosão atômica libera raios ultra-violeta, luz visível e infra-vermelho, no entanto, nenhuma delas apresenta grande poder de penetração, podendo qualquer anteparo sólido, a partir de uma certa distância, servir de proteção eficiente. Mas, a uma distância de 200 metros do ponto zero, indivíduos foram volatilizados pela onda de calor, desaparecendo totalmente, ficando apenas, no lugar onde se encontravam, a marca de seus corpos. São conhecidas duas fotografias divulgadas pela CEA (2): a primeira provavelmente documenta a existência de dois japoneses conversando, no momento da explosão, um sentado em uma escada, e o outro encostado no pilar. Apenas a marca dos seus corpos ficou gravada, como sombra, na escada. A outra é de uma escada encostada em uma parede, na qual se nota a sombra da escada e de uma vítima que deveria se achar em pé ao seu lado.

A energia radiante, causadora das queimaduras, parece ter sido de extrema intensidade, porém, de curta duração. Além disso, só as superfícies diretamente expostas foram por ela afetadas, sendo que as roupas, fôlha, etc., serviam de proteção, com isso ocasionando as queimaduras chamadas de *silhueta*, ou segundo outros autores, dos *perfis queimados*. Uma senhora apresentava queimaduras na pele em zonas pretas alternadas com outras brancas. Isso se deveu ao fato de se achar vestindo, no momento da explosão, um quimono de faixas brancas e escuras. Estas últimas absorveram calor, atingindo temperatura elevadíssima, queimando a pele. As zonas claras refletiram o calor, evitando que as queimaduras fossem intensas. Por outro lado, nas partes do corpo em que havia um cinto, ou em que a roupa estivesse mais justa, ocasionando contacto direto da roupa com o corpo, a queimadura foi mais intensa, pois a transmissão do calor da roupa para a pele foi direta. Nas partes em que a roupa estava folgada, a queimadura foi menos intensa, pois não houve transmissão direta de calor, servindo de proteção a camada de ar existente entre o tecido e a pele.

Em ambas as cidades, poucas foram as lesões oculares devidas à radiação térmica, tendo sido observadas somente algumas queimaduras das pálpebras. As vítimas que se achavam olhando diretamente para o local da explosão, perderam temporariamente a visão, porém, essa cegueira temporária é comum a qualquer outra explosão, tendo em vista o bloqueio da pupila retiniana, ficando a retina afetada pelas radiações infravermelha e ultravioleta. Todas as vítimas, porém, se restabeleceram completamente, sendo possível que as sobranceiras e o movimento reflexo das pálpebras tenham influído para o limitado número de casos motivados por tal tipo de lesões.

(2) CEA: Comissão de Energia Atômica (Estados Unidos).

Foram observadas também alterações de pigmentação nas vítimas, sendo que em 1952, a situação não se tinha alterado. Explicam alguns que o fenômeno foi ocasionado pelo efeito estimulante exercido pelas radiações ultravioletas sobre as células pigmentares. Em torno da região da pele em que a pigmentação ficou mais acentuada, apareceu geralmente um limite nítido, em que a coloração da pele ficou mais clara que o normal. Explica-se tal fato ainda pela ação dos raios ultravioleta que, estimulando as células pigmentares, provocam seu deslocamento para a zona de maior pigmentação.

Além disso, entre os feridos e queimados, foi observada uma anomalia de cicatrização, conhecida com o nome de *quelóide*. Essas cicatrizes são grandes e em relevo, apresentando superfícies brilhantes, inflamadas e azuladas. Sua consistência é relativamente mole, apresentando comichão ou latejamento doloroso. As explicações são contraditórias para tal fato, sendo as mais constantes, as de falta de tratamento apropriado, estado de desnutrição das vítimas, e tendência das raças da cõr para a aparição de quelóide. Os Estados Unidos mantêm uma comissão no Japão que ainda estuda as vítimas, desde 1945, sendo que se observou o desaparecimento dos quelóides em 25% dos casos, havendo melhoria das cicatrizes em 90%. Várias japonesas foram, há alguns anos, levadas para os Estados Unidos para operações plásticas, visando remover as cicatrizes queloidianas que apresentavam nos rostos.

(c) *Efeitos radiológicos:*

No que a explosão atômica diferiu qualitativamente das demais explosões convencionais foi nesta terceira série de efeitos que são seus característicos. Calculam os relatórios que aproximadamente 10% dos casos fatais, em Hiroshima e Nagasaki, podem ser atribuídos às radiações. Nós sempre tivemos contacto com radiações e seus efeitos, seja sob a forma dos raios cósmicos que bombardeiam a terra permanentemente, seja sob a forma dos raios X empregados em exames médicos. Seus efeitos prejudiciais são conhecidos há muito tempo. No entanto, efeitos vastos e em guerra, fizeram seu aparecimento apenas em 1945 com o lançamento das duas bombas sobre o Japão. Apesar de terem causado o maior número de vítimas, foram os que mais ceceuma levantaram, não apenas pela sua mais nova utilização, como arma de guerra, como também pela insidiosidade dos seus efeitos, causando, não apenas uma nova doença — que ficou conhecida como *doença da radiação* — como também pela dificuldade de identificação das vítimas, o que só se realizava com o aparecimento dos primeiros sintomas da doença, e pela impossibilidade de mensurar a dose da contaminação.

O indivíduo pode ser afetado pelas radiações, no caso da explosão atômica, sob duas formas: externa e interna.

— *externas* em tal caso, a fonte de radiação se acha fora do organismo, devendo a radiação atravessar a pele para produzir efeitos. Assim

sendo, as partículas alfa e beta pouca importância apresentam, por terem reduzido poder de penetração. As mais perigosas radiações são os raios gama e os neutrons, sendo que o raio de ação dos primeiros foi de aproximadamente 2000 metros, enquanto o dos segundos foi da ordem de 1000 metros. Podemos evitar os efeitos da radiação sob a forma externa, de três maneiras distintas: removendo a fonte emissora de radiações, afastando o indivíduo das proximidades da fonte, ou, finalmente, interpondo, entre o indivíduo e a fonte, um elemento protetor, que sirva de blindagem.

— interna: neste caso, a fonte de radiação será encontrada no interior do organismo, onde foi ter, com os alimentos, pela respiração, pelo fumar, ou ainda, por feridas existentes no corpo da vítima. A fonte de radiação estando no interior do organismo, qualquer tipo de radiação terá grande importância, não existindo ainda meios seguros para a destruição, neutralização ou eliminação dessa fonte de radiação que, enquanto não perder seu poder, pela decadência natural, continuará contaminando o organismo. Ainda, conforme o produto de desintegração ou o elemento radioativo que tenha penetrado no organismo, apresentará uma tendência para se encaminhar para os ossos ou certos órgãos específicos, causando efeitos fatais.

2. Desenvolvimento da Arma Atômica:

Depois de obtida a paz com as duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão, os preparativos para nova guerra começaram, com as experiências levadas a cabo pelos Estados Unidos, no atol de Bikini, no Oceano Pacífico, conhecidas sob o nome de Operação Encruzilhada (*Operation Grossroads*, dirigida pelo vice-almirante W. H. P. Blandy, chefe da Seção de Armas Especiais da Marinha Americana.

A primeira explosão conhecida como "Test Able" teve lugar a 1º de julho de 1946, às 9 horas da manhã, ocorrendo a 300 metros acima do nível do mar, entre o porta-aviões "Independance" e o cruzador "Sakawa", dois dos 77 navios colocados na laguna, para estudar os efeitos de uma bomba atômica sobre uma esquadra. A segunda explosão, chamada "Test Baker", ocorreu a 25 de julho do mesmo ano, sendo submarina, a pequena profundidade, isto é, sob condições inteiramente novas, tendo sido a bomba alojada no interior de um caixão de cimento-armado colocado a uma dezena de metros sob um navio de desembarque, o LSM-60.

A essas se seguiram outras explosões experimentais, na ilha de Eniwetock, no arquipélago das Marshall, ainda no Pacífico, bem como no Campo de Provas de Yucca Flat, em Nevada (USA). A 17 de março de 1953, neste Campo de Provas, foi experimentada a 35ª bomba depois de Hiroshima, e até o presente continuam as experiências.

O que foi durante algum tempo monopólio norte-americano, cedo passou a pertencer também ao campo adversário, pois a 23 de setembro

de 1949, Truman, então presidente dos Estados Unidos, comunicou que ocorrera na URSS uma explosão atômica, a 14 de julho do mesmo ano.

A Rússia se seguiu a Inglaterra que, no dia 3 de outubro de 1952, fez explodir sua primeira bomba atômica nas ilhas de Monte Belo, a noroeste da Austrália, tendo a prova como objetivo estudar os efeitos de uma explosão atômica em um porto. Finalmente, neste ano de 1960, também a França ingressou no Clube Atômico, fazendo explodir sua primeira bomba atômica no Deserto de Sahara.

(1) *A bomba de hidrogênio:*

As bombas atômicas utilizam a energia produzida ao desintegrar-se o átomo, o que é chamado de *fissão*, e o poder das mesmas foi num crescendo constante, à medida que se sucediam as experiências. Mas, a ambição de cada vez conseguir maior poder destruidor, levaria os cientistas a usar até então tremenda bomba atômica, não mais como um engenho de destruição, mas apenas como espoleta capaz de provocar a explosão de uma bomba muitas e muitas vezes mais potente.

Não mais utilizando o mais pesado dos elementos conhecidos na terra, o urânio, básico na bomba atômica, mas sim o mais leve de todos, o *hidrogênio*, foi construída então a bomba de hidrogênio, em que, em vez da *fissão*, se realiza a *fusão*, com uma reação chamada *termonuclear* que, para se realizar, necessita temperaturas tão elevadas que até então só poderiam ser encontradas no Sol. Para a obtenção dessas temperaturas na Terra, é que se faz necessária a explosão de uma bomba atômica como espoleta, pois elas são obtidas apenas com a *fissão* do urânio e do plutônio.

Utilizando os núcleos dos isótopos do hidrogênio, de peso 2 (deutério) e 3 (trítio), durante a fusão, o átomo de hidrogênio se transforma em um elemento mais pesado, o hélio. Este elemento, tendo no seu núcleo dois prótons e dois nêutrons, faz com que sobre um nêutron que, ao libertar-se, produz energia várias vezes superior àquela obtida na *fissão* do átomo de urânio.

Em 1946 tiveram início nos Estados Unidos os estudos para a construção da Bomba H, e já a 1º de março de 1954 explodia em Bikini a primeira dessas bombas, cujo poder foi considerado como de 15 Megatons, ou de 750 vezes o poder da bomba atômica que destruiu Hiroshima.

Já em agosto de 1953 a Rússia fez explodir também sua Bomba H, e a ela se seguiu a Inglaterra que, em 1957, fez explodir 3 bombas H nas ilhas Christmas, no Pacífico.

Em fevereiro de 1955 a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos publicou um relatório sobre a explosão de 1º de março de 1954, e por ele se depreende que os resultados superaram as estimativas mais otimistas. Além do tremendo poder explosivo, com seus conseqüentes efeitos térmicos e mecânicos, os efeitos radiológicos são muito aumen-

tados, pois a Bomba H produz grande quantidade de materiais de fissão, originados do urânio e do plutônio existentes na sua espoleta: uma bomba atômica. O fluxo de neutrons produz ainda muitos rádio-elementos das rochas e de outros materiais, quando a bomba explode próximo ao solo, sendo que o mais importante de todos, encontrado quando da queda da nuvem, de volta ao solo, foi o estrôncio 90, semelhante ao cálcio, e com tendência a se fixar nos ossos, quando introduzido no organismo. Outros neutrons, sendo absorvidos pelos núcleos de nitrogênio do ar, produzem o carbono 14 radioativo, que se desintegra muito lentamente, com um período de cerca de 5000 anos, porém, com radioatividade muito fraca.

A 31 de abril de 1954, as chuvas que caíram em Massachussets, se apresentaram radioativas, como consequência da explosão dessa Bomba H de 1º de março, e nelas foi encontrada grande quantidade do carbono 14, além do estrôncio 90 que dentro de pouco tempo contaminou toda a atmosfera terrestre, conforme mapas levantados pelo Laboratório de Saúde e Segurança da Comissão de Energia Atômica.

Vemos assim, que todos três efeitos encontrados na Bomba A foram tremendamente aumentados com a obtenção da Bomba H.

(2) A bomba "limpa":

O problema surgido com a contaminação de toda atmosfera terrestre, como consequência da explosão da Bomba H, fez com que os físicos voltassem sua atenção para um problema que os vinha preocupando já há muito tempo: a destruição causada pelas novas bombas pouca valia apresentava, pois a contaminação do local em que a mesma tinha lugar, impedia a conquista e posse do terreno.

Muitas referências começaram a surgir com relação às "clean bombs", até que o próprio presidente Eisenhower, em discurso pronunciado em 1956, fez referência à possibilidade dos Estados Unidos fabricarem uma Bomba H, sem resíduos radioativos, apresentando além dos efeitos mecânicos e térmicos, apenas efeitos radiológicos imediatos, sem contaminação consequente. Ainda recentemente, a 24 de maio do corrente ano, voltou a imprensa mundial a fazer referências a "uma bomba de hidrogênio aperfeiçoada, que também teria a vantagem de deixar poucos resíduos radioativos na zona afetada, o que permitiria a pronta ocupação da mesma pelas tropas atacantes". (Telegrama de 23, de New York, transmitido pela UPI, e publicado no "Correio da Manhã" de 24 de maio de 1960). Essa bomba, segundo as referências da imprensa, seria a chamada "bomba de neutrons", porém, parece que se refere mais à chamada "bomba limpa", pois, como vimos anteriormente, é exatamente esse fluxo de neutrons da Bomba H que causa a maior contaminação, com a disseminação, de estrôncio 90 e carbono 14.

Pouco se sabe realmente, havendo mais conjecturas, se bem que a 28 de maio de 1957, Alvin Graves, diretor das provas em Nevada, tenha

declarado, perante a Comissão de Energia Atômica da Câmara dos Representantes, em Washington, ser, até aquele momento, impossível fabricar uma Bomba H que pudesse ser realmente chamada de *limpa*.

(3) Bombas táticas:

Se, como vimos, houve o encaminhamento das pesquisas no sentido de obter cada vez bombas mais possantes, por outro lado, os técnicos também se preocuparam em obter bombas menos poderosas. As de grande poder só poderiam servir com finalidades estratégicas, e desajavam êles dispor, também para uso tático, das imensas possibilidades oferecidas pela energia atômica.

Os estudos foram iniciados para se obter uma bomba, que não mais necessitasse da aviação para transportá-la, lançando-a sobre o inimigo, mas que pudesse ser utilizada no próprio campo de batalha. Desde janeiro de 1951 começaram as experiências no deserto de Nevada, e finalmente, nas manobras atômicas do exército norte-americano, iniciadas a 17 de março de 1953, com a utilização de 20 mil soldados do Exército e dos Fuzileiros Navais, interviu o Canhão Atômico, com 233 mm de calibre, e capaz de lançar um projétil a 36 quilômetros.

Poucos anos depois, vários Grupos de Artilharia destacados na Alemanha foram dotados do novo material, capaz de lançar, além da granada atômica, quatro outros tipos diferentes de granadas convencionais.

Mas, seu enorme peso (68 toneladas), a dificuldade de manêjo e o grande número de acidentes com êle ocorridos mesmo nas auto-estradas alemãs, parece que fizeram com que o Canhão Atômico fôsse considerado como um trambolho excessivamente incômodo.

Recentemente, acredita-se que as novas granadas atômicas para serem disparadas pelos materiais convencionais de 105 e 155 mm, vieram solucionar o problema das bombas táticas, e informações não confirmadas indicam que no campo soviético existem bombas atômicas táticas para morteiros, além das lançadas pela artilharia convencional. (3)

(Continua no próximo número)

(3) No mesmo dia em que foi concluído este trabalho, 19 de junho de 1960, "O Jornal" do Rio de Janeiro, publicava a notícia, ilustrada com duas fotografias, de que "Uma nova arma — o morteiro atômico — vem de ser revelada pelos Estados Unidos, cuja simplicidade de manêjo é impressionante. David Crockett é o seu nome de batismo e foi apresentado recentemente ao presidente Eisenhower e a um grupo de seiscentos oficiais no campo de Fort Benning. O morteiro entrará em produção regular ainda este ano".



Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

I — TREINAMENTO DO INFANTE-COMBATENTE

Cap Inf JOÃO MANOEL SIMCH BROCAO

"Neste artigo o autor focaliza as dificuldades com que se deparam os capitães de infantaria para pôr em execução a instrução programada, visando a formação do combatente.

Analisando tais dificuldades, o autor as situa, particularmente no problema de se criarem, em tempo de paz, condições que se assemelhem às do caso real da guerra. A criação de condições que permitam maior realismo para a formação do infante-combatente exige uma "montagem" adequada, só possível com a centralização do problema no escalão-regimento.

Essa ordem de idéias leva o autor a propor a organização em cada RI de uma AREA DE INSTRUÇÃO, nos moldes da que foi organizada pelo REsl.

Ten Cel HUGO ABREU
Coordenador

Os homens encarregados de empreender, anualmente, o treinamento do infante-combatente, enfrentam sérias dificuldades neste trabalho por sentirem incompleta a sua organização.

Vejamos algumas idéias, definamos bem os vocábulos utilizados e tentemos algumas conclusões.

No treinamento de um soldado de infantaria de baixa escolaridade e fraco nível mental, como normalmente acontece aos contingentes anuais incorporados na maioria das unidades do Exército Brasileiro, o principal problema que se apresenta ao treinador, é aquele representado pelas abstrações sob as quais deverá ser empreendido o trabalho.

Em artigo traduzido e publicado na DEFESA NACIONAL n. 548, o "Chef de Bataillon Jean Petit" afirma que "não há maior óbice para o militar que o de não dispor de um inimigo de carne e osso". Tudo nos ficaria fácil se pudéssemos dispor deste inimigo, cujo uso durante os exercícios trouxesse, de maneira cômoda, grandes ensinamentos ao soldado valente e ao general comandante...

É interessante, porém, que se frise o fato do mesmo problema existir em escala bastante menor no treinamento dos soldados das demais armas.

Poderemos formar, efetivamente, um bom engenheiro sem necessidade de figurarmos o inimigo ou de o mantermos presente na mente do recruta: construir e destruir são ações objetivas que dispensam, para o soldado executante, considerações abstratas com relação ao inimigo, fundamentais apenas para o treinamento dos comandantes dos escalões maiores.

Por outro lado, o soldado de artilharia é perfeita e cômodamente formado na paz, sem inimigo representado. O conjunto de técnicas e a própria execução eficiente do tiro, depende, também, somente de ações objetivas sobre o material e munição.

Na cavalaria hipo, a esportividade das ações de combate realizadas no treinamento do cavaleiro-combatente, melhoram, sobre maneira, as condições de execução.

A formação e treinamento de homens nas demais qualificações militares gerais depende, em grande parte, de trabalhos aos quais a guerra verdadeira daria apenas piores condições de execução.

É o infante-combatente?

Os trabalhos dele exigidos dependerão, fundamental e diretamente, de condições que só a guerra poderá oferecer; na paz, devem ser feitos debaixo de complicadas abstrações. Apenas com seu mosquetão deverá "viver" todos os momentos do treinamento.

"Viver a situação" é problema antigo para os infantes e nos faz lembrar as anedotas da nossa Academia Militar...

A guerra ou a iminência dela, tem força suficiente para motivar o soldado no seu treinamento, tornando-o capaz de marchar contra um inimigo fantástico, defendendo-se de seus tiros imaginários, sob pesado bombardeio de artilharia fictícia e procurando furtar-se de fantasiosa observação aérea...

Mas este é o clima de nosso trabalho?

Não. Por uma série de razões, cuja enumeração não pertenceria a este trabalho, o povo brasileiro (nossos recrutas portanto) descredita na iminência de uma guerra a envolver-nos.

Isto dificulta tremendamente o problema do cotidiano "faz de conta". Nós mesmos, profissionais e convictos, muitas vezes nos deixamos envolver pela falta de entusiasmo quando enfrentamos, como instrutores de recrutas, determinados assuntos... É a ação deletéria

ocasionada pela ausência do sentimento de utilidade ou aplicação imediata do trabalho que se realiza.

É claro que por estas razões os nossos regulamentos pregam o máximo de objetividade nos exercícios de combate, procurando aproximá-los da realidade, poupando-nos assim a necessidade de abstrações. Sempre, porém, reservamos estes grandes exercícios com figurações inimigas, para trabalhos de coroamento ou final de treinamento. A formação inicial tem ficado entregue à capacidade de cada instrutor em transformar uma situação fictícia em coisa real.

Eis aí um grande embaraço na nossa infantaria.

As unidades da arma ainda não vivem o papel de centros de instrução, deixando de montar o treinamento de seus soldados.

Montar? Mas o que é montagem, na organização de um treinamento?

Olhemos para este pequeno quadro:

Organização do Treinamento	Planejamento	1 — Definir o objetivo final 2 — Definir os objetivos intermediários 3 — Distribuir o tempo disponível 4 — Relacionar os meios necessários
	Montagem	5 — Tornar possível a realização do planejamento

Organizar um treinamento é, pois:

— Definir e esclarecer bem o trabalho que deverá ser executado (objetivo final);

— selecionar e organizar os assuntos, com respectivos graus de adestramento, na seqüência normal de acesso ao objetivo final (objetivos intermediários);

— distribuir o tempo disponível a cada assunto, de modo que os progressivos graus de adestramento sejam exequíveis dentro dêle;

— relacionar os meios necessários à execução do treinamento, estudando o processo melhor indicado para ministrar-se cada assunto;

— montar o planejamento, que significa dispor estes meios de modo a tornar possível o desenvolvimento progressivo dos assuntos e o acesso aos diversos graus de adestramento, até a conclusão final do treinamento, isto é, a eficiência na execução do trabalho-objetivo.

O planejamento, este está basicamente elaborado e apresentado nos nossos Programas-Padrão e Diretrizes de Instrução. As unidades, através de suas terceiras seções, têm apenas que fazer pequenas adaptações para os casos locais, excluindo certos assuntos, desenvolvendo

outros, ampliando e enfraquecendo esforços, de maneira a transformar determinadas faltas e falhas, em modificações que não comprometam o objetivo final.

Nestes programas de unidade, na realidade, apenas se faz isto. O treinamento fica planejado e é entregue à execução, sem montagem.

E agora?

Iniciamos (os capitães) o percurso do ano de instrução procurando suprir as grandes deficiências materiais com os meios que nos é possível reunir, solicitando-os em determinadas ocasiões e, diga-se a verdade, recebendo-os, às vezes, mas que, por não pertencerem a uma idéia central, se perdem de ano para ano, de capitão para capitão. Nunca passam de remendos.

Já nasce morto o nosso infante-combatente, pois somente, a montagem tornaria possível a execução do treinamento que começa sem seus elementos materiais básicos.

Vejamos um exemplo simples.

Debelar um "faz de conta" na execução de uma pontada a fundo com arrancamento, no treinamento de utilização e emprêgo da baioneta (que é um dos objetivos parciais no adestramento do infante-combatente), implicará, necessariamente, na construção de um manequim para golpes. A conclusão do treinamento de baioneta exige uma montagem material, sem a qual não haverá treinamento.

Gostaria de perguntar a um capitão de infantaria como conseguiu formar seus homens na utilização rápida, racional e precisa da baioneta, sem bastões de treinamento, sem manequins ou sem uma pista de assalto...

Esta montagem exigirá dos comandos de unidade muita atenção, a fim de que os homens encarregados diretamente dos treinamentos, utilizem seu tempo exclusivamente nêles.

Num regimento de infantaria a solução dos problemas de montagem, em tôdas as suas fases, é a resposta de uma série de perguntas sobre cada assunto do planejamento: qual a melhor maneira de treinarmos um Grupo de Combate na ação de fracionar-se para progredir? como tornar objetivas estas ações, facilitando as observações e correções dos erros? quais as necessidades em local e material para que se realize uma montagem capaz de colocar os homens dentro de um quadro no qual suas atitudes sejam respostas a estímulos reais, provocados tendo em vista os objetivos do treinamento?

Para organizá-lo não estamos obrigados somente a dispor as tarefas em seqüência lógica; nem ficará concluída a sua organização, se doarmos racionalmente o tempo ao qual deveremos dedicar tais e quais assuntos; nem poderemos fiscalizá-lo, simplesmente satisfeitos, com o fato de vermos soldados subindo e descendo um morro, durante o treinamento de um grupo de combate.

Deve ir além.

O estudo do melhor processo para realizá-lo, tornando-o objetivo, é trabalho minucioso e deve ser centralizado: escolha das melhores áreas para as diversas fases do treinamento e a sua conseqüente preparação para utilização; o sistema de controle e verificação dos diversos níveis intermediários de adestramento; o levantamento, a escolha e a montagem dos incidentes para cada atitude que deverá ser tomada pelo recruta; tudo isto completará o trabalho de organização.

Com os anos já vividos dentro do atual sistema de convocação, nosso Exército e as nossas unidades de infantaria, poderiam dispor de excelentes condições de formação e treinamento de seus soldados: treinamento individual e dentro das pequenas frações. Se cada comandante de regimento (que é a unidade básica da atual organização) cumprisse, obrigatoriamente, como parte de seu plano de comando, uma pequena parcela desta montagem, há muitos anos estas unidades estariam transformadas em verdadeiros centros de treinamento de infantaria.

Falta-nos continuidade.

Temos visto neste sentido, trabalho executado sob um comando, desaparecer no comando seguinte pelo fato da idéia não existir como expressão coletiva.

Esta continuidade só poderia estar garantida se todos os escalões compreendessem o crucial problema dos capitães: o embaraço da instrução (principalmente tática individual e das pequenas frações), face à falta de montagem; todos sentimos que os períodos anteriores a esta instrução, Adaptação e Formação (Instrução Básica Militar), são conduzidos com mais objetividade por dispormos dos elementos essenciais do treinamento, que é simples e ainda não exige abstrações.

O conhecimento deste problema, a continuidade na sua solução e a introdução anual de melhorias, com o aproveitamento de sugestões dos encarregados da execução, teria colocado as unidades em situação bem diversa da atual.

Por que somente as escolas se preocupam com o problema de suas pistas de treinamento e de suas áreas de exercícios?

Em 1953, a EsAO colocou no seu programa anual de visitas, um passeio do curso de infantaria pela área de instrução do Regimento-Escola de Infantaria. Embora com sua construção e utilização descontínua através dos anos, lá estava uma iniciativa a ser seguida, representando uma imperiosa necessidade da brilhante unidade que, por ser muito solicitada e observada, conseguia fazer subir o problema para a solução regimental.

O capitão, precipuamente, desempenha um duplo papel na estrutura de nossa arma: é o comandante do escalão companhia e o realizador do treinamento por excelência. A montagem deste treinamento, sendo parte integrante de sua organização, deverá ser executada pelo

planejador, centralizada ainda, para haver convergência de esforços e melhor realização da idéia planejada. O executor deverá estar, preocupado unicamente com sua tarefa, conduzida dentro de uma racional e objetiva montagem das terceiras secções regimentais.

Dentro ainda das idéias gerais aqui apresentadas, vejamos como poderíamos encarar a instrução do infante-combatente com o objetivo de montá-la em áreas que reunissem a possibilidade de treinamentos para um mesmo grande objetivo.

Fundamentalmente, a formação deste homem compreende sete grupos de assuntos, com sete grandes objetivos, que são os seguintes:

- 1 — Vivências militares;
- 2 — Treinamento físico;
- 3 — Treinamento técnico;
- 4 — Treinamento de tiro;
- 5 — Treinamento tático individual;
- 6 — Treinamento tático nas pequenas frações;
- 7 — Treinamento de aplicação.

Cada um destes grupos é capaz de ser montado em determinada área, pelo fato de seus assuntos apresentarem semelhança de esforços.

De acôrdo com nossos Programas-Padrão e Períodos de Instrução, muitos deles são concomitantes: as vivências militares são absorvidas ao mesmo tempo que se desencadela a instrução técnica; esta prosseguirá através da formação tática individual que, finalmente, não poderá ser descuidada durante o treinamento tático nas pequenas frações. Os treinamentos físicos e de tiro, são permanentes e progressivos.

Assim preparado materialmente, um Regimento de Infantaria poderá acreditar na formação de seus soldados, aproveitando melhor os esforços de seus quadros, então empenhados exclusivamente naquele trabalho.

As leis do Serviço Militar nos estruturaram como centros de treinamento da reserva e para isto também deveríamos nos organizar.

Estaremos perfeitos, dentro de nossas finalidades, se tivermos em nossos aquartelamentos:

Uma área de treinamento das vivências militares, montada nas próprias instalações das SU, com algumas melhorias e ampliações;

— uma área de treinamento físico, satisfazendo a tôdas as exigências relativas a este esforço, tão fundamental no preparo do infante-combatente;

— uma área de treinamento técnico, onde a concentração de esforços e de meios, evitaria as conseqüências do preparo técnico deficiente, acarretadas pela pobreza de meios e improvisação;

— uma área de treinamento de tiro, compreendendo uma montagem que leve o homem desde a instrução preparatória até a execução dos tiros de combate com tôdas as armas orgânicas ;

— uma área de treinamento tático individual;

— uma área de treinamento das pequenas frações, cuja montagem permanente contornaria o problema que a nossa infantaria enfrenta anualmente e cuja ausência atual, constitui o tema principal do presente trabalho;

— uma área de exercícios de aplicação de unidade que é problema pertencente aos altos escalões e, ultimamente, tem sido enfrentado. As criações de Campos de Instrução melhoraram bastante a situação de grande número de unidades.

Precisamos ver incorporadas às nossas necessidades básicas na tropa, a construção e preparo destas áreas.

Para nós, capitães de infantaria, o advento desta preocupação nas unidades, determinará o surgimento de nova era para a formação de nossa reserva anualmente licenciada, ficando a mesma, quando convocada, com a possibilidade de desempenhar também suas funções de vigilância, mais rápida e eficientemente.

**DO OIAPOQUE AO XUI
TODOS USAM FÓSFOROS
"ARGOS" E "GUARANY"**

**CLORATO DE POTÁSSIO
"PIONEIRO"**



**INDÚSTRIAS ANDRADE
LATORRE S. A.**

R. São Bento, 41. Caixa Postal 17

Telefones 5293 e 5294

JUNDIAÍ — EST. SÃO PAULO

AUMENTAMOS NOSSO CAMPO DE AÇÃO

"A DEFESA NACIONAL" é lida em toda a América Latina, graças à boa vontade e espírito de cooperação de nossos representantes que abaixo mencionamos, com seus respectivos endereços:

ARGENTINA — Cap-de-Navio Enrique Green

Estado Mayor de Cordinación — Buenos Aires

— Vice Comodoro Carlos A. Rossi Paz (para a Aeronáutica)
San Pedrito 135 — Buenos Aires

— Mayor Carlos Alberto Dalla Tea (para o Exército)
Cabillo 426 — 1º B — Buenos Aires

BOLÍVIA — Ten-Cel Efraín Guachalla I

Catacora 666 — La Paz

CHILE — Mayor Luis Alavarado Torrejon

Angel Guarello 117 — Santiago

COLÔMBIA — Cap Calixto Cascante Parra

Calle 17 n.º 1655 — Girardot

COSTA RICA — Tte Manuel Espinosa Arrieta

Barrio Mercedes Sur Heredia — Costa Rica

EQUADOR — Tte Efraín Paredes Crespo

Escabedo 923 — Guayaquil-Aptdo 286

EL SALVADOR — Mayor Francisco Argüello

Colonia Centro Americana-Calle Quetzal 34-S. Salvador

GUATEMALA — Cel Vicente Rodríguez Maldonado

14 Calle n.º 7-26 ap 3 Zona 1 — Ciudad Guatemala

HONDURAS — Tte Jorge J. Zolorzano

4 Avenida Calle 15 — Comayguella D. C.

MÉXICO — Mayor José Luis Zuñiga M. O.

Fundidora Monterrey 110 — Colonia Industrial — México D. F.

NICARÁGUA — Tte Edgardo J. Zeledon

Colonia Militar n.º 2 Casa 63

PANAMA — Tte Florencio Florez A.

Apartado 5912-Estafeta del Chorrillo-Panamá

PARAGUAY — Cel Barrios Acosta

Escuela de Educación Física de las Fuerzas Armadas-Asunción

PERU — Mayor Hector Antezana Morales

Avenida Reducto 1196 — Miraflores-Lima

URUGUAI — Cel Horacio Martinez

Calle Porto Alegre 2623 — ap 6 — Montevideo

VENEZUELA — Cel Audelino Moreno

Carrera 2 — N.º 8 — La Grita-Táchira.



SEÇÃO DO CANDIDATO

À

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

O BI NO ATAQUE

Tenente-Coronel DANILO CUNHA MELLO

I — SITUAÇÃO GERAL

1 — A 1ª DI AZUL atingiu às 1100/D-1 a linha:

VILA EDEA — SÍTIO DO MEL

2 — A tropa demonstrava evidentes sinais de cansaço.

3 — Às 1200/D-1 o Cmt da DI reuniu em seu PC, em VILA EDEA, os Cmt de GT e deu conhecimento de sua decisão:

“Atacar, às 0600/D, nas direções:

— VILA EDEA — PLANO ALTO — VILA RICA
com o GT.1 e

— SÍTIO DO MEL — PLANO ALTO
com o GT.2, para conquistar PLANO ALTO em condições de prosseguir
sobre VILA RICA”

4 — Ver esboço n. 1

II — INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1 — TERRENO

a — Carta — Representa fielmente o terreno.

b — Estradas — De terra, conservadas, permitindo dupla circulação durante qualquer época do ano.

c — Cursos d'água — Não constituem obstáculos nem à Infantaria nem aos CC.

d — Vegetação

Rasteira, predominando as gramíneas.

Bos Euc — Bastante antigos e de árvores espaçadas, permitindo o deslocamento dos CC em seu interior.

Matas densas de E e de W — Impenetráveis ao homem e aos CC.
e — Solo — Firmê, permitindo pequenos deslocamentos de viaturas através do campo.

2 — RECURSOS LOCAIS

Existe em abundância pedra, areia e todo material necessário à conservação de estradas e construção de pontes e pontilhões.

3 — CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

a — ICMN — amanhece — 0600

FCVN — anoitece — 1800

b — Lua

Cheia a D

c — Previsão do tempo

Bom e sêco até D + 8

e — Ventos

Predominam os do quadrante Sul

4 — DIVERSOS

As operações realizam-se em território inimigo.

III — SITUAÇÃO INICIAL DOS MEIOS

1 — Composição

BI:

— 1 Cia Cndo e Serviço

— 3 Cia Fzo

— 1 Cia Ptr P

Cia Fzo

— Pel Cndo

— 3 Pel Fzo

— 1 Pel Ptr Leve

Cia Ptr P

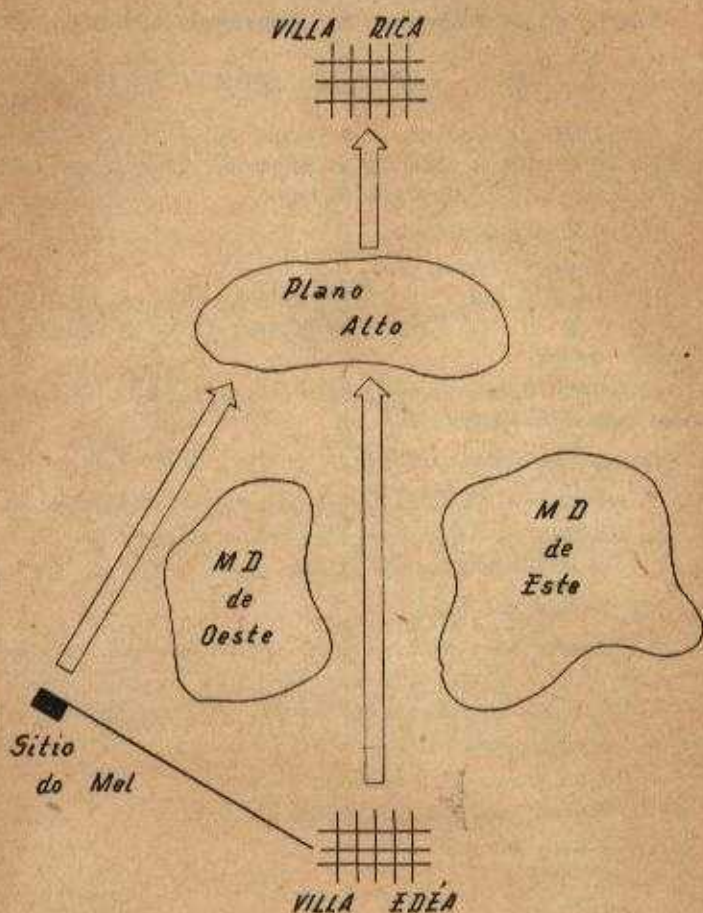
— 1 Pel Cndo

— 1 Pel Mtr

— 1 Pel Mrt 81

— 1 Pel Can Sem Recuo

ESBOÇO Nº 1



Cia CC Me

— 1 Pel Cndo

— 3 Pel CC

Obs. — Pel CC — 5 CC

2 — Situação

Ver Carta de Situação

3 — Capacidade Combativa

Moral — Muito boa

Instrução — Muito boa

Estado físico — Muito bom

Efetivo — 98%

Dotação orgânica completa

Experiência de combate — Tem experiência de combate

IV — SITUAÇÃO PARTICULAR

Às 1400/D-1 o Cmt do GT.1 reuniu em seu PC, na região de GIL, os Cmt de BI, Cia Regimentais e Armas de Apoio e deu conhecimento de sua O OP N. 7, cujo extrato se segue:

1. SITUAÇÃO GERAL

a — Forças Inimigas

(1) Desde o início da jornada de D-3 o inimigo organiza as COTAS A, B, C, D, E, 40 e 60, e região de PLANO ALTO, desenvolvendo intensa atividade de OT.

(2) Tem reagido às ações de nossas tropas com ajustados fogos de armas automáticas, Mrt e Art 105.

(3) Foram feitos prisioneiros:

— nascente de AR VERDE — 1 cabo e 2 Sd pertencentes ao 1º/8º RI.

— passagem no AR SUL — 1 Sd pertencente ao 1º/8º RI.

(4) Reunião de tropa (1 EI?) na região a 4 K ao N de ARY.

(5) O inimigo pode:

— Defender suas atuais posições com o valor de I BI apoiado por Mrt e Art.

— Reforçar a defesa com o valor de I BI a qualquer momento.

— Defender ainda PLANO ALTO.

— Retrair para o N a qualquer momento.

(6) Ver CARTA DE SITUAÇÃO (N. 1)

b — Forças Amigas

(1) A DI vai atacar nas direções:

— VILA EDÉA — VILA RICA

e

— SÍTIO DO MEL — PLANO ALTO

para conquistar PLANO ALTO e prosseguir sobre VILA RICA.

(2) O GT.2 atacará às 0600/D, na direção SÍTIO DO MEL — PLANO ALTO para conquistar PLANO ALTO.

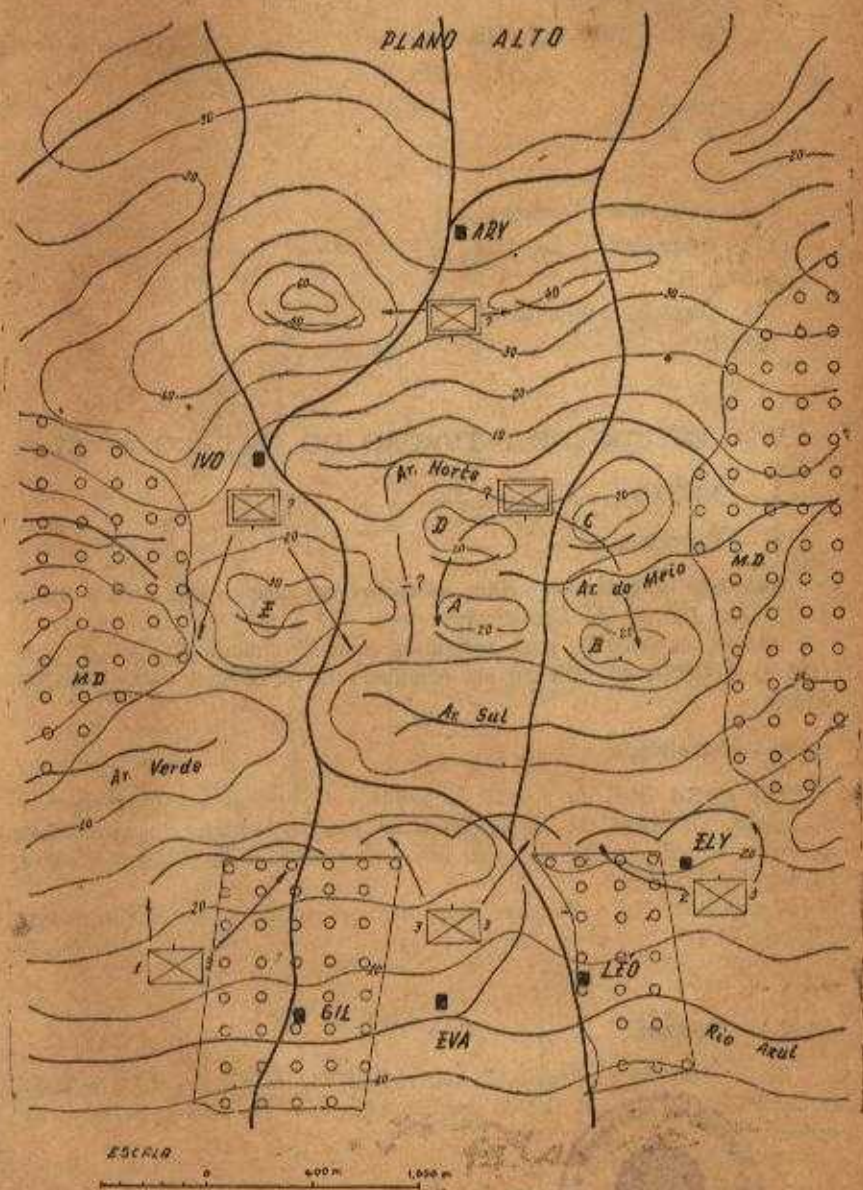
2 — MISSÃO

a — Atacar, às 0600/D, na direção

GIL — COTA E — COTA 60

com o 1º BI a E e o 2º BI a W, para conquistar sucessivamente COTAS E, D e C (OR.1) e COTAS 40 e 60, em condições de prosseguir sobre PLANO ALTO.

CARTA DE SITUAÇÃO



- b — Ver CALCO OP
- 3 — MISSÃO AOS SUBORDINADOS
- a — 1º BI
Ref — 1ª/101º BCC Me
- b — 2º BI
Ref — 101º BCC ME (—)

- g — Reserva
3º BI

- h — Prescrições Diversas
- (1) Preparação
H-30 à H
- (2) Dispositivo Realizado
0530/D

V — ESTUDO DE SITUAÇÃO DO CMT DO 1º BI

- 1 — MISSÃO
- a — Enunciado

Enunciar as ações prescritas, normalmente, tiramos dos §§ 2 e 3 e a do CALCO DE OP do Escalão Superior.

Atacar, às 0600/D, para conquistar sucessivamente COTAS C e D (OR.1) e COTA 40 (OR.2), em condições de prosseguir sobre PLANO ALTO.

- b — Finalidade

É o PARA QUE da missão ou o que vai permitir seu cumprimento no quadro da missão ou da manobra do escalão superior. A conquista de COTA 40 vai permitir que o RI fique em condições de prosseguir sobre PLANO ALTO, logo:

Conquistar COTA 40 para ficar em condições de prosseguir sobre PLANO ALTO.

- c — Ações a realizar

- 1 — Prescritas

Enunciá-las na sequência de sua realização. Cópia dos §§ 2 e 3 da O OP e do CALCO DE OP do escalão superior. Os verbos definem as ações.

- atacar às 0600/D
- conquistar COTAS C e D (OR.1)
- ficar em condições de prosseguir para PLANO ALTO

1º DI

1º RI

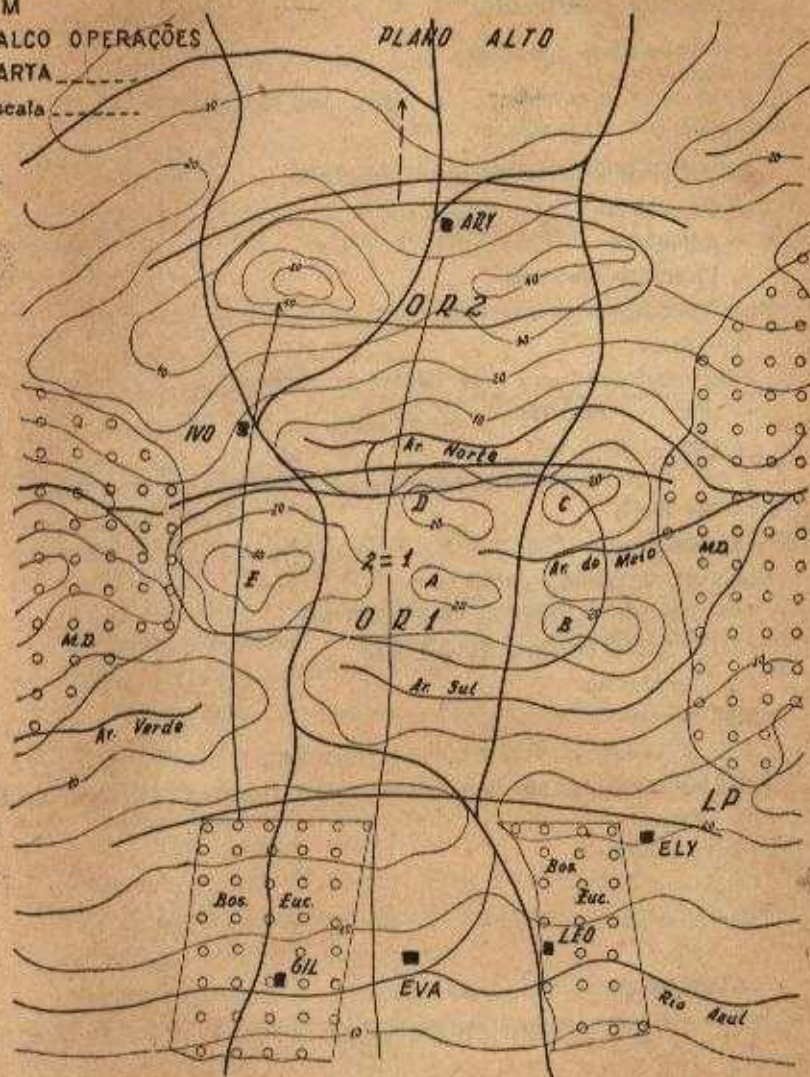
EM

CALCO OPERAÇÕES

CARTA

Escala

PLANO ALTO



2 — Deduzidas

Toda a ação que não conste dos parágrafos 2 e 3 da OP e do CALCO de OP do Escalão Superior e que seja necessária ao cumprimento da missão, excluindo os deslocamentos, as medidas administrativas, os conhecimentos e as ligações.

Ultrapassar o 3º/1º RI

3 — Prioridade das ações

Estabelecer a prioridade das ações por sua importância ou a sequência de sua realização no tempo.

Dada pela própria sucessividade das ações:

— atacar ...

— conquistar ...

— Ficar em condições ...

e — Condições de execução

(1) Prazo

Prazo disponível para a montagem da operação.

— Início — 1400/D-1

— Fim — 0600/D

O Cmt do BI dispõe de 16 horas para a montagem da operação, sendo 4 horas de luz.

(2) Limites da Z Aq

Largura da frente — 1500 m

Profundidade — 2700 (Da LP à COTA 40)

(3) Duração provável da operação

a — progressão

2700 m

$27 \times 5' = 135'$, ou seja 2 horas 15 minutos

Tomamos a velocidade de progressão da Inf com CC — 100 m em 5'

b — Objetivos de RI

OR.1 — 2 horas

OR.2 — 2 horas

Admite-se que o coroamento de OBJ de RI exija 2 horas

c — OB.1

COTAS A e B — 1 hora 30 minutos

Admite-se que o coroamento de OBJ de BI exija 1 hora e 30 minutos

d — Total

8 horas

e — Conclusão

Dizer de que se trata, condensando todos os tópicos do estudo da missão em uma redação única.

Trata-se de atacar às 0600/D, ultrapassando o 3º/1º RI, numa frente de 1500 m e numa profundidade de 2700 m, com uma duração provável de progressão de 8 horas, dispondo de tempo e horas de luz suficientes para a montagem do ataque, conquistar sucessivamente COTAS A e B e COTA 40, em condições de prosseguir sobre PLANO ALTO.

2 — SITUAÇÃO E LINHAS DE AÇÃO

Este parágrafo tem por finalidade estabelecer:

— possibilidades do inimigo

— as nossas Linhas de Ação

a — Considerações que afetam as possíveis linhas de ação.

Trata-se de analisar os fatos que possam influir na determinação das possibilidades do inimigo ou que afetem as Linhas de Ação a escolher pela Unidade.

A análise do fato deve compreender:

1º — Exposição do fato

2º — Conclusão sobre o fato

(1) Características da região de operações

(a) Condições climáticas e meteorológicas:

I — Situação Existente

Crepúsculos — Dispomos de 12 horas de luz e de 12 horas de noite para a realização das operações.

Lua — Lua cheia a D, logo noite clara.

Condições atmosféricas — Tempo bom e seco até D + 8

Vento — Predominantes do quadrante Sul

II — Efeito sobre as possíveis ações do inimigo

Trata-se de concluir os fatos expostos no § I anterior.

Visibilidade e tiro — Boas condições de visibilidade para observação e tiro, tanto durante o dia como durante a noite.

Vento — Do quadrante Sul.

Movimento através do campo — Boa transitabilidade.

Fase da Lua — A fase da Lua facilita deslocamentos e ações noturnas.

III — Efeitos sobre a nossa missão

Trata-se de analisar os fatos expostos no parágrafo I.

Visibilidade e tiro — Boa visibilidade para observação e tiro, tanto durante o dia como durante a noite.

Vento — Favorável ao emprêgo de fumígenos.

Movimento através do campo — Boa transitabilidade.

Fase da Lua — Facilita movimentos e ações noturnas.

(b) Terreno

I — Situação Existente

(1) Aspecto Geral Topográfico

É a parte expositiva do estudo e trata-se de fazer uma descrição sumária do terreno, que englobe a Zona de Ação e as regiões vizinhas que nela possam interferir.

— Relêvo

Principais divisores:

- COTAS 20 imediatamente ao N de Bos Euc de GIL e LEO
- COTAS A — COTA B
- COTAS C — COTA D
- COTA 40

Pontos Dominantes

COTAS 20 imediatamente ao N de Bos Euc de GIL e LEO, COTAS A, B, C, D, E, COTAS 40 e 60

Linhas D'água

Rio AZUL, AR SUL, AR MEIO, AR NORTE todos transversais a direção de progressão.

Vegetação

Trata-se de um campo limitado a E por extensa Md e ao S pelo Bos Euc de LEO

Natureza do solo

Firme em toda extensão

Vias de transporte e instalações

Em sentido longitudinal a Z AÇ é percorrida pela estrada LEO — CAMPO ALTO.

(2) Aspecto Tático

Acidentes Capitais

Acidentes Capitais são os acidentes do terreno cuja posse, conquista ou manutenção assegura acentuadas vantagens para qualquer dos contendores.

Acidentes Capitais em nossa Z Ação

- COTAS 20 ao N dos Bos Euc de LEO e GIL.
- COTAS A, B, C e D.
- COTA 40.

Acidentes Capitais nos Flancos

Md de E, COTAS 30 e 60.

Análise dos Acidentes Capitais

Acidentes que facilitam a montagem e o desembocar do ataque:

COTAS 20 N dos Bos Euc de LEO e GIL — facilitam a montagem e o desembocar do ataque, pois favorecem a instalação de bases de fogos nas proximidades de suas cristas e apresentam, em suas encostas Sul, ótimas possibilidades para posições de ataque e de Mrt. Limitam a observação e o emprêgo das armas de tiro tenso do inimigo.

Acidentes Capitais que materializam o rompimento da Linha de Contato (início da penetração):

COTA A — A conquista de COTA A materializa o rompimento da Linha de Contato e caracteriza o desbordamento de COTA B por E, dado o domínio de AR DO MEIO. A posse de COTA A constitui uma ameaça de desbordamento de COTA E e abre o caminho para COTA D ou mesmo para COTA C.

COTA B — A conquista de COTA B constitui uma ameaça de desbordamento de COTA A, abre caminho para COTA C e caracteriza o rompimento da Linha de Contato.

Acidentes cuja conquista permite o aprofundamento da penetração:

COTA D — A posse de COTA D constitui a caracterização de um aprofundamento da penetração, materializa uma ameaça de desbordamento de COTAS C e E e abre caminho para COTA 40. É a conquista de OR.1 se conjugada com a conquista de COTA C.

COTA C — A posse de COTA C constitui a caracterização de um aprofundamento da penetração, abre caminho para COTA 40 e, praticamente, fica caracterizado, o desbordamento de COTA D, pelo domínio de COTA C sobre o vale do AR NORTE. É a conquista de OR.1, se conjugada com a conquista de COTA D.

Acidentes Capitais cuja conquista caracterizam o rompimento da posição inimiga:

COTA 40 — A conquista de COTA 40 caracteriza o rompimento da posição inimiga, constitui uma ameaça de desbordamento de COTA 60 e abre o caminho para PLANO ALTO. É a conquista de OR.2 se conjugada com a conquista de COTA 60.

Acidentes Capitais em nossos flancos:

COTA E — Esta COTA exerce completo domínio sobre COTAS A e D e a manutenção da posse das mesmas será muito difícil se COTA E estiver ocupada pelo inimigo.

COTA 60 — Exerce certo domínio sobre COTA 40. A manutenção de COTA 40 ficará seriamente comprometida se COTA 60 estiver em mãos do inimigo.

(Continua)

SEÇÃO DO CANDIDATO À ECEME

A partir do presente número esta Seção estará entregue ao Major Germano Seid Vidal, brilhante oficial de Estado-Maior e conhecedor do assunto referente ao exame de admissão à nossa ECEME. A DEFESA NACIONAL está de parabéns por haver conseguido a colaboração do Major Vidal.

A DEFESA NACIONAL

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

- 1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aquêles que tenham interesse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Forças Armadas.
- 2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 3 — Se sua existência, de quase meio século, não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

AVISO N. 99

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen Canrobert P. da Costa



Seção

do

CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

Coordenador: Major GERMANO SEIDL VIDAL

Diversos candidatos à ECEME estudam sob a orientação do General Flamarion Barreto Lima que, a título de verificação, propõe aos estudantes questões interessantes. Com permissão do referido General A DEFESA NACIONAL publicará algumas soluções apresentadas pelos alunos.

I — HISTÓRIA

QUESTÃO PROPOSTA

Admitindo que a conquista da América do Sul Hispânica foi realizada entre 1510 e 1573 e a da América Portuguesa entre 1532 e 1600, estudar, comparativamente, uma e outra, quanto aos seguintes aspectos:

- facilidades proporcionadas pela geografia;
- contribuição dos indígenas;
- incentivos econômicos.

SOLUÇÃO

Introdução

Na conquista da América do Sul Hispânica e da América Portuguesa, as facilidades proporcionadas pela geografia, a contribuição dos indígenas e os incentivos econômicos oferecem-nos muitas explicações para os seguintes fatos:

— Desinteresse dos espanhóis por vastas áreas que lhes pertenciam de direito e avanço dos portugueses muito além dos limites estabelecidos em Tordesilhas;

— Atraso da conquista da América Portuguesa de um século, em relação à América do Sul Hispânica.

Estudaremos, separadamente, cada um desses aspectos, comparativamente, na América Hispânica e na Portuguesa e concluiremos sobre as analogias e contrastes verificados que condicionaram os fatos acima referidos.

Desenvolvimento

1 — FACILIDADES PROPORCIONADAS PELA GEOGRAFIA

a — Na América do Sul Hispânica

— Os Andes, pela sua altitude, amenizaram as agruras do clima equatorial, proporcionando boas condições de vida aos conquistadores. Todavia, sua continuidade, compartimentação e orientação constituíram obstáculos à conquista vinda de E-W.

As boas articulações marítimas existentes no litoral do Atlântico ofereceram excelentes bases para a conquista dos países do Pacífico e do Caribe.

— A região norte, correspondente aos atuais territórios da Colômbia e Venezuela, ficava próxima das principais correntes de navegação marítima e dos portos metropolitanos.

— Os vales do Atrato, Cauca, Madalena e Orenoco proporcionaram aos conquistadores linhas de menor resistência na sua penetração em direção aos altiplanos andinos, permitindo-lhes atingir as regiões de Tunja e Bogotá.

— Os vales dos pequenos rios, que desembocam no Pacífico, ofereceram o caminho à conquista do Equador e do Peru e, partindo daí, o acesso ao altiplano boliviano.

— O grande vale central do Chile, oferecendo excelentes perspectivas agropecuárias, determinou a fixação dos conquistadores nessa região, proporcionando bases para a conquista dos países platinos.

— A extensa planície platina, irrigada por numerosos e caudalosos rios, com amplas possibilidades agropastoris, foi palmilhada em todas as direções por correntes conquistadoras vindas da Espanha, Peru e Chile, pois não oferecia dificuldades à circulação.

b — Na América Portuguesa

— A modéstia do relevo orográfico, de feição planáltica, não oferecia grandes dificuldades à circulação e amenizava o clima das regiões tropicais e subtropicais.

— O paredão do planalto marítimo, que margeia o Atlântico do Espírito Santo a Torres, apresenta brechas coincidentes com as articulações marítimas mais expressivas e com as nascentes dos rios que conduzem ao interior.

— As principais e extensas bacias hidrográficas têm suas cabeceiras no Planalto Central que assume particular importância, depois de alcançado, como elemento de ligação ou base de partida para qualquer ponto do território, através dos rios. Entre as cabeceiras dos rios amazônicos e o Paraguai o divisor é pouco nítido, formando-se o fenômeno das "águas emendadas". Há uma **costa fluvial** que permitiu o envolvimento do atual território brasileiro pelas expedições conquistadoras.

— O território estava situado, particularmente o saliente nordestino, próximo dos portos metropolitanos e das correntes de navegação marítimas mais importantes.

c — Conclusões parciais

— As facilidades proporcionadas pela geografia apresentaram-se, na América Hispânica, com caráter regional e bastante diversificadas.

— Na América Portuguesa, essas facilidades se apresentaram contínuas, amplas e uniformes em toda a extensão do território.

— A geografia proporcionou maiores facilidades à conquista na América Portuguesa.

2 — CONTRIBUIÇÃO DO INDÍGENA

a — Na América do Sul Hispânica

— Havia acentuada diferenciação entre os habitantes pré-colombianos, em variados estágios de civilização e falando línguas diversas.

— A contribuição positiva do indígena verificou-se acentuadamente na Colômbia, Equador, Peru e altiplano boliviano, onde viviam os chibchas e incas. Seu estágio de civilização propiciou, na conquista:

(1) Atração das correntes conquistadoras pela fama de sua civilização e riqueza.

(2) Infraestrutura política, social e econômica para a rápida exploração dos recursos.

(3) Fraca resistência à conquista proporcionada pelo regime teocrático em que viviam e pela indiferença ante a mudança de dominadores.

(4) As extensas estradas construídas pelos incas humanizaram a terra e atenuaram as dificuldades de circulação nos Andes, particularmente no sentido dos meridianos.

— Na região de Assunção houve um entendimento recíproco entre os indígenas e os conquistadores, originando-se uma sociedade mestiça de caráter aristocrático. Essa sociedade constituiu a base da conquista do Paraná e do estuário do Prata.

— Na Patagônia e no sul do Chile, a belicosidade e a insubmissão dos indígenas contribuíram negativamente para a conquista.

b — Na América Portuguesa

— Estavam os indígenas, de um modo geral, em estágio de civilização atrasado. Eram nômades e viviam sob o regime social tribal; falavam uma língua geral: o tupi-guarani. O conhecimento dessa língua permitia aos conquistadores o entendimento com os indígenas em toda a extensão do território.

— Haviam percorrido o território em todas as direções, em suas migrações, servindo-se particularmente dos rios. Tinham, pois, o sentido do espaço e o senso de orientação muito desenvolvidos.

— Serviram de guias aos conquistadores no desbravamento do território, pelo conhecimento que dêle tinham.

— Transmitiram aos conquistadores a técnica da navegação fluvial e de viver na selva, pois não tinham ainda humanizado a terra.

— Sua mobilidade, capacidade de sobreviver na selva e as guerras entre tribos que alimentavam, introduziram processos de combate próprios que muita utilidade tiveram nas lutas contra os invasores estrangeiros.

— Foram utilizados na exploração econômica da terra: pau brasil, cana de açúcar, gado, especiarias.

c — Conclusões parciais

— Na América do Sul Hispânica, a contribuição do indígena foi de caráter regional e muita diversificada. Sua tendência foi mais limitativa da expansão territorial, seja pela atração que suas riquezas exerciam, seja pela resistência que ofereceram no Chile e Patagônia. Todavia, o seu estado cultural e as vias de transporte que construíram na região andina contribuíram para que a conquista nessa área se realizasse em prazo relativamente curto. Sintetizando, podemos dizer que sua contribuição foi mais estática do que dinâmica.

— Na América Portuguesa foi essencialmente dinâmica e nitidamente uniforme, favorecendo o desbravamento do território, a sua exploração econômica e a sua defesa contra ataques estrangeiros.

3 — INCENTIVOS ECONÔMICOS

a — Na América do Sul Hispânica

— Foram, preponderantemente, a posse das riquezas dos fabulosos impérios indígenas (Mitos do Rei Branco, Serra da Prata, El Dorado, etc.) e a exploração dos recursos minerais preciosos (ouro e prata).

— Posteriormente, exploração agropastoril nos países platinos.

b — Na América Portuguesa

— A pesquisa dos metais preciosos.

— A exploração dos produtos da terra mais valiosos: pau brasil, cana de açúcar, gado, especiarias.

— A preia ao índio como substitutivo econômico resultante dos fracassos da pesquisa do ouro e das necessidades da economia canavieira, ofereceu o apoio econômico ao prosseguimento da pesquisa.

— Os interesses comerciais no estuário do Prata, considerados como causa principal da fundação da Colônia do Sacramento.

c — Conclusões parciais

— O incentivo econômico exclusivo da conquista da América Hispânica foi a exploração das riquezas minerais, o que foi feito em detrimento da florescente estrutura agropastoril indígena. Sendo a conquista baseada economicamente em produtos de coleta e minerais esgotáveis, caracterizou-se pela rapidez com que se procuravam atingir os objetivos e explorá-los sôfregamente.

— Na América Portuguesa êsses incentivos foram diversos e se completavam e ampliavam sob o aspecto espacial da conquista. Propiciaram o desbravamento do território além dos limites preestabelecidos. Fundamentados principalmente em produtos naturais que se reconstituíam, as atividades não eram exercidas com a sofreguidão que caracteriza a exploração mineral, não geraram ambições desmedidas e eram mais estáveis.

Conclusão

Pelo estudo comparativo realizado, sob os aspectos considerados, podemos concluir que:

— A geografia proporcionou maiores facilidades na conquista da América Portuguesa, influndo poderosamente no ultrapassamento do meridiano de Tordesilhas pelos portugueses.

— A contribuição dos indígenas foi mais útil, efetiva e dinâmica na conquista da América Portuguesa, influndo no avanço dos portugueses em terras espanholas. Na América Hispânica influiu na aceleração do processo da conquista.

— Os incentivos econômicos foram, em suas idéias fundamentais, semelhantes: busca e exploração de riquezas minerais. Todavia, somente na América Hispânica se mostraram, desde logo, compensadores, acelerando a conquista mas detendo os espanhóis muito antes de atingirem os limites de Tordesilhas. Na América Portuguesa, o não aparecimento imediato de riquezas minerais motivou atividades econômicas ligadas à exploração dos produtos da terra. A pesquisa continua de metais preciosos, associada às demais atividades, fez com que os portugueses ultrapassassem de muito a linha de Tordesilhas, mas retardou de um século a conquista do território em relação à América Hispânica.

OBSERVAÇÃO FINAL — Trabalho muito bom, revelando aguda e completa compreensão do problema. Realizado em 2,30 horas pelo Capitão Noa, incluindo interpretação e esquema.

II — A EXPANSÃO TERRITORIAL DO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII

INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE NOSSOS LIMITES

Major GERMANO SEIDL VIDAL

2ª PARTE

(Continuação do número anterior)

4. INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE NOSSOS LIMITES

a. *Consequências políticas:*

Os movimentos expansionistas dos séculos XVI e XVII foram os responsáveis pelos nossos atuais limites. Depois dêles não houve mais expansão e sim consolidação das terras conquistadas ou exploradas. As lutas políticas, com que se degladiaram lusos e espanhóis e, posteriormente, seus descendentes, na delimitação das fronteiras, encontram sempre razões nos avanços realizados nesses dois primeiros séculos. O estudo sumário dos tratados firmados no século XVIII assinala o desenvolvimento dos nossos limites, por influência da expansão vista anteriormente.

Em 1713 e 1715 os Tratados de Utrecht restituem a Portugal a posse da Colônia do Sacramento.

Em 1750, sob condições políticas favoráveis, as duas côrtes, acordam o Tratado de Madrid, onde as partes, abolindo totalmente a linha de Tordesilhas, fazem valer pela primeira vez o "uti possidetis" — o direito de primazia de ocupação.

Em 1761, sob más condições políticas e econômicas, a Espanha pressionando sobre Portugal, firma com aquêle país o distrato de "El Pardo" — anulando o anterior.

Em 1763, no Tratado de Paris, os litigantes resolvem tornar ao pé anterior qualquer alteração existente nas colônias, tais são as mudanças havidas em lutas locais, especialmente no Sul do Brasil.

Finalmente em 1777, o Tratado de S. Ildefonso tenta restabelecer o equilíbrio de nossas fronteiras no Sul, então objeto das mais sérias desavenças. Por êle, Espanha devolve a Ilha de Santa Catarina e o limite Sul passaria pelo Arroio Chui e não Castilhos Grande e daí buscava, pela linha seca, a foz do Paperi-guaçu, dando à Espanha, além de Colônia, os Sete Povos das Missões. Daí por diante voltava a ter valia os limites do Tratado de Madrid, com pequenas alterações.

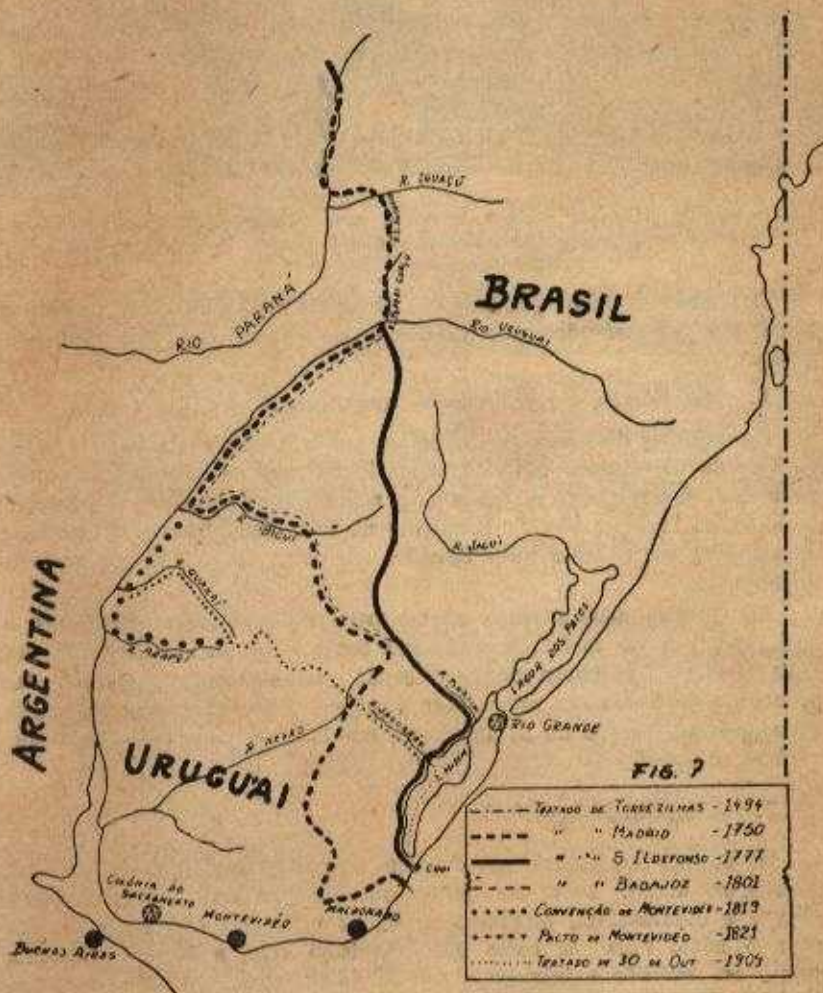


FIGURA 7 — Os tratados de limites no Sul do Brasil.



As Bandeiras rasgavam sertões inóspitos, com inauditos sacrifícios, em busca de riquezas. Alguns bandeirantes são hoje figuras lendárias, tal sua ousadia, intrepidez e febril atividade.

Os demais tratados políticos são firmados no século XIX, quando o Brasil tem que defender seus direitos com as várias Repúblicas Sul-Americanas.

b. Rio Branco e a diplomacia republicana:

As questões de limites se arrastam até a República, quando a visão política de Rio Branco dá ao Brasil solução para os demais intrincados problemas fronteiriços. A diplomacia republicana, fez valer o princípio jurídico do "uti possidetis", adquirido na bota bandeirante, na sandália missionária, nos padrões lusos fincados em nome de El Rei por seus comanditários.

Rio Branco adotou como norma para as pretensões brasileiras o "uti possidetis de facto", levando em conta a ocupação territorial em 1810. Outras Repúblicas Sul-Americanas pretenderam, na solução dos problemas de fronteiras, estabelecer o princípio do "uti possidetis juris", atendendo ao traçado de S. Ildefonso, em 1777 — aliás bastante desfavorável ao Brasil.

5. APRECIÇÃO GERAL

Há grande importância nos duzentos anos iniciais de colonização portuguesa no Brasil. Basta atentarmos que, durante esse tempo, na terra virgem e indevassável, estabeleceram-se as primeiras fronteiras do que seria o nosso País. E, como um organismo vivo, a Nação Brasileira surgia em embrião e iniciava a sua atividade vital, conforme ensina a doutrina Ratzeliana. Foram, em síntese, fatores determinantes dessa atividade:

Geográfico:

- oferecendo, na costa, três pontos favoráveis à dispersão expansionista;
- criando, através a orografia e hidrografia, vias de penetração naturais no interior do território.

Econômico:

- proporcionando ao colonizador as seguintes vantagens:

Cafa de pedras e metais preciosos;

Cultura da cana-de-açúcar;

Desenvolvimento da pecuária (como alimento para os agricultores);

Comércio de escravos africanos e preação de índios (como solução para o problema da mão-de-obra local).

Social:

- aparecendo os "Grandes Senhores", na comunidade agrícola e pastoril e estimulando os Bandeirantes, no setor da iniciativa privada, formou-se os "Chefes" dos grandes movimentos expansionistas;
- fundindo duas raças obteve-se o tipo ideal, adaptado às necessidades da Colônia. A miscigenação se fez assim com o somatório de "qualidades necessárias". O português, aventureiro por contingência geográfica, era estável "por devoção", inclinado ao comércio e à agricultura. O índio, tradicionalmente nômade, emigrava com incrível mobilidade. E o mestiço nascido dessa fusão, o *mameluco*, reuniu aquelas qualidades e, por isso, em seu nomadismo e sedentarismo periódicos, muito auxiliou o balizamento de nossas lindes.

Político:

Com vários pontos a distinguir:

- o Tratado de Tordesilhas e as lutas em torno das tramóias que o cercaram;
- o francês, como invasor e pretendente à posse da terra, favorecendo a expansão e união da Colônia;
- o domínio espanhol, reunindo Portugal à Espanha, por 60 anos, levanta neste período a barreira de Tordesilhas;
- os jesuítas espanhóis, "reduzindo" os silvícolas, facilitam as incursões bandeirantes;
- a Câmara de S. Paulo, dado o sistema administrativo da Colônia, dera grande liberdade e autonomia aos paulistas, oficializando o seu avanço além-Tordesilhas;
- a invasão holandesa, entravando a colonização portuguesa, desviou o bandeirante para o Nordeste e provocou ampla união na guerra contra o invasor;
- a expulsão dos jesuítas de S. Paulo, fazendo mudar a política da Corte, que havia colocado fora da lei as Bandeiras paulistas.

Foi, portanto, nesses dois séculos que o português uniu, sob a mão firme, cêrea da metade do continente sul-americano.

A falta de comunicações interiores, a diversidade das regiões, a reação do aborígene, a hostilidade das matas do planalto central, a agressividade da floresta amazônica e muitos outros fatores adversos não impediram que o colono e seus prepostos, sob a bandeira da coroa lusitana, unissem num todo a vasta colônia.

O Brasil nasceu, assim, unido. E foram nossos antepassados que o conquistaram nos dois primeiros séculos de colonização.

BIBLIOGRAFIA

Helio Viana — História das fronteiras do Brasil — Biblioteca Militar — 1948.

Basílio de Magalhães — Expansão geográfica do Brasil Colonial — Cia. Editora Nacional — 1935.

Vicente Tapajoz — História do Brasil — Cia. Editora Nacional.

João Ribeiro — História do Brasil — Livraria Francisco Alves — 1920.

Rio Branco — Questões de limites — Ministério das Relações Exteriores — Imprensa Nacional.

Major Alysio Gondin — Notas do Clube Militar — 1952.

NOTA — As gravuras que ilustram o presente artigo, foram desenhadas por Renato Silva e extraídas do Suplemento de Natal de 1952, do "Diário de Notícias", do Rio.



Caixa de 100 Comprimidos

DOR · GRIPE · RESFRIADOS
RODINE

A boa enfermeira



A marca de confiança

E. 200-340

III — QUESTÕES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

A fim de permitir ao candidato o treino na resolução das Provas de Cultura Geral, apresentamos a seguir cinco questões de Geografia e cinco de História, organizadas pelo GEN FLAMARION. No próximo número publicaremos "UMA SOLUÇÃO" de cada uma das matérias e mais uma série de novas questões. É uma contribuição a mais para os companheiros do interior, que buscam, na "A DEFESA NACIONAL", orientação para o êxito no Concurso.

a. História:

- 1ª — Estudar, no Período Colonial, as bases étnicas dos povos da Argentina, do Paraguai e da Bolívia, assinalando os fatores que as condicionaram.
- 2ª — Focalizar os fatos que mais contribuíram para a posse portuguesa do vale amazônico e assinalar os que permitiram a ocupação dessa região no período colonial.
- 3ª — Focalizar as contribuições da lavoura canavieira na formação do Brasil.
- 4ª — Focalizar o ESFORÇO MILITAR PORTUGUÊS NO BRASIL, durante o período colonial, e assinalar, justificando SUAS CONSEQUÊNCIAS, na formação do País.
- 5ª — Comparar, entre o descobrimento e o fim do século XVIII, a contribuição dos estímulos econômicos à formação territorial do Brasil, com a que lhe deram as pessoas externas, somente quanto aos aspectos seguintes:
 - bases utilizadas para o reconhecimento e conquista do território;
 - principais direções seguidas pelas correntes de desbravamento e de ocupação do território;
 - origem das povoações surgidas em consequência dos conhecimentos para a conquista e desbravamento do território.

b. *Geografia:*

- 1ª — Estudar as repercussões da mudança da Capital da República para Brasília, quanto a:
 - vitalização dos Estados de Goiás e Mato Grosso;
 - segurança Nacional.
- 2ª — Focalizar a Região Sul, sob os pontos-de-vista econômico e militares.
- 3ª — Estudar a Região Sul nos seus aspectos gerais, sob o ponto-de-vista político e psico-social.
- 4ª — Comparar, sob o ponto-de-vista geográfico, as áreas costeiras entre o Rio Doce — Cananéia e Laguna — Chuí, acentuando os aspectos semelhantes e dessemelhantes.
- 5ª — Caracterizar os elementos geográficos e econômicos da Bolívia e sua interdependência com os países limítrofes.

**CLORO LÍQUIDO • HIPOCLORITO DE SÓDIO
ÁCIDO CLORÍDRICO (MURIÁTICO)
CLORETO DE POLIVINILA (PVC)
TRICLOROETILENO • PERCLOROETILENO
SODA CÁUSTICA**

• outros derivados do cloro, fabricados pelas

INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO-CLORO S. A.

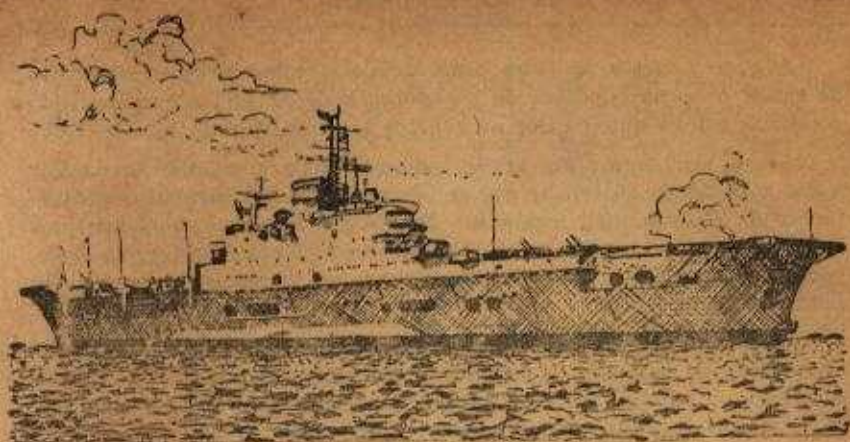


• distribuídos pela



**CIA. IMPERIAL DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS
DO BRASIL**

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE, BAHIA, RECIFE
AGENTES EM TODAS AS PRINCIPAIS PRACAS DO PAÍS



MARINHA

Coordenador: Ten da Armada A. BRANDAO DE FREITAS

I — NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS NAVAIS

Almirante ANTAO ALVARES BARATA

Antes de tudo devo esclarecer que o presente trabalho nada de original contém, sendo apenas uma exposição de conceitos que o bom senso e o conhecimento do assunto já inspiraram a outros mais doutos que eu, se é que o comparativo é cabível aqui.

Começando por algumas considerações sobre a Paz e a Guerra daí podemos chegar à conclusão de existir em cada nação uma política nacional de guerra.

Sendo a Paz uma condição indispensável para o bem-estar da humanidade e para a autonomia e independência das nações, é ela o principal baluarte da preservação e prosperidade de um país. A humanidade luta desesperadamente para conseguir a paz entre os povos, mas ninguém ignora o quanto é difícil evitar a Guerra; a própria História nos dá essa certeza, através de numerosos e constantes relatos de lutas e guerras entre os povos.

A guerra precedeu mesmo a criação do mundo e depois nêle se instalou. Da guerra entre os próprios anjos já nos dá notícia a Bíblia e posteriormente a luta entre Caim e Abel no alvorecer da raça humana.

A guerra surgiu na terra como uma das calamidades decorrentes da nossa precária condição de pecadores e desde então tem marcado a sangue e fogo quase todos os eventos e conquistas da humanidade.

Assim, sem entrar no mérito indiscutível da conveniência da Paz e dos horrores da Guerra, o que se observa à luz da História é a constância da Guerra que, sendo um fato social anormal, nem por isso deixa de se apresentar como natural na evolução da humanidade, porque tem existido em todos os tempos, em todos os lugares e em todos os povos.

O conceito de paz universal é uma quimera sem fundamento na observação da natureza do homem ou da sociedade. Enquanto houver o egoísmo, a ambição, a injustiça, a falta de caridade entre os homens, perdurará o descontentamento entre os indivíduos e povos e a guerra será infalível e inevitável.

Admitindo-se que se pudessem reunir todas as nações em uma só federação universal, nem por isso seria resolvido o problema da paz, pois mesmo no interior das nações mais adiantadas, bem organizada politicamente, não está eliminado de todo o germe de uma luta intestina, cuja intensidade pode variar desde o motim até a uma conflagração geral. Eis por que deixo de parte a hipótese de paz universal, para encarar a realidade: a guerra sempre foi e é atualmente, por assim dizer, inevitável como solução final da maioria das questões internacionais.

Será, contudo, mil vezes preferível a guerra do que usufruir uma paz conquistada ao preço do sacrifício do brio, da honra e da independência de uma nação.

A guerra entre os povos civilizados não tem por fim a vingança, nem é pelo primitivo instinto da sobrevivência, como sói acontecer entre os selvagens, mas desenvolve-se num outro plano mais complexo e muitas vezes por motivos difíceis de identificar imediatamente. Pode-se dar o fato de uma guerra ser deflagrada por uma finalidade justa, mas não deverá ser conduzida arbitrariamente, pela violência ou pela prepotência exclusiva do mais forte. Neste caso a guerra se restringirá a uma luta entre forças armadas organizadas, para resolverem uma questão de direito público.

Digo que uma guerra é justa, quando ela se funda nos princípios da legítima defesa, não chegando a romper completamente os laços da solidariedade humana universal, porém apenas interrompendo algumas das relações internacionais.

Torna-se, então, imprescindível harmonizar essas duas ordens de relações jurídicas com as resultantes do estado de guerra.

Os princípios jurídicos destinados a dar fundamento legal a essa situação constituem o que se chama — o Direito de Guerra. Este tem por objeto determinar as condições jurídicas do estado de guerra de uma das nações com o fim de restringir, sustentar ou reaver o

que ela reputa seu direito por outra contestado e obrigando esta última a respeitá-la e desagrává-la e prestar-lhe as devidas indenizações. O que de fato se observa entre duas nações que se batem, não é senão um litígio, uma controvérsia de direito, e a guerra é uma péssima maneira de resolvê-la. Então a solução do litígio é entregue absolutamente à sorte das armas e, na realidade, a força é que resolve essas questões controvertidas, na maioria das vezes.

Lógicamente a uma das nações contendoras falece o direito pelas duas reclamado e isto porque não pode haver Direito contra Direito. Muitas vezes é a força que dá a vitória a quem não tem direito, e o que se vê, na prática, é a nação que carece do Direito lançar mão da força apelando para as armas infringindo e conspurcando os princípios da justiça: não usa mas abusa de um direito: o do mais forte.

A República de Platão foi e será sempre utopia, isto porque o ser humano não suporta a paz integral: "As guerras se sucedem periodicamente como necessidade indefectível do bem-estar dos nossos espíritos e a angústia permanente é o estado normal da humanidade".

"As guerras mundiais são conflitos entre grandes potências e para evitá-las é necessário que todas as grandes potências apliquem, pelo menos negativamente, a regra de ouro": — "Não fazer em qualquer aquilo que não permitiriam que lhes fizessem se elas estivessem em idêntica posição."

"A tentativa da consecução da paz perpétua e universal nega as leis do crescimento e da evolução". Poucos têm sido os Estados novos que até hoje se formaram sem o emprêgo da força. Nenhuma ordem mundial, como a que propugna as Nações Unidas poderá vir a existir, enquanto as grandes potências não concluírem entre si uma composição de interesses razoavelmente satisfatória — Pacificação não é sinônimo de apaziguamento — Ninguém ignora que quem faz a guerra entre as nações civilizadas é a política.

As forças armadas apenas executam o plano e as decisões da política nacional, nada mais sendo do que o instrumento eficaz da política nacional. A função primordial das forças armadas é apoiar a política do Estado e, dentro da esfera das atribuições militares, impô-la, se necessário, pela própria guerra.

Temos verificado que nações confiantes em tratados ou concessões de garantias, por parte das outras, da sua integridade territorial ou política, sofreram graves perdas e danos, pois nem sempre um aliado chega a tempo ou se mostra devidamente solidário e eficiente numa situação de emergência.

Nestas condições torna-se preciso que cada país esteja provido de meios de defesa que lhe garantam o valioso patrimônio recebido como legado dos seus antepassados. A opinião pública do país deve ser esclarecida a fim de que a sua mentalidade não fique impregnada da idéia falsa de que os recursos financeiros de um país devam ser aplicados quase exclusivamente em atividades de lucros imediatos, despre-

zando o aparelhamento bélico necessário à sua defesa sob a alegação capciosa de sermos pacíficos e nunca havermos sido agredidos em nosso território, muito embora nunca tenhamos tido defesa, apenas suficiente.

Tais considerações poderiam ser válidas nos tempos em que o Direito Internacional era uma realidade; quando existia uma moral internacional; quando as nações se reuniam em assembléia, para definirem suas relações mútuas, os direitos dos neutros, enfim, o direito dos povos, o direito da guerra.

Hoje em dia, a guerra surge quando desaparecem a Razão, a Justiça e o Direito, mais do que nunca desrespeitados. Vivemos presentemente em pleno regime do desrespeito às normas do Direito Internacional, parecendo que este nem mais existe no mundo. Ninguém se sente seguro.

Sendo o Brasil um país de extensas costas marítimas e de grandes rios navegáveis, tornava-se óbvia a importância da força naval no caso de uma agressão.

E, portanto, confiados no civismo das classes armadas que havemos de nos orientar ao tomar a trilha mais conveniente ao país. As circunstâncias poderão indicar-nos uma estrada paralela à seguida por nações amigas, mas não devemos nunca trilhar nenhum caminho que nos leve a uma situação de dependência e inferioridade moral perante essas mesmas nações.

Com todo o seu poderio bélico, nações agridem súbitamente outras sem uma prévia declaração, coagindo os neutros a um pronunciamento de guerra.

Tal fato introduziu notáveis modificações nas relações entre as nações beligerantes e os supostos neutros acabam sendo obrigados a participar da luta.

Dessa maneira, devemos-nos armar, em tempo de Paz, e preparar o nosso material de guerra de acordo com a nossa política nacional, para uma defesa adequada no momento em que for preciso. No mundo em que vivemos hoje, e em face do que se observou nos acontecimentos das últimas guerras e nas da atualidade, chegamos à conclusão de que somente a força é capaz de infundir a outrem o respeito que nos é devido e garantir o direito da livre concorrência entre as nações.

É necessário esclarecer o povo quanto ao verdadeiro valor da capacidade do nosso poder naval. Precisamos dizer-lhe que não basta construir ou adquirir navios com o fito único de mostrar iniciativas, na verdade mal orientadas e empreendimentos de nenhum valor militar, pois não satisfazem às finalidades táticas nem a objetivos de combate na maioria das vezes. O povo deve saber que nem todo navio de guerra é de combate, para evitar que, iludido pelo número de navios da sua marinha, convença-se que dêste modo está o país preparado com uma força naval suficiente para garantir-lhe a integridade territorial e política.

A reestruturação do nosso poder naval está, como sempre esteve, comprometida principalmente pela falta entre nós de uma política de defesa nacional a fim de ser estruturado um programa naval eficiente. Tal política deverá basear-se numa cuidadosa política externa em conjunto com a política geral interna.

Entretanto, em nossos dias, após as duas grandes guerras mundiais, foram mudados os aspectos d'este problema.

A partir dos anos de 1906 a 1918, jamais foi feito ou renovado um estudo sistemático de um programa naval, tendo sido o último elaborado pelo grande Barão do Rio Branco e discutido no Congresso onde se destacaram vários senadores e deputados, entre os quais o deputado Laurindo Pitta.

A esquadra oriunda d'esse programa permaneceu na ativa durante mais de 40 anos sem que a política nacional desse ao país elementos financeiros capazes, após novos programas e estudos sérios, de favorecer a construção de novas unidades ou a atualização de elementos da esquadra.

Se este último programa foi estudado e realizado deveu-se à compreensão cívica de um governo que soube proporcionar ao país e à Marinha um coeficiente financeiro capaz de permitir ao seu sucessor a realização de tal programa.

Portanto, senhores, o Brasil só chegará a possuir um poder naval capaz de proporcionar a defesa integral da sua soberania, pela organização de sua esquadra. E para tanto deve atingir a um índice industrial de tal ordem que possa construir no país as unidades da sua armada, ou obter, pelo menos, um coeficiente financeiro suficiente para adquirir ou construir no estrangeiro as várias unidades navais de que precisa, somando-se a necessidade indispensável e inadiável da atualização dos elementos da esquadra.

O país não está, infelizmente, nem estará, tão cedo, em tal situação e desta maneira dificilmente poderá possuir o poder naval necessário à sua defesa.

Para tanto torna-se necessário incrementar a siderurgia, a metalurgia e a exploração industrial do carvão e do petróleo, dentro do programa que a política nacional de defesa determinar, sem o que nada se obterá, como vem acontecendo até a presente data.

As nações já não respeitam o princípio da prévia comunicação para iniciarem a agressão a outras e até agora não se encontrou um meio de pôr cõbro a tal estado de coisas.

Segundo o conceito vigente, nação agressora é a que dispara o primeiro tiro ou movimenta tropas além de uma determinada linha.

Para impedir tal ação tem-se cogitado intimidar o agressor desistir e em caso de recusa torna-se inevitável a ação militar contrária quase sempre de caráter coletivo.

Esse conceito de agressão cai por terra em quase todos os casos. As Nações Unidas, pelo seu Conselho, votam segundo o lado a que pertencem, mas sem determinar quem fez o primeiro disparo, não cobrindo as realidades de uma crise de guerra. Hoje a guerra civil, as ideologias, como comunistas, fascistas, etc. em luta deixam de ser conflitos de interesse internos quando têm o apoio de uma nação estrangeira. Vemos a Rússia protegendo a China comunista e os Estados Unidos apoiando os chineses nacionalistas.

O Conselho das Nações Unidas não encontrou ainda a definição militar para a ação e o vocábulo agressão e assim não será um forte instrumento naval a serviço da paz.

Como já disse acima, atualmente, em consequência das guerras universais, o aspecto do problema brasileiro tomou outra feição, porque na época hodierna não há mais guerras singulares, isto é, luta de uma nação com outra, mas sim em conjunto, pela reunião de nações coligadas ou submetidas a uma nação líder que comanda os interesses comuns do grupo. Esta situação é determinada ou por fraqueza militar ou por dependência econômico-financeira ou por falta de independência política.

Assim a nação líder estuda, descortina e estabelece a sua estratégia e determina às demais as tarefas táticas a cumprir, fornecendo, assim, os elementos militares adequados à realização das missões previstas e estabelecidas.

Tivemos exemplos frisantes disso na última guerra em que as nações líderes forneciam às suas aliadas todos os elementos materiais necessários à manutenção do seu poderio bélico.

Geralmente as guerras são deflagradas por iniciativa de uma nação contra outra alastrando-se em seguida para se tornarem universais. Ontem as nações lutavam por questões religiosas, pela posse de territórios ou pela supremacia comercial, enfim por melhores condições de vida.

Hoje as guerras mundiais têm o motivo de ordem principalmente ideológica e política. Verificamos que ao terminar a primeira guerra mundial permaneceram, na vanguarda da política internacional, três nações líderes; na segunda ficaram principalmente duas e, na hipótese de uma terceira, só permanecerá uma única nação líder unificando ou pelo menos impondo uma única orientação política e ideológica para o mundo.

Essa tendência de nossos dias é, contudo, contrabalançada pelo desejo de uma maior e cada vez mais ativa participação das nações menos poderosas, no conjunto dos planos e realizações político-econômicas, chefiadas pela nação líder de um determinado bloco de aliados.

Embora tendo que seguir em linhas gerais a orientação da nação líder, que a amparará em caso de necessidade, uma nação, realmente

soberana e cõscia de seus direitos, nunca perderá a sua dignidade, deixando-se arrastar a medidas que lhe sejam prejudiciais, embora do interesse do grupo aliado.

Pelo menos êsse é o sentido democrático e eqüitativo que se deve dar aos pactos de aliança firmados entre nações de poderio militar desigual, sob pena de ser infringido o direito internacional.

Quando chegar a oportunidade de reestruturação do nosso poder naval, deve ser encarado com especial carinho pelo governo e pela política, com inteiro apoio do povo.

É bem possível que com o advento do petróleo nacional e o desenvolvimento da siderurgia e da indústria pesada, no Brasil, dentro de alguns decênios, talvez possamos iniciar a construção das unidades constitutivas do nosso poder naval.

Feita esta explanação, pode-se perguntar se já estamos em condições de enfrentar uma guerra e se também é necessária uma prévia política de defesa nacional. Responderei dizendo que infelizmente nestes últimos 40 anos nenhuma providência eficaz foi tomada, nenhuma sugestão útil foi atendida realmente e é possível que tal estado de coisas continue, pois a indiferença dos nossos políticos ainda não lhes permitiu tomar uma diretriz segura em nossa política de defesa nacional.

De sorte que encontramos ainda hoje o nosso país e os seus recursos vitais para o povo em todos os setores, principalmente no que concerne às classes armadas, mantidos praticamente sem objetivo e sem uma finalidade de alcance universal, pois permanece geralmente em estado de desorganização técnica e despreparados para a guerra.

Nenhuma guerra poderá ser ganha, nenhuma defesa será eficiente sem uma política nacional de guerra que permita conhecer qual o inimigo provável e qual o teatro de operações, qual a organização e a composição das forças inimigas, para assim poder ser equipada, organizada e composta eficientemente a nossa força naval.

Já que falamos em defesa nacional, um fator importante se apresenta — a educação. Já nos próprios Estados Unidos um escritor americano mostrava a importância das escolas para a união nacional, advertindo a opinião pública quanto à pouca atenção dispensada em geral ao problema, na consecução dos objetivos da Escola por parte das autoridades responsáveis. O mesmo problema também o temos, sendo ainda menor entre nós a atenção dispensada pelos Podêres Públicos, no terreno da prática, para a solução das sérias dificuldades que oneram a educação do Brasil.

Observa-se que o Brasil cresceu desproporcionadamente em relação ao seu organismo escolar que há muito deixa de atender convenientemente às necessidades do povo. Criou-se o problema de dar educação adequada a uma população infantil que cresceu em ritmo acelerado

de modo que, no Brasil, o sistema de educação não satisfaz às necessidades nacionais, quer material, quer espiritualmente.

A educação do nosso povo deveria acompanhar a maneira brasileira de pensar e agir com relação à defesa nacional, preparando os futuros cidadãos para serem úteis à Pátria em qualquer circunstância. Para que este problema, de âmbito nacional, possa ser resolvido com sucesso impõe-se um financiamento forte do Governo Federal aos deficits dos Estados, Municípios e Territórios, a fim de que sejam capazes de atender às necessidades locais sem quebrar a unidade dos objetivos da educação nacional. Não basta, entretanto, ter acréscimo de verbas e aumento dos gastos, visando à solução deste problema, nem tampouco se deverá resolver as dificuldades atuais pela ampliação e aprimoramento dos recursos materiais ou de pessoal a serviço da educação. O principal nesse problema é proporcionar ao magistério uma consciência moral e cívica tão sólida quanto a sua formação técnica, a fim de que os professores por força de sua própria condição de educadores, possam orientar o povo no sentido de um entrosamento dos interesses individuais com os da nação. A educação e a instrução são, pois, elementos importantes e decisivos em todos os ramos da atividade, quer intelectual, quer cívica, quer esportiva, quer política, para a solução do problema da defesa nacional.

Não se trata aqui de dar aos jovens um espírito militarista, mas, ao contrário, esclarecê-los a respeito do verdadeiro e importantíssimo papel das forças armadas, ao mesmo tempo incutindo-lhes a noção de quanto pode fazer, individualmente, cada cidadão em seu setor, para manutenção da soberania nacional.

Todos os cidadãos, sem excluir nem mesmo as crianças, são arrastados ao turbilhão da guerra e bem se sabe que, muitas vezes, são os civis os mais atingidos pelos mortíferos engenhos da guerra moderna.

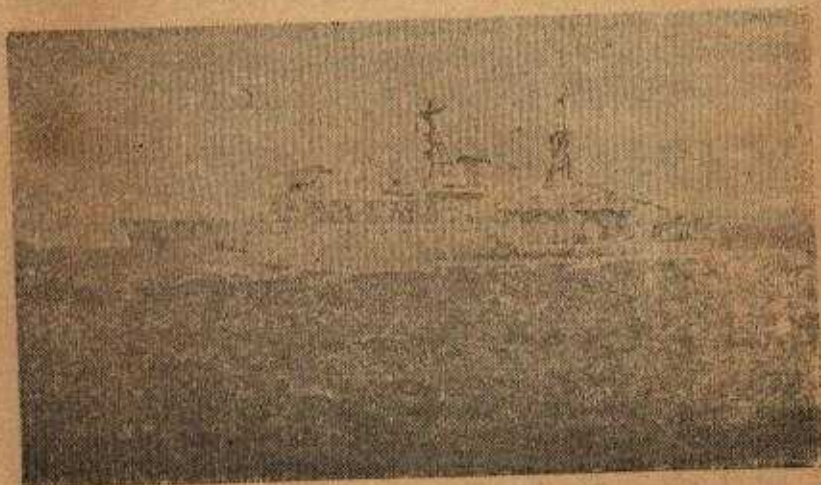
Por isso julgamos que só uma consciência cívica solidamente formada poderá fazer de uma nação pacífica, um povo soberano e respeitado pelos amigos e inimigos, o que só se obtém com uma política de defesa nacional em ação permanente.

É necessário que em tempo de paz todos os elementos materiais, intelectuais, pessoais e governamentais se congreguem com os recursos de toda ordem para a finalidade primordial: a da defesa nacional eficiente em caso de guerra.

II — EXPANSÃO DO SERVIÇO DE HIDROGRAFIA DA ARMADA

Ten A. BRANDÃO DE FREITAS

Por solicitação da Petrobrás, o Serviço de Hidrografia da Marinha de Guerra está fazendo um novo levantamento da baía de Todos-os-Santos e do porto de Maceió para segurança dos novos petroleiros que terão que navegar naquela área. O Serviço de Hidrografia, indispensável para a manutenção da segurança da navegação, foi recentemente modernizado com a incorporação de três novos navios — "Argus", "Taurus" e "Orion" — todos construídos no Arsenal do Rio de Janeiro e montados inteiramente com chapas e perfílados de aço de Volta Redonda. Em 1958, já haviam sido incorporados ao Serviço de Hidrografia, os navios hidrográficos "Sirius" e "Canopus", de fabricação japonesa e modernamente equipados, inclusive com um helicóptero.



O navio hidrográfico "Canopus"

A finalidade do Serviço de Hidrografia é a cartografia náutica, fator preponderante na segurança da navegação. Os supertanques da FRONAPE, modernos e velozes e de avantajadas medidas de comprimento e calado, dependem por demais das cartas náuticas construídas pelos hidrógrafos. A determinação da profundidade das águas no litoral, nos portos, rios e canais constantes das cartas náuticas, bem como os estudos das marés e suas influências, as correntes marítimas, sua velocidade, direção, sentido e duração, são elementos dos quais se valem os comandos nos navios-tanque da FRONAPE, e indispensáveis para uma perfeita e segura navegação. Para a uniformização dos trabalhos hidrográficos do mundo inteiro existe um Bureau Hidrográfico Internacional, que periodicamente organiza conferências para a atualização e intercâmbio de idéias e sugestões no setor hidrográfico.

Particular interessante é o fato dos navios hidrográficos do mundo inteiro serem facilmente identificados, uma vez que, por desempenharem missão exclusivamente de paz, são totalmente pintados de branco. A expansão do Serviço Hidrográfico da nossa Armada vem muito a propósito no momento em que o país se lança à construção naval e ao reaparelhamento de nossos portos, uma vez que contribuirá relevantemente para a segurança e rentabilidade da navegação, ao longo das nossas costas, rios e canais. A Frota Nacional de Petroleiros que, por seu turno, vem sofrendo invulgar expansão no aumento de sua tonelagem, é grandemente beneficiada com os relevantes serviços prestado pelo Serviço de Hidrografia da Armada, pois seus navios-tanques, que têm a responsabilidade da distribuição de derivados de petróleo ao longo da costa brasileira, desenvolvem intensa atuação não somente nos nossos portos, mas, também, na Lagoa dos Patos e no Rio Amazonas.

GEOPOLÍTICA

Deixaremos de publicar, durante algum tempo, artigos referentes à Seção de Geopolítica em virtude do afastamento eventual do Major Octavio Tosta que, durante dois anos, coordenou e abrilhantou com sua inteligência as páginas de nossa revista.



AERONÁUTICA

I — SANTOS DUMONT — SUA VIDA E SUA GLÓRIA

Quando, em 1953, lecionávamos História da Aeronáutica na Escola dos Afonsos, os então Cadetes Jorge Corrêa e Leuzinger Marques Lima apresentaram o trabalho que agora publicamos.

Cel AYRTON FREITAS

A feitura deste trabalho importa a responsabilidade do cumprimento de ordem superior e, mais ainda, o desejo sincero de firmarmos nossa inteira dedicação neste mister.

ALBERTO SANTOS DUMONT, patricio empreendedor, digno entre os mais dignos, brasileiro entre os melhores, foi humanitário acima de tudo.

Labutou na conquista do ar, e despertou o mundo para a exploração do avião.

Não nos é possível discorrer a grande odisséia de DUMONT, porque o muito que se diga, já está compilado em vários tratados.

Aqui fica um resumo do que foi — exemplo de persistência — e do que é — símbolo glorioso para o mundo, principalmente para o BRASIL.

Alberto Santos Dumont nasceu no Distrito de João Aires, Estação de Rocha Dias, Fazenda de Cabangu, a 20 de julho de 1873.

Desde cedo, a mecânica o atraía e até mesmo deixava a brincadeira própria dos meninos de sua idade, pois aos sete anos já guiava os loco-

móveis da fazenda, e, aos doze, servia de maquinista nas pequenas locomotivas "Baldwin", ali utilizadas no transporte de café em côco.

Imaginava e construía pequenos engenhos mecânicos que o deixavam radiante de alegria.

A leitura dos famosos romances de aventuras de Júlio Verne, muito o impressionou, deu margem a que sonhasse na possibilidade de construir e inventar coisas extraordinárias.

Fazer e melhorar utensílios e aparelhamentos de uso doméstico, montar rodas d'água, além de outras instalações do ambiente rural era a sua diversão.

Foi aos quinze anos que viu pela primeira vez em São Paulo um balão, cuja ascensão foi feita por um aeronauta profissional e terminou por uma descida em pára-quedas.

Alberto desejava uma oportunidade para tomar parte nessa façanha, porém guardava seu segredo em silêncio.

Assim é que, para grande alegria sua, seguiu em companhia da família em 1891 para Paris.

Chegando a Paris, sua primeira idéia foi procurar uma escola para aprender navegação aérea. Não existia. Diante dêsse acontecimento, procurou um profissional ou um entendido para ensiná-lo, porém foi exorbitante o preço, fazendo-o desistir do plano.

Aproveitando o ensejo, foi a Exposição Industrial de Paris, onde comprou um automóvel marca "Peugeot". Trouxe-o para o Brasil a fim de estudar devidamente o funcionamento do motor.

Aos dezoito anos o pai deu-lhe emancipação, e em 1897 voltou à Paris.

Aí subiu num pequeno balão e na ascensão êle ficou deslumbrado com o panorama da cidade de Paris, vista de grande altura.

O entusiasmo de Dumont foi tão grande que mandou construir um pequeno balão, com o qual atravessou Paris e cujas palavras, assim proferiu: "O meu primeiro balão, o menor, o mais lindo, o único que teve um nome: BRASIL".

A medida que Santos Dumont ia efetuando ascensões com o aeronauta Machuron, tratava de observar e de saber tudo que se relacionasse com o que mais lhe interessava, isto é, a dirigibilidade.

Em princípios de 1898, Alberto adquiriu um novo tipo de triciclo, com um motor de explosão e tratou logo de adaptá-lo para êsse fim. Suspendeu-o a uma árvore e fê-lo funcionar. O resultado foi o esperado, pois o motor funcionou independente do apoio no solo.

Após a fabricação do novo modelo realizou a primeira experiência no Jardim da Aclimação de Paris, apesar de seus amigos acharem essa prova um suicídio.



SANTOS DUMONT CIR-
CULANDO A TORRE EIF-
FEL EM 1901

O balão subiu, porém rasgou-se de encontro a umas árvores, logo que deixou o solo. Ele não desanimou e iniciou imediatamente a repará-lo e dias depois adaptou um motor melhor, experimentando-o novamente.

Dessa vez foi tudo bem, porque o balão subiu, evoluiu à direita e à esquerda com toda desenvoltura, apenas a aterragem devido a uma imprudência de Dumont, foi meio brusca.

E, assim, pela primeira vez se conseguiu no mundo um motor que dava margem ao governo de um balão.

Seis meses depois surge o "Santos Dumont II" de forma ovóide, tendo realizado a sua prova no dia 11 de maio de 1899 em Bagatelle, com tempo chuvoso.

Esse tempo foi prejudicial ao inventor, porque o balão se dobrou e começou a cair, indo enroscar-se sobre umas árvores, salvando-se, o que lhe deu ensejo para a repetição da prova, aparecendo então com o "Santos Dumont III". Em 13 de novembro foi realizada essa nova experiência, a qual obteve êxito no Campo de Marte.

Com outras experiências e alguns prêmios, em 12 de julho de 1901, fez o "Santos Dumont V" a mais perfeita prova. Partiu de Saint Cloud, foi ao Hipódromo de Long-champs, depois para o bairro de Puteaux e navegou até a Torre Eiffel, onde o povo, a imprensa, o telégrafo anunciavam com entusiasmo a vitória do grande inventor brasileiro, estando assim resolvida a dirigibilidade dos balões.

Nesse mesmo dia pediu a convocação da Comissão Científica do Aero Clube de França, comunicando o seu desejo de conquistar no dia seguinte o "Prêmio Deutsch de la Meurthe" e solicitando a confirmação oficial da prova.

Dito e feito, tudo desejado foi alcançado.

Do dinheiro recebido distribuiu 50.000 francos aos mecânicos das fábricas que o haviam auxiliado e o restante entregou ao chefe de Polícia, para que fossem retiradas das casas de penhor todas as ferramentas de operários, que lá estivessem retidas, a fim de serem devolvidas aos donos.

Foi tão radiosa a notícia de sua vitória para os brasileiros que grandes foram as Homenagens prestadas, recebendo do Governo do Brasil uma medalha de ouro.

O Aero Clube da França ergueu-lhe um monumento em homenagem ao feito em Saint Cloud.

Apesar da glória obtida Santos Dumont não se envaideceu e continuou a estudar.

Até 1905 os balões existentes só navegavam com bom tempo, e Dumont porém, queria navegar em qualquer circunstância. Por isso, pensou em construir um aparelho mais pesado que o ar e que pudesse enfrentar qualquer situação atmosférica.

Por essa ocasião, ele já possuía o dirigível "S.D. 14".

Santos Dumont construiu um pequeno aeroplano que dependurou no referido dirigível a fim de experimentá-lo. Fêz várias tentativas em Bagatelle, até se familiarizar com a direção do aparelho.

Esse primeiro avião que voou no mundo foi construído às avessas, isto é, a cauda e a fuselagem na frente, depois as asas, a cabina e, por último, o motor e a hélice. Mais tarde foi desenvolvido o sistema de construção de aeroplanos.

Em fins de julho de 1906 realizou sua primeira prova pública de aeroplano, vencendo 60 m de distância, a 2 m apenas acima do solo.

Certo de conseguir melhor êxito, ele aperfeiçoa o aparelho e a 23 de outubro de 1906 dirige novamente o aeroplano superando a altura das árvores vizinhas, obtendo 250 m de voo.

Foi notável o seu triunfo e o povo aplaudiu-o freneticamente, pois ficara assim resolvido o caso do "mais pesado que o ar". A partir desse momento Santos Dumont foi consagrado "Pai da Aviação".

Com o voo de 12 de novembro de 1906 perante a Comissão do Aero Clube de França firmou-se oficialmente o primeiro voo do mais pesado que o ar, com o "14 Bis".

Além do "14 Bis", construiu Dumont outros aparelhos, como o "Demoiselle". Esse avião era pequeno, pesando 40 kg, desenvolvendo 35 CV e era oito vezes menor que o "14 Bis", medindo 10 m² de superfície de asas. Era muito delicado, translúcido e feito de bambu e seda.

Com esse avião ele ia a Paris visitar os seus amigos, tendo realizado várias viagens, sem que lhe acontecesse um acidente.

Depois de sua glória em França, tornou à Pátria, aonde, tristonho morreu. Com ironia viu o avião desenvolver-se para fins belicosos em desacôrdo com seu sonho, que era a paz pela união entre os povos, num intercâmbio sadio.

Desejamos a nossos leitores e amigos as maiores felicidades no exame de admissão que se avizinha.

A DEFESA NACIONAL aceita sugestões para concorrer, no ano vindouro com maior eficiência na ajuda aos candidatos à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Colabore conosco! Seja amigo de nossos companheiros que, distantes dos grandes centros culturais, necessitam de nossa cooperação.

II — INSTRUTORES PARA A FÔRÇA AÉREA

Csp. AV. LAURO NEY MENEZES

Quando, em épocas passadas, propusemos como tema em páginas da Revista da EAOAR um Plano Educacional para a Fôrça Aérea, estávamos tentando colocar em termos sinceros e atuais o panorama educacional de nossa organização.

Naquelas linhas, estabelecemos um raciocínio a respeito da seqüência a utilizar na dosagem dos ganhos intelectuais do Oficial da Fôrça Aérea, nos diversos escalões a ascender dentro da carreira.

Esperamos haver ainda evidenciado a necessidade de — acionando aquele Plano — contar com indivíduos perfeitamente identificados com os objetivos a atingir em um sistema educacional assim padronizado, para ocupar os postos de Instrutores.

Fazendo um rápido retrospecto na situação atual, sem que nos divorciemos em considerações à margem do problema, veremos que em todos os escalões as deficiências residem nas técnicas de ensino e de avaliação, causadas pelo mau preparo dos indivíduos que arcam com as funções de Instrutor ou ainda pela falta de padronização de métodos.

E por falta de Instrutores suficientemente conhecedores dos processos pedagógicos e métodos didáticos, a técnica na transmissão de conhecimentos e respectiva avaliação fica arruinada.

Em nossa vida profissional temos sido quase sempre vítimas, de uma forma direta ou indireta, da falta de preparo para a função precípua de Instrutor. A Fôrça Aérea, de uma forma ou de outra, nos olha sempre como Instrutores, em estado atual ou potencial. Ai estão os Regulamentos, Programas-padrão, Diretrizes de Instrução etc., a distribuir encargos de ensino a todos nós, seja na tropa, seja nos órgãos ou estabelecimentos.

Estamos, todos, debaixo das prescrições regulamentares, obrigados a uma função de extrema responsabilidade, obrigados à aquisição, ao trato e à transmissão das idéias fundamentais culturais-profissionais. E isso sem que, até hoje, houvéssemos recebido algo mais do que uma orientação esparsa e não definitiva.

Temo-nos permitido adotar uma solução aos problemas de ensino — sedimentação cultural — baseada na iniciativa individual e na experiência anterior que, nesse aspecto, é quase sempre pequena.

Agindo dessa forma, a Força Aérea admitirá, passivamente, uma deturpação da instrução em sala, dada a não observância dos preceitos básicos da técnica de ensino.

A providência primeira para acertarmos a cadência será a qualificação de pessoal para as funções de Instrutor. Dentro de um Plano Educacional da envergadura que a FAB necessita, o Instrutor representa o elemento catalizador e sumamente dinâmico que assegura a vivência ao Plano.

Cabe, portanto, antes de mais nada, preparar homens dentro dos gabaritos desde há muito requeridos, a fim de eliminar qualquer prejuízo decorrente dessa falta.

Em sintetizando: cumpre pôr em ação um Curso de Instrutores para a Força Aérea, cuja função precípua seja a preparação de todos os militares que estejam ou venham a ser cogitados para gerir ou ministrar instruções terrestres.

Em essência, esse Curso trará à luz: normas e métodos de preparação da instrução; processos de transmissão dos conhecimentos; e métodos de avaliação e crítica dos trabalhos escolares.

Será um tipo de trabalho intensivo que requererá algumas semanas, nas quais, entre outros processos, aprender-se-á praticando.

Na preparação dos trabalhos escolares, a montagem dos planos de aula deve ser tal que conduza a apresentação ao objetivo proposto. Que se vise à atividade do aluno antes de se pensar na do Instrutor.

Que nos processos de transmissão de conhecimentos se considerem, entre outros, os processos de instrução assistencial e de grupo. Que se analisem as formas de conduzir as soluções dos problemas dentro da técnica da mesa redonda. Que se permita o conhecimento de como gerir os trabalhos em grupo, assunto extremamente necessitado nesta Força Aérea.

Sejam os processos de avaliação fundamentados em dados precisos e traduzam exatamente aquilo que se pretende medir, e sejam as críticas dos trabalhos preparados de tal forma que possam ser encaradas como u'a maneira de corrigir defeitos e ainda ministrar instrução.

Em suma, seja um Curso que, além dos citados anteriormente, incorpore ao Instrutor os conhecimentos da técnica de ensino militar, fazendo uma rápida, porém incisiva e necessária, condução aos problemas da instrução.

A esse respeito, várias iniciativas bem sucedidas, mas esparsas, têm sido tomadas. A nosso ver, a preparação, a direção e a execução devem

ser centralizadas e, de preferência, atribuídas a um Instituto de Ensino do Ministério da Aeronáutica.

Devem ser centralizadas para permitir economia de esforços nos trabalhos mecânicos de apoio e infra-estrutura, padronização de métodos e terminologia, evolução atualizada e controlada, pesquisas etc.

Devem, ainda, estar afetas a um dos elementos do ensino da Aeronáutica.

A centralização não aparece tão questionada quanto o é a localização desse Curso dentro do setor do Ensino no Ministério.

Em analisando as pretensões de tal Curso, verificamos que nele desejamos sejam formados os Instrutores dos diversos escalões do Plano Educacional, desde os que ministram instrução prevista nos PIPE até os dos institutos de nível superior.

Já que até os Instrutores de nível superior de ensino aí seriam formados, fica automática a entrega da gerência a um instituto do nível mais alto cogitado: o de nível superior.

A experiência já demonstrou que a formação dos Instrutores deve ser altamente coletiva e especializada. Para não incorrerem em enganos que viriam prejudicar a qualidade do material humano preparado, é necessário que o Instituto de ensino, que assumirá a direção desse Curso, possua vida funcional permanente, infra-estrutura e apoio que assegurem aquela seleção e especialização.

O que se pretende é deixar claro que a administração, a condução e a avaliação em tal Curso serão mais bem sucedidas se fôr adotado um regime de instrução assistencial, de tempo integral de contato aluno-instrutor, de freqüência intensiva e obrigatória, de aproximação geográfica entre o corpo discente e docente, etc.

É indiscutível que, criado tal Curso, todos os estabelecimentos e institutos de ensino do Ministério candidatar-se-iam à sua gerência.

A nosso ver, esse encargo deve ser entregue à EAOAR por um grande número de motivos.

A EAOAR é um instituto de ensino de nível superior. Seus Instrutores residem, obrigatoriamente, na área da Guarnição, o que garante uma instrução assistencial e uma aproximação permanente aluno-instrutor. Além disso, a EAOAR tem vastíssima experiência no setor de ensino intensivo e de cursos rápidos — que o Curso de Instrutores requer — e está localizada no "maior centro cultural da América Latina", que é a Capital Paulista.

A EAOAR, por força de legislação, está obrigada a indicar seus Instrutores, e, no caso do seu recrutamento, ministrar um curso de padroni-

zação e aproximação aos problemas de ensino (Art. 84 do Decreto n. 31.914 de 12 Dez 52).

A ECEMAR possui item idêntico em seu Regulamento. Os outros estabelecimentos de ensino admitem Instrutores por designação automática e independentemente de avaliação ou preparação desse pessoal. A instrução terrestre nas Bases e Unidades Aéreas tem sido ministrada por pessoal recrutado da forma descrita anteriormente.

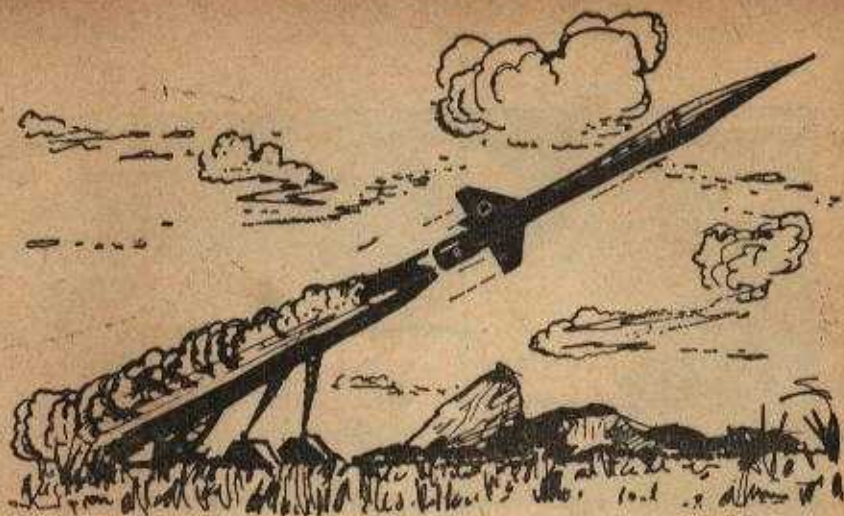
Isto pôsto, verificamos que, dentro da legislação em vigor, apenas a EAOAR e a ECEMAR têm a si, afetas as responsabilidades de avaliar, indicar e preparar Instrutores. Os outros e diversos escalões do Plano Educacional se têm permitido ser ativados por Instrutores credenciados apenas pela designação.

Mesmo considerando a superposição da legislação na EAOAR e na ECEMAR, não existe correlação entre uma e outra, e pode acontecer (como já houve) que oficiais, não cogitados para Instrutor na EAOAR, o foram na ECEMAR e vice-versa. Esta situação cria uma incompatibilização com essa função em uma Escola ou outra, e pode gerar descrédito em ambos os sistemas de avaliação.

É sabido que os oficiais transitam antes pela EAOAR do que pela ECEMAR. Pretende-se, ainda, que o Curso de Instrutores seja ministrado a todos os oficiais (inicialmente) e a todos os militares (futuramente) que estiverem ou vierem a desempenhar qualquer trabalho dentro do Plano Educacional. Considerando que a EAOAR vem há algum tempo conduzindo um Curso de Instrutores e tem estado a produzir pesquisas e padronização nos métodos de ensino militar, e, ainda, por representar um escalão hierárquico mais acessível aos postos dos militares que serão cogitados para um Curso de tal amplitude, mais lógico nos parece que à EAOAR seja atribuída essa responsabilidade.

Mas, mesmo que consideremos questionáveis as idéias relativas a "quem providencia o quê" para tal Curso, lembremo-nos antes que:

- a Força Aérea precisa, urgentemente, de uniformização de idéias, pensamentos, procedimentos e doutrina;
- o melhor e mais rápido processo para a obtenção desses elementos básicos de nossa sobrevivência é a ativação de um Plano Educacional;
- esse Plano, de política educacional centralizada, faria a gestão cultural em todos escalões de trabalho da Força Aérea;
- o Instrutor bem representa, essencialmente, o elemento dinamizador de tal movimento;
- a Força Aérea tem sido lançada, ultimamente, à luta no terreno das idéias; essa luta não se trava com os comandos de uma aeronave nas mãos, mas, sim, em torno de uma mesa.



Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

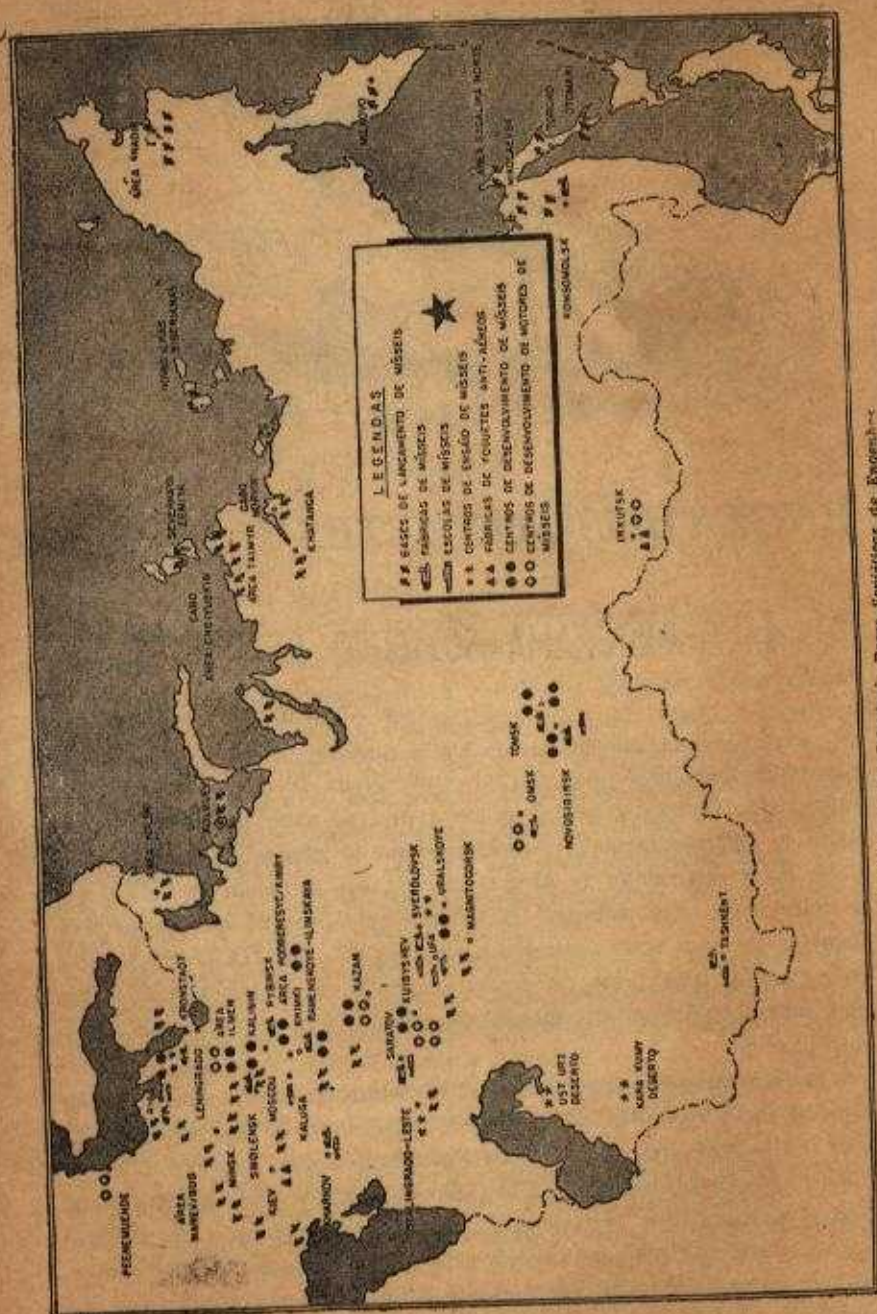
ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

I — PROGRAMA SOVIÉTICO DE MÍSSEIS

Major ADYR FIUZA DE CASTRO

— O programa de mísseis da União Soviética e dos países satélites está sendo executado com o apoio integral da Força Aérea Vermelha, cujo chefe Marechal Zhigarev é um crente no valor dos ICBM (Missil Balístico Intercontinental). Acredita-se que o general A. S. Yakalov, Chefe do Departamento de Armas Especiais, é o dirigente de tudo o que se relaciona com os mísseis. Os esforços soviéticos no que concerne a foguetes parecem estar centralizados no Instituto da ZIAM, em Moscou. Outro centro importante de desenvolvimento de mísseis especialmente para armas balísticas, encontra-se em Khimki, proximidades da capital soviética.

De acordo com o programa recente de dispersão dos centros de desenvolvimento subsidiários através do país, foram instalados alguns na zona dos Montes Urais. A cidade de Kuibishev é, provavelmente, o centro das usinas que se dedicam à fabricação de motores para mísseis. O Cel Andrei Kostikov, que se tornou conhecido após a invenção dos canhões Katiusha, tem seu gabinete naquela cidade. A fábrica de motores Frunze, para foguetes, também se encontra em Kuibishev e sua produção é considerável.



Localização das Principais Bases Soviéticas de Engenharia

A produção de projetis balísticos acha-se disseminada por toda a União Soviética, calculando-se que atinja o total mensal de 2.000. Uma das primeiras fábricas desses projetis era a de n. 456, localizada em Moscou. Outro importante estabelecimento dedicado a essa especialidade encontra-se em Tomsk. Uma fábrica subsidiária da empresa automobilística ZIS, também está trabalhando na produção de projetis balísticos.

Uma das mais recentes providências tomadas pelos dirigentes da produção de mísseis foi a instalação de fábricas no Extremo Oriente do país. Até o início da década atual, não se verificava qualquer atividade relacionada com projetis balísticos a leste do Lago Baical. Atualmente, porém, existem fábricas modernas em vários pontos da Rússia Oriental, entre as quais uma enorme usina de montagem em Komsomolsk, à margem do Rio Amur. O mapa que acompanha este artigo indica vários dos centros de desenvolvimento e fábricas de mísseis soviéticos. O mapa indica, ainda, a localização das principais bases russas de engenhos, cumprindo frisar que a existência da maioria das bases de lançamento apresentadas no mapa foi devidamente confirmada. Acredita-se, também, que a maioria dos importantes centros soviéticos é cercada de inúmeras baterias antiaéreas. As bases de lançamento das armas balísticas acham-se localizadas no perímetro russo, inclusive em muitos pontos do extremo norte.

Existem fortes indícios de que a União Soviética vem fornecendo mísseis às nações satélites, nenhuma das quais possui programa de desenvolvimento de projetis balísticos, embora venham trabalhando para a indústria soviética, como contratantes. A Alemanha Oriental, por exemplo, ainda é uma importante fonte de material para os sistemas de orientação de mísseis, embora os russos estejam tornando-se rapidamente independentes do material eletrônico de procedência alemã oriental.

Durante anos, os russos dependeram dos alemães no tocante à produção de mísseis. De 1945 a 1950, o esforço russo nesse campo foi quase totalmente baseado nos trabalhos alemães durante a guerra, além de ter sido executado por engenheiros alemães "contratados" pela Rússia.

De 1950 a 1955, verificou-se uma transição pela qual a maioria dos alemães regressou à sua pátria e os russos passaram a projetar e confeccionar seus próprios projetis. Desde 1955 porém, que os russos são completamente independentes da contribuição alemã, se bem que a maioria dos mísseis atuais ainda reflita a concepção alemã que lhes serviu de base. Existem indícios de que os russos ainda estão utilizando a base de projetis de Peenemuende, na Alemanha Oriental, para testar certos projetos em pesquisa.

II — É PRECISO VENCER A BARREIRA TÉRMICA

Trabalho baseado em estudos feitos por cientistas americanos e condensado pelo Eng ADYLTON BRANDÃO F.

1 — Com o auxílio de seus notáveis aviões "X" esperam os engenheiros astronáuticos estadunidenses eliminar a distinção popular entre aeroplanos e projéteis, a fim de que possa surgir a imagem definitiva de um veículo espacial de aceitação geral. Muitas das fabulosas naves cósmicas da ficção científica foram, de um ou outro modo, e originalmente, prefixadas pela letra "X". Quando, pouco depois do término da guerra, os cientistas se entregaram seriamente à pesquisa aeronáutica, foram desenhados três tipos de aviões com a letra "X" introdutória: a) aviões-foguete tripulados; b) aviões-turbojato tripulados; e c) projéteis sem piloto.

O "Bel X-1" foi o primeiro avião a atingir velocidades supersônicas em vôo plano, cruzando a barreira do som em outubro de 1947, embora alguns pilotos de "Spitfires" e "Hurricanes" houvessem quase atravessado essa barreira em mergulhos verticais.

"Bel X-1" era, quase literalmente, um projétil dirigido pelo homem. Seu motor de foguete desenvolvia uma propulsão de 2.700 quilos. Como combustível, utilizava álcool e oxigênio líquido. Seu sucessor, o "X-1A", era 1,5m mais comprido e, em dezembro de 1953, alcançou duas vezes e meia a velocidade do som, ou, sejam 2.640 quilômetros horários. Em outro vôo atingiu vinte e sete quilômetros de altitude levando o seu piloto aos umbrais do espaço. E embora fôsse este um grande triunfo, apenas pôde manter-se durante quatro minutos à pressão máxima.

O "X-1B" foi especialmente construído para a pesquisa dos efeitos da fricção, que produz um aquecimento extraordinário em grandes velocidades. Apesar dos aviadores já terem conquistado a barreira de som, temiam um oponente muito mais poderoso: o calor provocado pelo atrito.

Também as equipes britânicas de pesquisas aeronáutica procuram a solução desse problema. A "Companhia Bristol de Aeroplanos" está atualmente construindo um avião, já denominado de "Chaminé Voadora", cuja carlinga - equipada com refrigeração automática para funcionar após o limite de três mil e duzentos quilômetros horários.

2 — Quando o calor de fricção provoca uma temperatura tal que os materiais de construção aérea perdem a sua resistência, os motores

e instrumentos deixam de funcionar com exatidão e o homem, no interior da cabine, atinge o limite de tolerância física, foi atingida a barreira térmica. É um problema assustador.

Todos os objetos em movimento geram calor de fricção, atraindo-se contra o ar; isso acontece até com uma bola de futebol, seja ela projetada no ar ou lançada pelo chão. Um projétil que se desloque a 4.800 quilômetros horários gera 870 graus de calor, temperatura que ultrapassa de muito o ponto de fusão da maioria dos metais. Quando um meteoro entra na atmosfera terrestre a uma velocidade de 11.200 quilômetros, aquece-se a cerca de 4.700 graus, o que é mais do que suficiente para transformar-se em cinzas qualquer coisa; no caso do meteoro, é exatamente isso que acontece.

Contudo, algumas das últimas conclusões dos cientistas derrubam teorias há muito existentes sobre as temperaturas espaciais, aumentando assim os riscos a enfrentar.

A densidade atmosférica em altitudes de 320 a 960 quilômetros corresponde a uma atmosfera ainda mais ardente do que antes se julgava. Já se verificou que não existe ponto algum, nas altitudes até agora alcançadas, em que a atmosfera seja constante. Ao contrário, a uma altura de 960 quilômetros parece prevalecer uma temperatura de 700 graus, e mais acima acredita-se que ela seja ainda mais quente.

Podem os aviadores suportar temperaturas até cinquenta graus durante períodos prolongados, em câmeras de experimentação já houve casos em que pilotos toleraram 71 graus de calor por uma hora, mas isto é apenas equivalente ao calor de um avião que se mantenha à velocidade do som (1 mach), numa altitude de 4.800 metros, não se levando em consideração as temperaturas que possam prevalecer no espaço.

3 — Ocorre a fricção quando a aeronave corta a atmosfera, porque as moléculas de ar colam-se à sua superfície. Uma camada muito leve de moléculas do ar que o rodeia misturam-se e chocam-se violentamente com elas. A mescla dessas moléculas, que deslizam e colidem, gera o calor.

Quase todos os metais perdem a resistência a temperaturas elevadas. O alumínio, por exemplo, perde quarenta por cento de sua resistência a somente 120 graus; o titânio apenas resiste até 370 graus. Uma liga de aço inoxidável e cobalto resiste ao calor até 870 graus, mas o aço é excessivamente pesado, embora os metalúrgicos britânicos pareçam nele depositar grande esperança como oposição ao calor. A "Chaminé Voadeira", oficialmente conhecida como "Bristol T. 185", está sendo construída com blocos sólidos de aço inoxidável.

Empregam agora os estadunidenses uma liga resistente ao calor chamada Iconel X, que conserva a forma de um avião a uma temperatura incandescente de 732 graus, quando o alumínio e o aço comum há muito teriam amolecido.

Ainda que a superfície externa seja solidificada e preparada contra o atrito, permanece, porém, insolúvel o problema da conservação dos líquidos hidráulicos que desempenham papel essencial no sistema de controle efetivo de uma aeronave. O óleo entra em combustão, deixando sem lubrificação diversas partes de vital importância.

Existem várias maneiras de proteger os aviadores do aquecimento excessivo, durante os arranques a alta velocidade. Uma delas, é claro, seria reduzir todas as linhas da aeronave, para que haja o menor número possível de superfícies contra as quais o ar se comprima ou adira. O "X-3" foi construído para satisfazer a essas especificações. É tão afilado, que já foi chamado de "lápis voador". Tem propulsão de 6.400 quilos e aterra a 343 quilômetros por hora. Só não está ainda aparelhado para explorar o espaço sideral.

4 — Ao pensarmos no grande salto para o espaço desconhecido, imaginemos que empunhamos uma pequena bola. Quanto maior a força com que a atiramos, maior será a sua trajetória antes de cair ao solo. Imaginemos agora um homem fantásticamente forte capaz de lançar uma bola a centenas de quilômetros de altura à velocidade de 6,7 quilômetros por segundo ou 24 mil quilômetros horários. A esta altitude e velocidade de projétil intercontinental, a bola seria lançada através do Atlântico antes que a força de gravidade da Terra pudesse exercer sua ação. (Ou, como o declarou Newton: "Matéria atrai matéria na razão direta das massas e na inversa do quadrado da distância".)

Se outra bola fosse lançada à mesma altura, mas à velocidade de oito mil metros por segundo ou 28.800 quilômetros por hora, mais uma vez a esfera cruzaria o oceano, ultrapassaria a Terra e prosseguiria em sua trajetória. (Como o explicou aquele sábio e irritadigo estudioso? "Um corpo em movimento continua em velocidade constante e em linha reta, a menos que sobre ele atue uma força qualquer." Estranho que ele já o soubesse, há quase trezentos anos...).

Acima da atmosfera terrestre, sem que houvesse apreciável resistência do ar para torná-la mais lenta, a bola continuaria a "cair" em torno da Terra, sendo sua força centrífuga exatamente igual à de gravidade. (Como o havia explicado Sir Isaac: "Para toda ação há uma reação oposta e correspondente". Que velha e sábia coruja era ele!...).

Existem agora em órbita, a velocidades de satélite, várias luas artificiais.

5 — Suponhamos que se quisesse atingir a Lua como fizeram os soviéticos. A velocidade necessária é de cerca de 11,2 quilômetros por segundo, ou quarenta mil quilômetros horários. Esta é a velocidade de fuga, a requerida para libertação total da força de gravidade da Terra, enviando o projétil ao espaço infinito.

Além de sua relativamente pequena velocidade, uma astronave é também animada da velocidade orbital da Terra. Se a astronave tiver

apenas uma velocidade mínima de fuga ao controle da gravidade, poderá circular em torno do Sol indefinidamente, em órbita muito próxima à da Terra. Para ir a Marte, cuja órbita está situada além da órbita terrestre, o navio do espaço terá de vencer lateralmente a força gravitacional solar por meio do aumento de velocidade. Para atingir Vênus, deverá "mergulhar para baixo", por meio de uma redução de velocidade. Numa viagem em direção a Marte, o navegador do espaço faz o seu lançamento da Terra na mesma direção em que ela se estiver deslocando em sua órbita. Sua nave deverá possuir uma velocidade de apenas 1.400 quilômetros horários acima da velocidade de fuga. Esta velocidade é somada à velocidade orbital da Terra (106.560 quilômetros por hora), que a aeronave já levava no lançamento.

Isto será suficiente para vencer a força gravitacional do Sol, permitindo à aeronave deslocar-se para fora em eclipse. Se os cálculos forem exatos, encontrar-se-á com Marte em sua órbita.

Para uma viagem à nublada Vênus, que está mais perto do Sol, o navegador espacial lança a sua aeronave em direção oposta à da translação da Terra. Sua velocidade de partida, acima da velocidade de fuga, é subtraída da velocidade orbital, o que a fará mover-se com a velocidade necessária para escapar à órbita da Terra e para que a gravitação do Sol a puxe até Vênus, numa curva para dentro.

Para chegar tão longe é preciso energia, grande quantidade de energia. Os satélites artificiais que circulam na atmosfera, lançados de suas plataformas do Cabo Cañaveral e das estações de lançamento da Sibéria, desenvolvem propulsão de 72.600 quilos em diante. O "X-15" é impulsionado por motores-foguetes que atingem uma propulsão de 27.300 quilos.

Todas as aeronaves da série "X-1" foram normalmente lançadas ao ar por meio de aviões quadrimotores do tipo de bombardeio especialmente adaptados para essa tarefa. Assim, puderam utilizar o seu precioso combustível somente para finalidades de pesquisas para as quais haviam sido construídas, sem desperdiçá-lo no levantamento de voo ou ganhando altitude.

Tais aeronaves devem levar sempre mais de 450 quilos de instrumental.

Nem todas as aeronaves da série "X-1" alcançaram êxito. O "X-1" n. 3, foi destruído durante uma operação de carregamento de combustível, um "X-1A" explodiu em 1955 e um outro modelo, "D", da mesma série, também teve uma sorte amarga.

Na base da força aérea Edwards, no deserto de Mojave, da Califórnia, porém, o otimismo perdura. Lá, estão sendo atualmente aperfeiçoados os últimos aviões-foguetes "X-15" para a sua viagem de exploração do espaço. E em breve o "X-15" será lançado por um avião de bombardeio, projetando no vácuo misterioso um dos mais hábeis aviadores de nossa época, um Jasão do Século XX, — Scott Crossfield.



Ano II — N. 5
(Jul — 60)

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO.
Instrutor da ECEME

SUMARIO

I — BASES FILOSÓFICAS

GUERRA MODERNA, TÉCNICA E SURPRESA

Maj Amerino Raposo Filho

(Cont. do número anterior)

II — GUERRA REVOLUCIONARIA

ENSAIO SOBRE A GUERRA REVOLUCIONARIA

Ximenes

Traduzido da "Revue Militaire d'Information" n. 231, de Fev/
Mar 1957, pelo Ten-Cel M. Potyguara.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenómeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOCTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenómeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operativo em situações diversas. Constitui um todo harmónico e homogêneo.

BASES FILOSÓFICAS

GUERRA MODERNA, TÉCNICA E SURPRESA

Maj AMERINO RAPOSO FILHO

(Continuação do número anterior)

2ª PARTE — GUERRA MODERNA E TÉCNICA

- 1 — Impacto da Era Industrial
- 2 — Repercussão da Técnica na Conduta da Guerra
- 3 — Aspectos Particulares da Técnica
- 4 — Conclusões Parciais

2 REPERCUSSÃO DA TÉCNICA NA CONDUTA DA GUERRA

A expressão, já referida, de que nos aproximamos da "guerra de apertar botões", denuncia o sentido atual e proveniente da Técnica em benefício da Concepção e da Conduta da Guerra, sem embargo da influência do progresso técnico-científico estar presente na Arte Militar, desde os tempos antigos. Na verdade, as transformações relativamente ao armamento e ao material de guerra configurando fisionomia nova à fase propriamente operacional, aparecem realçadas durante a guerra Russo-Japonesa. O largo emprêgo do fuzil de repetição e da metralhadora, conforma a luta em frentes continuas e consagra a guerra de trincheira no campo tático. Não há, pois, aquêlê conceito de Linha de Frente e esforço na Retaguarda, característico da Guerra Civil americana e presente em tôdas as fases da luta de 14/18 onde, não apenas a pesquisa técnico-científica, mas sobretudo a máquina industrial, convergem esforços para o desenvolvimento das operações militares.

Desde o aparecimento da pólvora e da máquina a vapor, que as campanhas não sofriam reação tão violenta, como aconteceu com o advento do motor de combustão interna e do telégrafo sem fio. Pois, segundo o General FULLER, "os motores de combustão interna, não apenas revolucionaram os transportes e a conduta da luta terrestre, senão que, tornando o vôo possível, elevaram a guerra à 3ª dimensão, enquanto o telégrafo sem fio, praticamente, criou uma 4ª dimensão, uma vez que, para todos os efeitos, o novo processo de transmissão de energia, tanto reduziu o espaço como o tempo. Assim, criaram-se dois novos campos

de batalha, o céu e o éter, um dominado pelo avião; o outro, pelo rádio e pela ciência eletrônica". Além disso, consequência dos aperfeiçoamentos introduzidos no armamento e da possibilidade de exercer-se o comando a grandes distâncias, o próprio campo de batalha amplia suas dimensões, para algumas dezenas de quilômetros. O avião completaria o quadro, penetrando profundamente na retaguarda adversária, qual prolongamento da Artilharia de longo alcance, e bombardeando concentrações de tropas e a população civil, subvertendo desta forma outros conceitos da Conduta da Guerra e conferindo novo sentido ao domínio da Guerra Psicológica. O que vai refletir-se, de modo exuberante, na preparação e no desenrolar do conflito seguinte.

Bem característica é a fisionomia da Guerra de 39/45, que se configura em operações com incrível rapidez e violência, à base de manobras em frentes extensas envolvendo meios altamente móveis e flexíveis. A Ciência e a Técnica se entrosam às maravilhas na consecução desse objetivo, cujos primeiros resultados no campo da Estratégia Operacional, impressionam profundamente o pensamento militar: — a Polónia é esmagada em 18 dias; toda a Holanda e grande parte da Bélgica, sucumbem em 5 dias. E o rôlo compressor nazista prossegue, dominando a França em 35 dias; a Iugoslávia em 12 dias, culminando a arrancada vitoriosa das forças alemãs, com a capitulação da Grécia, ao cabo de fulminante assalto, que dura 5 dias. Mesmo na primeira fase da Campanha da Rússia, se destaca a mobilidade das forças, bastando lembrar que o avanço na direção de Smolensk durou 25 dias. Aliás, em todos os Teatros de Operações o esforço era no sentido de máxima mobilidade, para o que se aproveitavam as possibilidades técnico-industriais.

Também se ampliaram de modo considerável as dimensões das zonas de combate. "No plano das operações — escreve o Coronel BONNET — graças aos melhores transportes, a uma radiofonia mais possante e generalizada, a luta possibilitou as mais audaciosas combinações e tornou mais fácil o exercício do comando. Os Exércitos passaram a se deslocar mais rapidamente e para mais longe, e as linhas de frente se alongaram: mais de 2.000 km, de Leningrado ao MAR NEGRO, enquanto a frente do MARNE, nem mesmo chegava a 300 km. A batalha terrestre passou a se desenvolver em superfície e, não mais obrigatoriamente, ao longo duma linha de frente".

Ademais, revitaliza-se o campo da tática operacional, com o emprêgo do binário carro-avião, a efetiva cooperação e, quase até, a integração das armas, de que os Destacamentos e os Grupamentos Táticos representam preciosos exemplos. As armas, isoladamente ou em conjunto, desenvolveram suas características de emprêgo de modo sensível, apresentando "formidável flexibilidade de manobra e extraordinária potência de fogo". E, de permeio com o escalonamento dos meios em profundidade, exigindo que a ruptura das posições se fizesse a maior distância, outros fatores se destacam na Conduta da Guerra, de que as Forças Morais representam um dos mais expressivos. Nunca, na verdade, tiveram os aspectos relativos ao moral preponderância tão grande quanto

no último Conflito, não somente no quadro da Guerra Revolucionária, mas sobretudo tendo em vista a Guerra Regular. Ai está a Campanha da FRANÇA, em 1940, para mostrar o valor das Forças Morais.

Outro ponto que mereceu destaque na fase operacional, foi a dependência cada vez maior das Grandes Unidades do apoio da retaguarda, realçando-se a importância decisiva das linhas de transporte na montagem e na execução das manobras, estratégicas e táticas. Nos principais Teatros de Operações — e convém destacar a RUSSIA, onde mais se encontraram as manobras de cerco — observa-se progressiva derrota das forças que não podiam ser apoiadas por via terrestre, embora em certos casos, o suprimento aéreo se tenha firmado com absoluto êxito, mas sem aquela característica de continuidade que é uma das condições fundamentais do fluxo de suprimentos. "Uma Divisão de Infantaria emprega 150 toneladas de gasolina por dia de combate e, uma Divisão Blindada, 350 toneladas — assinaia a proposito o Coronel BONNET — se, em 1917, era preciso transportar 10.000 toneladas de material por Divisão para uma ofensiva, na 2ª Guerra Mundial a abertura de um Teatro de Operações exigiu um transporte inicial de 8 toneladas por homem lançado na luta, seguido dum reaprovisionamento da ordem de 1 tonelada por mês por homem, isto é, 92.000 toneladas por Divisão e mais 14.000 toneladas por mês".

Não poderíamos deixar de fazer referência, ligeira, embora, às operações da Guerra Irregular e ao emprego da Força Aérea, que se ampliaram de modo extraordinário no último Conflito, e cujo campo de atuação vitorioso decorre do espantoso desenvolvimento técnico-científico. As guerrilhas ou a luta de "partisans", entrosadas às forças regulares ou mesmo existindo independente, só puderam concorrer tão eficazmente para a vitória final, dados os benefícios proporcionados pela Técnica, em todos os setores. "A atuação dos guerrilheiros na FRANÇA, mas principalmente na RUSSIA e na IUGOSLAVIA, apresenta um valor estratégico realmente notável. Só na FRANÇA, a Resistência francesa imobilizou 15 Grandes Unidades alemãs, impedindo-as de atuar na NORMANDIA. Na RUSSIA, em 1943 executaram-se mais de 6.000 ações de guerrilha. Em 1944, os guerrilheiros mataram 150.000 homens, dos quais 15 Generais, destruíram 1.000 pontes, centenas de aviões e carros de combate, e milhares de viaturas, fazendo descarrilhar centenas de trens, capturando QG completos e pilas de munição". Inclusive, beneficiaram-se os guerrilheiros das possibilidades de lançamento de elementos aerotransportados ou, mesmo, para-quedistas.

Aliás, o transporte de tropas e de equipamentos por meio de aviões, inaugurou o envolvimento vertical, que muita repercussão vai provocar no campo operacional das forças, sobretudo relativamente à manobra, pois que se pode realizar, não apenas o envolvimento tridimensional, mas também a combinação da manobra central, de ruptura, com uma ação envolvente, mesmo sem existir flanco.

Tanto os guerrilheiros como as forças aerotransportadas, "revolucionaram a técnica da batalha de ruptura, levando a guerra à retaguarda inimiga. Permitem, nos domínios estratégico e tático, combinações de concepção clássica, colocadas sob o signo da velocidade, do poderio e da surpresa. Em março de 1944, no centro-norte da BIRMANIA, a Divisão WINGARTE foi transportada para a retaguarda japonesa, cortando suas linhas de transportes na frente de CHINDWIN. Pára-quedistas e planadores deixaram em terra uns 12.000 homens, todo o seu material e, até mesmo, "buldozers". Foi a primeira ofensiva lançada pelo ar contra o JAPÃO, a mais importante de todas aquelas realizadas pelos aliados em todas as outras frentes e, de modo geral, a mais ousada de todas as operações aerotransportadas da História".

É impressionante o que se vê, ou pelo menos se sabe, relativamente à Técnica em benefício da Guerra, tanto no quadro da Regular, quanto no da Revolucionária. E isso porque, cada vez mais a Guerra Moderna se afirma dependente da Ciência e da Técnica, mas atentemos que em termos objetivos, em busca fundamentalmente da mobilidade no campo de batalha, tanto quanto o aumento da potência de fogo e de destruição em massa. Pois é isso, em última análise, que o aperfeiçoamento das novas armas tem em mira, dado que a Conduta da Guerra, faz-se por meio da Manobra, na Estratégia e no compartimento mais restrito da Tática. E, quem fala em Manobra, lembra movimento, iniciativa, liberdade de ação para a consecução da vitória final, que não será apenas a destruição das Forças Armadas adversárias, mas geralmente a ocupação de seu território. Portanto, a Técnica tudo faz, tudo envida, no propósito de aumentar a capacidade combativa e o poder de destruição e de choque das forças em campanha. Todavia, de nada adiantará toda essa gama de armas poderosíssimas e de extraordinário poder destruidor, se não estiver a serviço duma intenção superior, que possibilite o máximo de velocidade e surpresa no Combate, na Batalha e na Estratégia.

Não será propriamente o contendor que dispuser dos melhores recursos propiciados pelo "século científico", que estará em melhores condições de enfrentar vitoriosamente uma Guerra futura. Da mesma maneira que não serão as vitórias iniciais, das primeiras operações ou, até, campanhas, que ganharão ao final. O que a história tem mostrado é justamente o contrário; pois, se busca no Campo de Batalha empregar o que de mais aperfeiçoado e poderoso puder proporcionar a Técnica. Não o que existe, mas o que poderá existir. Não o emprêgo dos meios de maneira clássica e ortodoxa, mas de modo inteiramente diverso. Procurando, sempre, a obtenção da Surpresa, da Velocidade, da Ação em Massa, tudo para conquistar os diferentes objetivos, no menor espaço de tempo e da maneira mais econômica. Em última análise, ousar, pois "quanto maior a segurança, maior o perigo", dizia o filósofo oriental SUN TZU. Portanto, a Técnica a serviço da Guerra, mas em busca principalmente da Surpresa, sob todas as suas manifestações, técnica, tática, estratégica, organizacional e, até mesmo, psicológica.

Se durante a 2ª Guerra Mundial, "o aparecimento duma nova arma científica ou de um novo método técnico-científico aplicado às operações, causava mais cuidado que a perda de uma batalha de tipo clássico" como assinala o General FULLER, que não dizer dos tempos atuais, quando está no consenso mundial o valor decisivo da contribuição da Ciência e da Técnica à Concepção e à Conduta das Operações? Pois, aí não está aos olhos de todo o mundo, a tremenda competição das principais potências, no sentido de novas invenções, novas técnicas, em busca de armas e equipamentos que visem à Surpresa?

3. ASPECTOS PARTICULARES DA TÉCNICA

a. *Técnica e Potencial Humano*

Ao contrário do que poderia parecer numa apreciação sem profundidade, exige a Guerra Moderna mais e mais poderosos efetivos, não somente para as Forças Armadas, mas principalmente com vistas à manutenção da tremenda estrutura industrial propulsora do esforço de guerra. O conceito de que o homem é o elemento fundamental da Guerra, desde os tempos antigos, por mais aperfeiçoados que sejam os meios materiais envolvidos, assume modernamente importância decisiva, uma vez que a Guerra Total, além de exigir valores altamente especializados e profundos conhecedores da gama variada de armas e engenhos de toda sorte, manejadas pelas Forças Militares, todavia, e este é o aspecto fundamental — importa na participação do maior número de homens de que dispõem as Nações. Se, conforme a declaração do General RIDGWAY, então Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, "o soldado é a arma principal do Exército, sobre o qual repousa nossa Segurança Nacional e seu equipamento, treinamento e moral são os fatores vitais no estabelecimento da equação de nossa Segurança", o potencial humano, se apresenta como arma primordial da Segurança Nacional. Por isso mesmo que vivemos a época da "tirania do material, tão entranhada no espírito de todos, que, muitas vezes, faz esquecer as relações que ligam material e pessoal", como assinala mui justamente o Coronel BERTEIL.

Muito se fala em redução de efetivo das Forças Armadas, dada a potência de fogo das armas coletivas e o extraordinário progresso técnico-industrial das principais nações, diminuição essa altamente equilibrada, e até superada, pela multiplicação dos engenhos de guerra. Todavia, é preciso atentar-se no sentido de que, se podemos pensar em reduzir os efetivos das forças essencialmente militares e combatentes, é no entanto realmente impressionante o volume que se acumula na retaguarda para apoiar a massa operacional nas zonas de combate. Portanto, ao invés de se reduzirem os efetivos à medida que a Técnica apresenta novos engenhos, o que se nota é o aumento no sentido da profundidade "desde as

linhas de frente até às fábricas de material bélico, na zona do interior". Procura-se, isto sim, nova distribuição dos efetivos, do potencial humano mobilizado.

O que há em verdade, é que sempre se procurou um justo equilíbrio entre o material e o pessoal, buscando-se a densidade ótima, sem contudo ultrapassar o que existe "em cada estágio da evolução do armamento, isto é, o ponto de saturação", além do qual ficará comprometido o rendimento no emprego das forças, pela maior vulnerabilidade, pelo excesso de material, pelo exagerado peso. Enfim, quando não se conjuga pessoal e material, harmonicamente como deve ser, quer se trate de operações da Guerra Regular, quer se considere a Guerra Revolucionária, que as variáveis e os fins a atingir são bem diversos. Não é a saturação de efetivos nas zonas de combate que estimula a liberdade de ação e a iniciativa aos comandantes de Grandes Unidades, indispensável à execução operacional de suas manobras, estratégicas ou táticas. Se assim fôsse, uma infinidade de manobras, sobretudo de ruptura central para evoluir em largas operações de envolvimento e de cerco, aí não estaria a consagrar as forças que as executaram, em diferentes épocas. Lembremos, apenas, as magníficas manobras alemãs, da Campanha da FRANÇA em 1940, de Invasão da RÚSSIA e até STALINGRADO; a 1ª Batalha de EL-ALAMEIN realizada por ROMMEL. Inclusive, a Batalha do V Exército na frente do GARISILIANO, visando a ROMA.

Por outro lado, também não se consegue maior eficiência em combate, aumentando-se o número de Grandes Unidades e Unidades, para o mesmo conjunto operacional ou massa. Ao contrário, e é essa, por sinal, uma das restrições feitas pelos Generais alemães, quando HITLER resolveu transformar as 10 Divisões Blindadas, a 500 carros, em 20 Divisões Blindadas, para invadir a RÚSSIA, o que provocou considerável redução no valor das forças blindadas. Ademais, não devemos olvidar que deve a Técnica levar em consideração o justo valor do potencial humano, por isso que já os gregos percebiam na antiguidade, com elevada sabedoria, que o homem é a medida de tudo. O aumento de peso de nossas armas e equipamento, por exemplo, quando se trata de aprimorar suas características mecânicas e militares, deve ser levado em conta, pois o porte físico do homem brasileiro é bem diferente do europeu ou norte-americano. Somos, não há negar, muito mais resistentes que esses povos, ao sofrimento, à fadiga. Nossa capacidade de adaptação aos diversos Teatros de Operações é infinitamente maior e já comprovada; contudo, nosso homem é franzino, de pequena estatura, o que necessariamente deverá pesar quando se estudarem as características dos modernos materiais e engenhos. Inversamente, não devemos sonhar com as fantasias duma Técnica, que se afigure por ora em autêntica miragem, pelo menos do ponto de vista da produção industrial e que não se justificam economicamente, em face da conjuntura atual. De nada adiantará ficarmos angustiados com o que se vê nas potências altamente industrializadas, com as soluções "dos outros". Talvez seja mais

prudente, sensato e objetivo, pedir menos, mas o possível à nossa Técnica e é isso, de resto, que a Técnica se impõe em benefício de nossa preparação para a Guerra, que nossos técnicos tão bem percebem e procuram equacionar. Mas não devemos desanimar, nós brasileiros, diante do que se vê nos países líderes, onde se consagra o primado da Técnica, da Ciência e da Indústria e o pânico decorrente na Doutrina Militar, tudo aparentemente em detrimento do potencial humano. Pois, se ainda não podemos pensar em pletera de meios, resta o consólio de que a Realidade Regional Sul-Americana é bem diversa. Aqui, a Guerra e, pois, as necessidades, são outras. Para a outra Guerra, de blocos nacionais e conflito ideológico, para essa emergência, o quadro é diverso, que o interesse maior é das principais potências envolvidas nessa luta gigantesca.

Nossa Técnica militar para nossa Doutrina, nossas necessidades, nosso potencial humano. Esse o problema fundamental a empolgar-nos. E, dentro de tal quadro, caminhamos seguros e firmes, ombro a ombro, em busca dum entendimento conceptual, de planejamento e operativo, que exponta com exuberância entre os oficiais, técnicos e de Estado-Maior, das gerações mais jovens e que, para satisfação nossa, já se constitui em preocupação dos chefes mais expressivos e responsáveis pela preparação de nossas Forças Armadas para a Guerra.

b. Técnica e Material

Se é verdade que a evolução da Arte Militar tem mostrado que "desde a mais remota antiguidade, o poderio dos Exércitos se exprime essencialmente pelo volume de sua massa, entendendo-se por massa o conjunto de combatentes e dos meios postos em ação por eles", sem dúvida que no século atual, se reveste tal afirmativa da maior significação. Cada vez mais o efetivo das forças sofre o impacto do aparecimento de novas armas e equipamentos, ou o aperfeiçoamento dos existentes. Assim tem sido e será certamente, com maior expressão no futuro, pois, sem chegar ao ponto de afirmar que "as ferramentas e as armas representam 99% da guerra", seu papel no aumento da potência de fogo e na mobilidade, principalmente, tem sido surpreendente. Já em 1926, o Marechal FOCH defendia a tese que era o material o fator condicionante do rendimento do combatente, pois "sua natureza e suas características são as bases sobre que deve assentar a organização de um Exército em campanha, se se almeja conseguir a vitória". Tanto em operações regulares quanto nas ações de guerrilha, é isso que se vem observando. E a preocupação é no sentido de aumentar não apenas a potência de fogo, relativamente às armas, senão também as características dos veículos e do equipamento, de modo geral.

Atentemos, porém, para o tipo de luta, a época, o provável adversário; enfim, as características do Teatro de Operações onde os meios, armamento e equipamento, vão ser empregados. Pois, que adiante pen-

sarmos em Grandes Unidades completamente motorizadas ou blindadas numa área geo-estratégica pobre de vias de transportes, carente dos recursos de manutenção, e facilmente alagável? Quando o suprimento se torna difícil? Justamente por ser a RÚSSIA diferente da EUROPA Ocidental, foi que as Divisões motorizadas e blindadas alemãs não produziram o que HITLER esperava. No entanto, vinham de operar, de maneira extraordinária e brilhante, na Frente Ocidental em 1940; porém, na RÚSSIA, impunha-se a lagarta para vencer a areia, a lama e a neve, o que não havia no Ocidente.

Outro ponto a lembrar é o justo equilíbrio a se procurar entre o material e o pessoal, que isso é da maior importância, por estar diretamente ligado à doutrina de emprego das forças. O aumento da potência de fogo, por exemplo, necessariamente provoca redução na densidade de efetivos, daí resultando uma série de reflexos na organização e nos métodos e processos de ação. Portanto, a consideração duma nova arma ou a melhoria de suas características militares, deverá estar presente quando pensarmos no seu emprego. Pelo que hoje se sabe, a FRANÇA não foi derrotada em 1940 pelas novas armas alemãs e, sim, pelo mau emprego que fez de suas próprias estruturas organizacionais, pelo pouco que aproveitou das possibilidades de seus meios.

Por outro lado, quando se fala em obter-se o máximo de eficiência técnica duma arma ou de um equipamento qualquer, é preciso nos lembrarmos que há dois pontos carecendo especial atenção, dos oficiais técnicos a de estado-maior: o efeito tático e o custo, particularmente importante nos países, como o nosso, de conjuntura precária e instável. E calha ilustrar esse ponto, comparando o canhão ao morteiro e lança-foguete, armas inteiramente dominadas por nossa Técnica e cujas primeiras unidades aí estão, vitoriosas. E é o Tenente-Coronel MIKSCHÉ que chama a atenção, quando esmiúça o problema, comparando a Divisão de Infantaria soviética à ocidental. Mostra ele que, mais de 50% das bocas de fogo das Divisões russas são morteiros ou lança-foguetes, reunidos em Grupos ou Regimentos. Ora, o morteiro e o foguete são incomparavelmente mais baratos que os canhões normais da Artilharia, material que necessita, inclusive, de técnica aprimorada de precisão na fabricação. Já o morteiro e o foguete são de fácil produção e baixo custo e seu peso é de 1/8 do calibre correspondente na Artilharia de campanha. A limitação do alcance e da precisão de tiro fica superiormente compensada pela potência de fogo nas missões em proveito imediato da Arma apoiada, reservando-se então o canhão para objetivos a maior distância e que exijam fogos ajustados. Enquanto uma Divisão de Infantaria russa contém 48 canhões, 18 morteiros de 120 mm, 20 morteiros de 160 mm e 18 lança-foguetes, as Divisões de Infantaria do Ocidente são essencialmente dotadas de canhões, só apresentando morteiros na Infantaria (de 60 e de 81 mm). O mesmo raciocínio poder-se-ia fazer para outras armas, estruturas ou equipamentos. Sobre tudo, quando são supérfluos ou, até, prejudiciais. Principalmente, quando sabemos que a mobilidade, a segurança e as possibilidades de apoio ficam gran-

demente facilitadas, desde que se recorra a estruturas mais leves, menos vulneráveis em peso e em volume de viaturas, estimulando-se desta forma a manobra. Foi realmente, o que se viu durante a 2ª Guerra Mundial. Enquanto as Divisões de Infantaria norte-americanas (18.000 homens) correspondiam a uma fatia divisionária de 68.000 homens, custavam 330 milhões de dólares por ano e consumiam de 600 a 800 toneladas por dia de combate; as Divisões russas (10.300 homens), correspondiam a uma fatia de 23.000 homens, custavam 20 a 30 milhões de dólares por ano e consumiam de 150 a 200 toneladas por dia de combate.

Se podemos justificar o peso, o custo e o excessivo volume da DI norte-americana, afirmando que "deu certo", contudo, há que lembrar a riqueza dos ESTADOS UNIDOS, a segurança em que ficou seu arsenal, dos bombardeios e, principalmente, a superioridade aérea que foi a característica de sua Estratégia na EUROPA durante a Guerra de 39/45.

Ainda desejamos dizer algo, relativamente ao material e ao equipamento das forças e, agora, com vistas à mobilidade. Mobilidade, que se traduzia numa velocidade pelo menos maior que a do adversário. Não como aquela que faltou na 1ª Batalha do MARNE, em 1914, onde a manobra alemão frustrou-se, quando apareceu um novo meio que fêz ressuscitar a mobilidade para os franceses: o transporte das reservas em "taxis", de PARIS para a linha de frente. Ou, como do lado francês em 1940; ou, mesmo, alemão, quando pretendeu invadir a INGLATERRA, ou prosseguir de SMOLENSK para MOSCOU, antes do inverno. Mobilidade, porém, como a dos alemães na Campanha do Ocidente, em 1940, e na Frente Oriental, na fase ofensiva de sua Estratégia. E no Norte da África, até EL ALAMEIN.

Precisamente porque, a mobilidade que importa, é a resultante da relatividade das forças em presença; é a que proporciona velocidade, pelo menos o dobro do adversário. E assim tem sido através da história. Nas batalhas napoleônicas, onde as ordens eram verbais, a ligação pessoal ou por estafetas a cavalo, mas essa mesma contingência de tempo e espaço se apresentava para ambos os contendores; o problema era o mesmo. O chefe que conseguisse maior velocidade e surpreendesse o adversário desequilibraria o conjunto de forças e ganhava a batalha.

Hoje, na era do "éter" e do "céu", a relação é a mesma, e é somente essa a mobilidade que convém, que liberta as forças operacionais para o movimento, fator fundamental e decisivo da Manobra. Portanto, paralelamente a essa preocupação com armas novas e cada vez mais destruidoras, atentemos para aquilo que possibilita a vitória, em todas as batalhas: — o movimento. Enfim, repisemos, não são as forças mais móveis que necessariamente apresentam maior mobilidade no campo de batalha. Muita vez, é precisamente o contrário que acontece. Será o caso, por exemplo, pensarmos em operações de Grandes Unidades inteiras e exclusivamente blindadas em Teatros de Operações sul-americanos? Ou, mesmo, motorizadas?

Eis algumas questões a agitar nosso pensamento. Urge evoluir, atualizar as idéias. Modernizar as forças e prepará-las da melhor forma, no sentido de estimular ao máximo a Velocidade, a Massa, e, sobretudo, a Surpresa, bases seguras e definitivas da vitória, no campo da Estratégia, como no domínio puramente tático. Assim deve ser este o caminho a seguir. Entrosar, dizendo melhor, integrar a Técnica e o Estado-Maior, para o equacionamento de nossa preparação para a Guerra, com o objetivo, eficiente, mas principalmente realístico e em conformidade com as necessidades que se apresentam nas diversas áreas geo-estratégicas de atuação provável. Pesquisando, produzindo, organizando e treinando o que pode e o que realmente deve ser e, não, de modo algum, o que poderia ou deveria ser. Isto é, na verdade, o "têm que saber" da preparação de nossas Forças Terrestres. O mais, ficará em segundo plano, no domínio do "devem saber" ou é bem que saibam...".

Uma vez mais, quando se multiplicam ao infinito quase, as conquistas da Ciência e da Técnica modernas e se introduzem, ou se procura introduzir, profundas alterações na Estratégia e na Tática, é oportuno lembrar que jamais a evolução da Guerra foi uma "montanha russa", de altos e baixos ou um elevador que fôsse do 1º ao último andar, sem passar por pavimentos intermediários. O "método positivo" tem sido sonho duma noite de verão... Como, também, o "histórico". "Não apenas devemos desconfiar — acentua o Coronel BERTEIL — dessa simplicidade perigosa das armas clássicas, como também impõe-se moderar o entusiasmo dos defensores, muitas vezes mais simplistas, dos mitos modernos das máquinas e do progresso técnico. Pois, embora a época seja de pânico, sempre se esperando por uma arma milagrosa, o que é fato é que a Guerra tem suas Leis, seus Princípios, e o que se tem visto é uma evolução contínua. Jamais houve revolução e, sim, evolução". Em abono do que afirma o eminente pensador militar francês, e respondendo aos que pudessem lembrar o exemplo "contrário" da FRANÇA, em 1940, diríamos que não foram os meios, os inventos, as novas armas, que derrotaram de modo fulminante aos aliados de 40. Que tudo isso também possuíam, muita vez em maior número e, até, com características superiores. Foram, isso sim, as adaptações que sofreram as organizações, os métodos e os processos de ação, que fizeram a ALEMANHA surpreender e "revolucionar" a Doutrina. Mas porque seus adversários não quiseram acompanhar a evolução dos meios. "Mesmo as armas secretas de HITLER — prossegue o Coronel BERTEIL — depois de aparecidas, não lhe deram a vitória e, malgrado o exemplo, extremamente particular, da bomba atômica, continuamos céticos quanto ao advento duma máquina para acabar com a Guerra. E isso porque, o valor e o poderio das forças militares constituem um complexo de fatores: o moral, a organização, os materiais, o emprego, a manutenção".

Enfim, a Guerra se prepara, se conduz e se vence — ou perde-se — com a integração de todos esses fatores, vale dizer, com a Doutrina, Militar e de Emprego das Forças, na Estratégia, na Tática, no Combate.

A Ciência e a Técnica fornecem todos os meios e recursos para vencer a Guerra, mas ela será efetivamente ganha no Campo de Batalha pela Doutrina, nessa eterna "luta entre duas vontades, onde vence a mais forte..."

Devemos, pois, estimular e desenvolver o campo de atuação técnico-científico — militar, ao máximo, em benefício da Guerra, dado que "a qualidade do armamento e dos materiais, está intimamente ligada à tática, à organização e à manutenção", o que nos obriga "acompanhar, de perto, no nosso país e no exterior, a evolução da Ciência e da Técnica, a fim de determinar a cada instante as incidências do progresso e das novas descobertas, sobre as possibilidades das armas e dos materiais e suas condições de emprego". E tudo isso se configura de importância relevante, quando sabemos que não se prepara um Exército para a eventualidade dum Conflito, na antemã de sua eclosão. Ai estão inúmeras experiências, em todo o Mundo a que não fugiríamos com a Guerra da Tríplice Aliança, durante o Império; e, mais recentemente, com o preparo de nossa FEB... Os Exércitos que se "petrificam em material e fórmulas da última Guerra", condenam-se à completa destruição, como o prussiano em 1806, e, o francês, em 1940.

c. Técnica e Estado-Maior

Depois do período napoleônico, duas Campanhas impressionaram o mundo pela rapidez, objetividade e surpresa, a par de tremenda violência e integração de esforços: — a Guerra de 1870/71 e a 1ª Fase da Guerra de 1939/45 (Campanha da Frente Ocidental e 1ª Fase da Campanha da RUSSIA). Sobretudo, pelo máximo aproveitamento das armas, dos engenhos e equipamento de toda ordem, que os alemães delas souberam aproveitar-se, de modo magistral. Na Guerra franco-prussiana, aplicando os benefícios da era industrial, no sentido que convinha à concentração das forças e ao deslocamento dos meios na batalha. Mas seria precisamente ao início da 2ª Guerra Mundial — na fulminante arrancada que subjuga sucessivamente, a POLÔNIA (18 dias), HOLANDA e BÉLGICA (5 dias); FRANÇA (12 dias); IUGOSLÁVIA (12 dias); e, finalmente, GRÉCIA (5 dias) — que o Estado-Maior alemão mostrou o quanto estivera entrosado com a Ciência e a Técnica, em benefício da Guerra. Quase todas as necessidades operacionais, puderam os técnicos atender: motorização e mecanização das Grandes Unidades; apoio logístico prolongado; íntima cooperação dos carros, da aviação e da radiofonia; máxima mobilidade das forças, etc... Enfim, percebia-se que a preparação da ALEMANHA para a Guerra de 70/71, como para o último Conflito, de tal forma se apresentava realmente eficiente, que o desequilíbrio foi total. A ponto de o aniquilamento de 1940 chamar-se de "guerra relâmpago".

Ora, já acentuamos que a desproporção de forças, em qualidade e em número, não era flagrante. Ao contrário, os aliados possuíam superioridade de meios em certos setores. Mas a Doutrina se apresentou, do lado alemão, como que inteiramente subvertida e só isso basta para

mostrar a ligação efetiva entre a Técnica e o Estado-Maior, em termos de necessidades, possibilidades e linhas de ação. Enquanto do lado francês predominou a falta de objetividade, de entrosamento entre os cientistas e os militares. E esse imobilismo, "que constitui — é o Coronel BERTEIL quem o afirma — a mais grave das faltas, imputável ao Comando, se ele não soube preparar a evolução necessária e reclamou os meios; imputável ao Governo, se não forneceu os meios pedidos ou, então, se o fornece tarde demais", responde pela capitulação aliada na Frente Ocidental.

A rigor, aí está o fundamento da vitória, traduzido na integração de esforços entre a Técnica e o Estado-Maior, o que se vai encontrar, mas de modo diferente e paralelo, entre americanos e ingleses durante o Conflito.

Atualmente, todos compreendemos a necessidade de íntima ligação do Técnico e do oficial de Estado-Maior, impondo-se essa integração de esforços, nos Grandes Comandos de Planejamento e de Chefia, como no Campo de Batalha. Durante a 1ª Guerra Mundial, o que se viu foi uma série de flutuações na Conduta das Operações, principalmente porque os Estados-Maiores não tiraram o máximo partido do que a Técnica lhes propiciava. E os meios e armas lançados na luta, ou não continham características realmente expressivas, ou elas não eram plenamente aproveitadas pela doutrina operacional. Foi, de resto, o que aconteceu com alemães e aliados, quando buscavam a surpresa com o emprego, respectivamente, dos gases de combate e dos carros. Em ambos os casos, foi tão extraordinário o efeito, que também surpreendeu ao próprio contendor que empregou a "arma secreta", a ponto de não poder explorar o sucesso obtido.

Custa-se compreender como isso aconteceu, quando se sabe que, tanto o Estado-Maior alemão como o francês se prepararam com segurança, obstinação e objetividade para a revanche de 1870/71. Em que pese a existência de Chefes como SCHIELIFFEN e FOCH, "quando estourou a 1ª Guerra Mundial — escreve o General FULLER — embora todos os beligerantes estivessem preparados para a Guerra, ela não assumiu quaisquer das formas que eles esperavam; em vez de movimento, a Guerra se tornou estática". O que houve, prossegue o pensador inglês, "é que faltou uma justa apreciação do poderio das novas armas, criadas no decurso dos 40 anos". E restaria como um dos principais ensinamentos da Guerra de 14/18, o de que se impunha a aliança entre a Técnica e a Guerra, que o Estado-Maior alemão viu de maneira altamente objetiva. Todavia, "nenhum Estado-Maior aliado se deu ao trabalho de estudar a fundo a principal lição da Guerra, ou seja, a importância da Técnica e da Ciência". Daí, a Doutrina Militar alemã apresentar-se profundamente alterada no início da 2ª Guerra Mundial, o mesmo acontecendo, em parte, com os russos, que ambos aproveitaram, inclusive, o campo experimental da Guerra Civil Espanhola (1936/39), para ensaiar novos métodos e processos de combate, da Guerra Regular e da Revolucionária.

A Guerra de 39/45 se constituiu em manancial de invenções, muito embora nem sempre coordenadas. Consagrou-se, em definitivo, a união da Ciência com o Estado-Maior. Aliás, é oportuno citar um exemplo desse entrosamento, do lado inglês, no campo da Força Aérea e relativamente ao radiolocalizador. "Anos antes da 2ª Guerra Mundial, durante uma reunião de cientistas e oficiais do Estado-Maior da RAF, o então Ministro da Aeronáutica, Visconde de SWINTON, perguntou: "Qual seria a maior revolução na Guerra Aérea?", respondendo um dos oficiais do Estado-Maior: "Acho que a maior revolução seria conseguida, se pudéssemos conhecer a posição de um avião 1/4 hora antes do mesmo chegar sobre nossas posições". Pois bem, a resolução do problema foi confiada a Mr. ROBERT WATSON-WATT, que conseguiu revelar a tática aérea: "Tal exemplificação, denuncia um aspecto da maior importância nas relações entre Técnicos e Estado-Maior: — "que" e "como" pedir aos cientistas e técnicos, para que possamos, como dizia o General GAVIN, quando Chefe do EME/EUA, fazer a Guerra do futuro, com os meios "da próxima". E isso porque "nesta nossa era científica — escrevia o já citado General FULLER, depois da 1ª Guerra Mundial — o ponto importante é que o organismo que faz os planos, isto é, o Estado-Maior, deve procurar adquirir uma mentalidade científica. Uma vez terminada a Guerra, a única obrigação de um Estado-Maior é a de mentalmente preparar o próximo Conflito. Na realidade, o Estado-Maior não tem nenhuma outra razão de ser".

Ademais, o entrosamento cada vez maior entre a Técnica e o Estado-Maior, proporcionará aos Chefes que se preparam para a Guerra do futuro, horizontes mais amplos, no sentido de imaginar os possíveis reflexos no domínio da Estratégia e da Tática Operacionais, que o invento de novas armas, com determinadas características, poderá apresentar. E, para encerrar esta parte, não esqueçamos que já pertence ao passado, o tempo em que o Estado-Maior dizia tudo que pretendesse, e a Técnica se punha a procurar um protótipo, consoante as características apresentadas. A tendência atual é precisamente no sentido contrário, o técnico dizendo o que "pode", o "que pôde", e o Estado-Maior conjecturando relativamente ao emprego, às repercussões operacionais e, por fim, os reflexos nas estruturas organizacionais.

4. CONCLUSÕES PARCIAIS

Vimos assim, em visão verdadeiramente panorâmica, alguns aspectos correlativos da Guerra Moderna, e da Técnica, essenciais à compreensão recíproca dos fenômenos envolvidos na Preparação, e na Condução da Guerra. Muito mais poderia ser apresentado, que, na realidade, cada um desses ângulos se constituiria em tema para desenvolvimento isolado, no sentido de melhor entrosar nossos oficiais e nossos Quadros do Exército, para planejamento objetivo e realmente útil ao País. Naquela acepção de preparação para a Guerra, como se ela fôsse irromper amanhã, isto é, experimentando meios, armas e equipamentos, na

objetivação de nossas necessidades operacionais, que é nossa Missão e o quadro muda de figura, quando vemos que nossas Forças Terrestres se situam numa Realidade Geo-Estratégico-Militar bem diversa das Forças Americanas, Russas, ou mesmo Francesas.

A nós outros compete, impõe-se como tarefa indeclinavelmente nossa, procurar soluções militares para problemas de nossos Teatros de Operações. Preparar a defesa do Território Nacional para a emergência dum Conflito — cada vez mais remoto e praticamente ultrapassado, felizmente, que o "sul-americanismo" tende a se afirmar como força regional uníssona e integrada — mas que nem por isso nos isenta de semelhante encargo, e tanto mais realísticos estaremos sendo quanto mais procurarmos viver a Ambiência Nacional e Regional, e seus reflexos na Estratégia Militar. Pois, assim operando, resultará desse quadro que muitas armas, equipamentos e organizações, assim como certos métodos e processos, não se justificarão.

Uma vez mais convém lembrar, que a Técnica deve considerar as Possibilidades e as Limitações do Homem, daí resultando a imprescindibilidade, não de nosso intercâmbio, formal ou informal, do estreitamento de relações entre Oficiais do Quadro Técnico e do Quadro de Estado-Maior. Mas, de uma integração verdadeiramente efetiva, num gigantesco esforço que não será paralelo, de modo algum, mas convergente ao ponto comum representado pela Segurança Nacional, traduzido pela Estratégia Conceptual e Operacional. Esforços, que cada vez mais se consubstanciem naquele clássico binário "possibilidades x necessidades", tendo sempre presente, de permeio, a consideração de nosso Homem, nossas Áreas Geo-Estratégicas, nossa Conjuntura Econômico-Industrial, enfim.

Porque, não nos iludamos, urge preparar as Forças Terrestres do BRASIL, para a Guerra Moderna, de Coalizão, de Blocos Nacionais; Limitada ou Geral, Atômica ou Convencional. Mas essa não será nossa maior responsabilidade, a que nos impõe a Carta Magna da República, quando define a razão de ser e as missões das Forças Armadas. Ademais, não somos políticos, e a nós não cabe discernir se haverá ou não possibilidade de eclosão dum conflito em nosso Continente. Nosso dever é preparar a Defesa da Pátria nas melhores condições proporcionadas pela Realidade Brasileira.

Assim, não devemos conjecturar — os preparadores e os condutores da Guerra, que somos todos nós, os Oficiais Técnicos e os de Estado-Maior — não devemos pensar, ou sonhar, com fantasias duma Técnica ou duma Concepção e Conduta da Guerra, que se afigurem autênticas miragens... Se não possuímos certos meios e recursos, que adiantará viver o pensamento angustiado com as "soluções externas", de "importação", para a formulação de problemas e soluções que serão nossas, domésticas? Que a nós se impõem, como indeclináveis, intransferíveis? Não será melhor objetivar mais, pedir menos, mas o possível à nossa Técnica, em qualquer caso evoluindo nossas pretensões e aspirações, no sentido de acompanhar a Conjuntura Nacional?

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

ENSAIO SOBRE A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

XIMENES

Traduzido da "Revue Militaire d'Information", n. 281
de Fev/Mar 1957 pelo Ten-Cel M. POTYGUARA

NOTA DO REDATOR

Com o presente ensaio, de grande valor doutrinário à compreensão dessa "outra forma de fazer a Guerra", retomamos o estudo de questões relativas à Guerra Revolucionária, por nós já conceituada em número anterior, de maneira geral e em suas bases filosóficas.

De inegável mérito o trabalho que se vai ler, encarado do ponto-de-vista francês, encarecemos a máxima atenção dos camaradas para essa excelente tradução do Ten-Cel POTYGUARA e fariamos nossas as palavras introdutórias do próprio XIMENES, quando abre o Ensaio:

"Que é Guerra Revolucionária?

Trata-se de encarar o problema não somente tal qual ele se apresenta aos nossos olhos, mas ainda, e sobretudo, tal qual os "marxistas-leninistas" o situam e o tratam: "diretamente", quando o partido comunista local é suficientemente forte, ou "indiretamente", quando eles preferem apoiar os partidos nacionalistas. Trata-se de evitar o emgôdo das "aparências" e da propaganda, variáveis segundo o meio a que se destinam. Trata-se, por fim, de ver com clareza esta forma de combate que se aprefeicou no mundo inteiro após o advento da URSS, sobretudo nos territórios de além-mar depois da Segunda Guerra Mundial.

Ora, parece que apesar de conhecermos suas "formas exteriores" e sua técnica (que nós franceses estamos bem à

vontade para apreciar), ainda não fixamos os "fundamentos" da Guerra Revolucionária. Já é tempo de lhe dedicarmos mais atenção pois seu desconhecimento é, frequentemente, a causa da falência de nossos esforços.

A Guerra Revolucionária tem por fim a conquista do poder graças a uma participação ativa da população (conquista física e moralmente), por meio de processos técnicos ao mesmo tempo de destruição e de construção, segundo um método precisamente adotado".

Major A. RAPOSO FILHO

"Vossos homens sabem bater-se, mas não combater"

MALRAUX

A opinião militar tornou-se hoje em dia alérgica à simples expressão "Guerra Revolucionária". Qualquer alusão a este problema suscita reações instantâneas. Os quadros franceses, sobretudo aqueles que combateram na Indochina e os que serviram ou servem atualmente na África do Norte, trocam opiniões apaixonadas e contraditórias. Alguns negam a existência de outras formas de guerra além da clássica; outros se embaram em nova terminologia; outros, enfim, se expressam com uma espécie de fatalismo inexorável.

Os resultados obtidos, a diversidade de aspectos e a amplitude de certos fenômenos são de molde a desanimar qualquer um que procure desmentar o mecanismo da Guerra Revolucionária. É difícil, senão impossível, defini-la por uma fórmula lapidar. Por essas razões o problema em tela não será definido, mas sim delimitado pelo estudo das lutas armadas empreendidas por uma minoria que controla progressivamente a população e dá a esta os motivos PARA AGIR CONTRA O PODER CONSTITUÍDO ou contra uma autoridade que ela não reconhece.

Enquanto se avolumam as manifestações observadas, parece interessante destacar uma série de fenômenos elementares permanentes que foram classificados segundo seus efeitos. Em seguida, agruparemos os fatos em seqüências que parecem características dos conflitos revolucionários. Finalmente, esforçar-nos-emos para determinar as causas profundas que, invertendo a relação aparente das forças, permitem a surpreendente vitória de Davi sobre Golias.

OS PROCESSOS

Inicialmente, a minoria revolucionária é a própria imagem da fraqueza em face da máquina governamental que, comparativamente, parece formidável. Todos os esforços dos rebeldes concentram-se, evidentemente, para destruir essa máquina governamental e, ao mesmo tempo, para construir seu próprio sistema.

As manifestações elementares da Guerra Revolucionária são os efeitos de técnicas, umas destrutivas (atacando o poder constituído e seus defensores) e outras construtivas (preparando a vontade de luta, os meios de combate, as novas formas de Governo e de sociedade).

TECNICAS DESTRUTIVAS

Desmembramento — Entre as técnicas destrutivas pode-se distinguir a que visa ao *desmembramento* do antigo organismo social e que conta com:

- as greves de diversas formas;
- a resistência passiva;
- a insurreição;
- o "terrorismo seletivo".

Este corta as "pontes", isto é, suprime as pessoas capazes de manter a população na obediência à ordem vigente (nos países coloniais, as elites tradicionais, médicos e professores).

Intimidação — O desmembramento é completado e reforçado graças à técnica de intimidação que conta com:

- o manejo das massas (comícios e desfiles monstros);
- o terrorismo sistemático;
- as sabotagens;
- as guerrilhas.

No "terrorismo" sistemático não se trata somente de fazer desaparecer, pela ameaça ou assassinio, tal ou qual personalidade hostil à causa ou tenível por sua influência. O que se busca não é mais a supressão de um obstáculo, mas um efeito psicológico de alcance geral. Quando se inflige, um tratamento exemplar, a indivíduos representativos de determinado grupo (banqueiro, industriais, grandes proprietários de terra, políticos ou funcionários), é com a finalidade de atingir todo o grupo através deles, reduzi-lo à defensiva ou incitá-lo à fuga.

De modo idêntico para as sabotagens: os incêndios de colheitas não visam ao bojetivo "tático" (direto) das próprias colheitas mas ao (indireto) de impedir que os camponeses paguem seus impostos ou de desencorajá-los rapidamente.

Quanto às guerrilhas, suas principais características têm sido evaminadas freqüentemente, mas seus verdadeiros efeitos não se limitam unicamente às perdas impostas ao inimigo ou ao armamento conseguido com elas.

Atingindo as organizações administrativas, policiais e militares, estas se retraem, o que provoca uma insegurança permanente que termina por afastar a massa do governo.

Desmoralização — A todo momento e em todos os escalões, procura-se desmoralizar os meios políticos e militares adversários pela ne-

gação de vitórias e ampliação de reverses pelo ceticismo quanto à justiça e quanto à eficiência das medidas tomadas e pelas dúvidas provocadas contra a boa fé dos dirigentes. Dessa maneira busca-se tirar os agentes do poder suas razões para agir, ou pelo menos fazê-los dividir do valor daquilo que executam.

Esta ação é completada pela intoxicação dos neutros. Os que não tomaram partido e que no momento não podem ser intimidados ou desmoralizados, recebem tôdas as justificativas desejáveis e são envolvidos sob ondas de excusas. O essencial é mantê-los fora da luta até que seu caso particular possa ser considerado.

Eliminação — Tôda vez que se apresenta uma ocasião favorável procede-se à eliminação dos irredutíveis. Por outro lado, o "terrorismo", seletivo ou sistemático, e a guerrilha já permitiram atingir, em parte, este objetivo.

Mas é sobretudo quando a prova de força, até então difícil, se torna possível de realizar em condições favoráveis aos revolucionários, que estes podem, então, recorrer aos grandes meios, tais como:

- "batalhas de aniquilamento";
- "liquidação física";
- deportações e execuções "em massa". Não se dá quartel aos "duros" que resistiram à intimidação, à intoxicação e à desmoralização.

Os neutros impenitentes são aí chamados a se manifestar e a tomar partido.

Para chegarem a esse resultado os rebeldes tiveram que forjar, uma a uma, as armas da vitória.

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Seleção e Formação Básica — Primeiramente os revolucionários tiveram que encontrar elementos ativos, convencê-los da necessidade de agir em conjunto, forjar sua vontade, instruí-los e enquadrá-los. Duas técnicas combinam-se intimamente: a *seleção* e a *formação básica* dos ativistas de tôda natureza (líderes, oradores, propagandistas, especialistas para determinados ambientes), dos "Voluntários" e dos quadros.

Semeadura — A *semeadura* utiliza os ativistas e os quadros já formados, primeiro para nuclear e depois para controlar os vários ambientes e os grupos organizados.

Impregnação Psicológica — A ação individual não basta. Para dar ânimo à população indiferente e catequizá-la, há necessidade de empregar os últimos recursos da psicologia experimental. Esta técnica denomina-se de *impregnação psicológica* e consiste na criação de estímulos e lançamento de "slogans" adaptados à situação, na repetição incessante das mesmas afirmativas, no repassar sistemático dos mesmos temas por todos os meios de difusão e na polarização da informação. De Pavlov a Tchakotine, os mestres não faltam.

Enquadramento — Treinada pelos ativistas e doutrinada quotidianamente a "massa" torna-se incapaz de recair na sua habitual indiferença. Sua entrada na luta é preparada pela técnica do *enquadramento*. Para tanto as "hierarquias paralelas" são postas em ação:

- associações estatais (sindicatos, operários, camponeses, movimentos da mocidade, sociedades esportivas, ex-combatentes...);
- comitês locais, organizados em pirâmide que vai desde a célula social até o "Comitê Central";
- organização partidária.

Construção — A massa, amorfa e inerte a princípio, é progressivamente transformada em um grupo humano organizado e vivo. Ao mesmo tempo, é pouco a pouco dissociada do governo legal pelo efeito das técnicas destrutivas.

A técnica da *construção* a empenha a fundo na luta, pela:

- construção de uma base de apoio, esteio do governo revolucionário e laboratório das reformas características da futura ordem de coisas;
- multiplicação de base análogas, rigorosamente controladas pelo "Governo Provisório";
- finalmente, "liberação" de vastas zonas, isto é, a conquista de superfície sucedendo à de profundidade.

O aparelho revolucionário, pacientemente colocado "no ponto" enquanto na clandestinidade, revela-se agora em plena luz do dia.

RESPOSTAS CLÁSSICAS

A Guerra Revolucionária, no entanto, não se alastra segundo suas próprias leis. Os revolucionários não estão imunizados contra os recursos político-militares clássicos. Ao contrário, eles afrontam constantemente as reações do poder constituído que, apesar de deslocado, intimidado, desmoralizado e dizimado, não pode permanecer muito tempo na passividade, sob pena de desaparecer. É obrigado a defender-se. Em dado momento, procura adaptar-se às condições da luta e revida de maneira cada dia mais violenta:

- primeiramente pela *repressão* pura e simples, policial, judicial, administrativa e militar, repressão que tem por fim eliminar os líderes e suprimir os núcleos oposicionistas (ostensivos ou clandestinos);
- em seguida, pela *pacificação*, no decurso da qual se tenta reimplantar uma administração "nova" tendo por missão restaurar a ordem social abalada e promover as mais urgentes reformas;
- depois, pela *defesa em superfície*, que consiste, de um lado, em ocupar sólidamente alguns pontos-chave, mobilizar os intervalos com milícias de autodefesa ou unidades territoriais e, de outro lado, em reagrupar reservas instruídas e móveis, na esperança de assestar golpes decisivos nas forças revolucionárias;

— finalmente, pela guerra de aniquilamento, a exemplo do adversário, quando a relação das forças em presença tende a se equilibrar. O poder constituído tenta, então, enquadrar a totalidade da população; não conseguindo, em desespero de causa, apela para o auxílio estrangeiro.

AS FASES

A maior parte dos estudos sobre a Guerra Revolucionária tentou dividi-la em fases, mais fáceis de limitar e definir. Elas não são mais do que os períodos de tempo no decorrer dos quais se manifestam pelo em-prêgo conjugado de várias técnicas. Os teóricos do assunto chegaram, desse modo, a bem caracterizar "momentos" que batizaram com nomes mais ou menos evocadores. Ao mesmo tempo, porém, essa operação de dissecação não mais permite perceber e exprimir a continuidade e o ritmo dos conflitos revolucionários. Ora, os conflitos revolucionários apresentam uma grande diversidade: situações iniciais, objetivos visados, meios humanos a considerar, atitudes dos países estrangeiros, transformações sucessivas dos sistemas de forças, o que empresta ao problema muito mais variantes do que os simples fatores das guerras clássicas.

A menos que se tenha de simplificar, ao extremo, as Guerras Revolucionárias, torna-se difícil não só dividi-las em etapas comparativamente iguais, mas também classificá-las dentro dos padrões comuns.

Parece que se chega mais próximo da realidade do fenômeno, definindo três fases essenciais segundo as quais se organizam, a cada passo, todas as atividades já estudadas.

DEFINIÇÕES DAS FASES

Para comodidade da exposição, receberam tais fases os nomes de: **CRISTALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO e MILITARIZAÇÃO.** Vejamos cada uma delas:

Cristalização — Por cristalização (1) é preciso compreender a união das vontades em torno de motivos comuns de luta (É o por que combater dos americanos). Esta fase é, evidentemente, progressiva e, a partir das primeiras sementes lançadas pelos ativistas-propagandistas, é reforçada pelo duplo papel desenvolvido pelo ataque ao moral do adversário e pela impregnação psicológica da massa. O ritmo desta extensão (em superfície e profundidade) e deste aumento de densidade não é constante; varia com o grau de cristalização já atingido e as reações do adversário.

Há períodos de expansão e períodos de dificuldades (não há período regressivo nas guerras revolucionárias vitoriosas).

Organização — No que diz respeito à organização, é necessário incluir a instauração e funcionamento das hierarquias paralelas e, em se-

(1) ... das vontades, isto é: nascimento e desenvolvimento da convicção ideológica.

guida, seu rendimento máximo nas zonas dos guerrilheiros e bases de apoio.

Militarização — Por *militarização* devemos compreender a colocação em "pé de guerra" e o emprêgo simultâneo de um organismo militar cada dia mais complexo, que, engajado à medida que vai sendo criado; a organização e o engajamento das unidades vão sendo feitos paralelamente. Primeiramente limitado a "equipes de ação", pouco organizadas e reunidas em "grupos locais", teremos as mais na população armada (milícias de autodefesa) e dividindo-se em "unidades territoriais" (guerrilhas) e "unidades de intervenção" (ou de emprêgo). Se as "unidades de intervenção", grupadas em uma Força Principal, têm vários traços comuns a um Exército Clássico, a simbiose de unidades territoriais e da população armada é uma característica específica da Guerra Revolucionária. (2)

COMBINAÇÃO DAS FASES

Verifica-se que as múltiplas atividades que decorrem do acionamento das técnicas estão efetivamente englobadas pelas três fases acima citadas. Estas nos permitem traduzir, agora, a continuidade do ritmo da Guerra Revolucionária.

Na realidade elas não se desenvolvem independentemente umas das outras. Ao contrário, agem e reagem permanentemente umas sobre as outras em combinações sempre renovadas.

I — Assim, quando a ação de um pequeno núcleo de ativistas criou uma convicção suficientemente arraigada em um pequeno grupo (**CRISTALIZAÇÃO**), é possível distribuir responsabilidades no interior desse grupo (**ORGANIZAÇÃO**) e, posteriormente, lançar uma reduzida equipe de choque para conseguir as armas de um Posto Policial (**MILITARIZAÇÃO**).

II — Um pouco mais tarde, após treinamento intensivo de um grupo, o êxito de uma grande emboscada (**MILITARIZAÇÃO**), cujo sucesso metódicamente explorado pela *propaganda* junto à população local (**CRISTALIZAÇÃO**) permite a união desta, seguida de instauração de um "Conselho de Vila ou aldeia" (**ORGANIZAÇÃO**).

III — Em uma escala maior, em seguida à instalação dos Comitês de aldeias, distritos, províncias, em um novo territórios (**ORGANIZAÇÃO**), a propaganda e os cursos de educação política provocam o aparecimento de voluntários (**CRISTALIZAÇÃO**) que, após um período de instrução, são engajados em um primeiro combate (**MILITARIZAÇÃO**).

(2) Em nossa guerra, o povo armado e a guerrilha, de um lado e o Exército Vermelho, de outro, constituem os dois braços de um só homem. Um Exército Vermelho, força principal, sem o apoio da população em armas e da guerrilha, seria um guerreiro maneta, Mao-Tsé-Tung.

UTILIZAÇÃO DAS FASES

Apreciação de uma situação de Guerra Revolucionária

A situação geral pode ser apreciada, e mesmo definida, em um momento dado, pelo grau de desenvolvimento de cada fase no instante considerado.

Inversamente, quando se ignora ou avalia de modo errôneo o desenvolvimento das fases, pode-se fazer uma falsa apreciação da situação.

Por exemplo:

1 — Se a população de um território parece convertida aos revolucionários, mas sem um enquadramento paralelo e eficaz, e se não dispõe de um líder de fato atuando junto dela, uma ocupação militar suficientemente densa e suficientemente hábil será capaz de produzir uma reviravolta na situação. (*CRISTALIZAÇÃO* *boa*, *ORGANIZAÇÃO* e *MILITARIZAÇÃO* deficientes).

2 — Ao contrário, se a maioria da população foi convertida à ideologia revolucionária e se os responsáveis clandestinos estão ocupando os "postos-chave" (*CRISTALIZAÇÃO* e *ORGANIZAÇÃO* fortes), o aparelho militar revolucionário pode ser rudimentar e mal dirigido (*MILITARIZAÇÃO* deficiente): a situação não está tão "boa", a fermentação não poderá ser dominada tão facilmente como poderia fazer crer um estudo superficial do "inimigo" na acepção clássica do vocábulo.

A famosa frase de Mao-Tsé-Tung se nos apresenta, então, de uma evidência meridiana e estreito conformismo: "Nós somos contra um ponto-de-vista estritamente militar e contra "bandos armados errantes", mas consideramos o Exército Vermelho como um organismo de *propaganda* de um fator de *organização* do Poder Popular".

A interdependência das três fases está perfeitamente delineada: nada de "bandos armados errantes", que não permitem um desenvolvimento contínuo das fases de *cristalização* e de *organização* no seio do povo.

O PAROXISMO DAS FASES

As bases e o Governo Revolucionário

Enquanto os revolucionários vivem e combatem em um ambiente hostil, o jogo das fases é limitado pelas influências contrárias (ideologias hostis à revolução, ação das autoridades legais e de um forte exército governista).

O estabelecimento de uma *base de apoio* (3) modifica profundamente estas condições do meio ambiente. A opinião monolítica dos habitantes,

(3) Uma base de apoio é uma porção de território no qual o Governo Legal foi completamente eliminado e onde os revolucionários instalaram seu sistema de governo.

seu enquadramento sem lacunas, o poder militar representado pela massa da população armada, apoiando a força principal, aceleraram consideravelmente as fases e conferem as técnicas postas em práticas uma eficiência cada vez maior.

Após o estabelecimento de um Governo Provisório, a base de apoio torna-se uma espécie de Micro-Estado. Passa a constituir, para os revolucionários, uma espécie de garantia de livre execução das fases e adquire um vigor renovado porque assegura o equilíbrio político e social: ela estimula as formas econômicas post-revolucionárias.

DADOS FUNDAMENTAIS

A Guerra Revolucionária apresenta-se, pois, como uma luta político-militar de complexidade e envergadura crescente. Suas formas de ação revelaram-se durante os últimos anos e de uma maneira geral superiores as que lhes eram opostas. Pode-se afirmar, no entanto, que seus êxitos não se devem somente à aplicação de novos princípios de guerra, do emprego da guerra psicológica ou ainda ao valor técnico dos exércitos revolucionários; a despeito de sua importância, estes fatores são suficientes para conquistar a vitória.

Com efeito:

— os princípios clássicos da guerra são aplicáveis a todas as guerras revolucionárias; nenhum dos pretensos "novos princípios" (4) parece ter alcance tão geral para servir de regra permanente de conduta;

— o emprego da guerra psicológica empresta às operações político-militares um alcance, coerência e continuidade notáveis; tal tipo de guerra prepara as condições de êxito e permite explorá-lo ao máximo, mas não o cria. A prova de força, pondo em jogo meios de combate políticos e militares, é imprescindível para se chegar à vitória;

— as forças armadas revolucionárias permanecem, geralmente e a despeito dos esforços desenvolvidos, em condições técnicas inferiores à de uma boa força profissional. Esta afirmação é verdadeira mesmo em relação à força principal: toda a vez que o Exército Vermelho sai de seus "domínios" é incapaz de vencer e, ao contrário, experimenta sangrentos reveses (Varsóvia 1921, Coreia 1951).

Em que reside, pois, a superioridade da Guerra Revolucionária?

Repousa em dois pilares de extraordinário poder:

- a conquista da população;
- a convicção ideológica.

A CONQUISTA DA POPULAÇÃO

Os teóricos de guerra clássica insistem sobre a influência tirânica do "terreno" e preocupados em acompanhar mais de perto a realidade dos

(4) Tais como: solidez da retaguarda, moral do Exército, número e qualidade das divisões, armamento, capacidade de organização dos quadros.

conflitos modernos, substituíram esse termo por um mais geral: "ambiente". É dessa maneira que a população é incluída discretamente entre os fatores da decisão, através das considerações sobre geografia física, econômica, política e humana.

Encarar a população com um simples elemento decorativo do campo de batalha, a rigor só pode ser concebido quando se trata de combate em terreno fechado. Dos torneios da Idade Média às guerras usuais não há mudança de natureza, somente de escala. Nas Guerras Revolucionárias, reduzir a população a uma espécie de acessório não é medida eficiente, porque ela está inteiramente empenhada onde quer que se encontra e quaisquer que sejam as armas empregadas. Informar, inquietar, sabotar, paralisar o adversário é tarefa de todos e não somente de especialistas.

A população deve, pois, ser considerada como um meio polivalente e não somente como uma fonte de recrutamento e produção.

Como é que se pode chegar à conquista da população?

Primeiramente é necessário *CONHECÊ-LA*. Os revolucionários estão bem preparados nesse particular, pois, geralmente, são oriundos do meio que procuram conquistar e, por conseguinte, participam de suas reações naturais e as conhecem; além disso, num escalão superior observadores reexaminam esses dados elementares e os interpretam em função de uma linha estratégica definida.

Em seguida é necessário *AFASTAR* a população da autoridade que a controla; aí têm emprego as técnicas de *intimidação*, *desmembramento* e *desmoralização*. Devemos ter presente que tal trabalho é permanente e não sofre nenhuma interrupção que seria um recuo, nem nenhum erro de apreciação, que seria um revés.

Mais ou menos ao mesmo tempo procura *CAIR NAS GRAÇAS* da massa. A gama de procedimento para este fim é extensa e até mesmo as receitas demagógicas aparecem, tais como: interesse pela sorte dos deserdados ou para os "problemas" de tal ou qual classe, promessas de melhoria, espetacular supressão de abusos particularmente chocantes.

Finalmente, afastada do poder que a controlava, ouvindo cada dia mais atentamente os novos líderes, a população é progressivamente *CONTROLADA*.

Tal controle apresenta, pelo menos um duplo aspecto:

— *defensivo*:

impedir que o governo legal retome a iniciativa pelo mesmo processo de promessas e reformas;

amordçar os recalcitrantes, esperando eliminá-los pela persuasão ou violência;

acalmar os correligionários impacientes;

— *construtivo*:

estabelecer as hierarquias;

encorajar os tímidos;

instigar os que contemporizam.

No plano puramente militar forja-se e emprega-se o segundo braço do guerreiro de Mao-Tsé-Tung. A população, com armamento improvisado, lança-se ao contato com o inimigo; dá-se, então, o "empastamento" das forças clássicas, condenadas a dar murros em um "travesseiro". É o leão fustigado pelas abelhas... ou então, o tumulto na praça onde um brilhante espadachim vê a multidão enfurecida contra ele. De que lhe serve ser uma lâmina de escol? Empurrado, perdendo de vista o provocar, seus golpes carecem de precisão, mesmo quando a turba não é hostil. Caso se torne hostil, vê-lo-emos prontamente seguro, imobilizado, à mercê dos golpes do estrangulador.

A menos que haja um auxílio de última hora, é dessa maneira que ameaçam terminar todos os conflitos revolucionários: a força principal (de organização clássica) trava batalhas de aniquilamento contra um adversário imobilizado e já às voltas com o povo em armas.

A CONVICÇÃO IDEOLÓGICA

Apesar de tudo não é tão fácil levar a população a desempenhar o papel de escudo, confiar-lhe as ingratas missões de mão-de-obra e de meio de transporte ou as que são as mais empolgantes embora as mais mortíferas, as missões próprias do guerrilheiro. Se a população não souber porque luta, não "participará" cada dia mais ativamente e, ao contrário, contentar-se-á em manter uma prudente e natural reserva, não persistindo em seu esforço exaustivo.

Se os revolucionários conseguem engajar e manter em luta, cada dia mais rude, uma massa cada vez mais importante, combatendo obstinadamente, é sinal que estão construindo metódicamente o moral amigo e destruindo, com o mesmo método, o do adversário.

Esses dois objetivos são alcançados por uma série de operações cujos elementos já foram descritos, mas cujo encadeamento convém sublinhar novamente.

Partindo de alguns convictos ardorosos, totalmente devotados à causa, contrói-se progressivamente uma *equipe de ativistas*. Inicialmente reduzida, a equipe não cessa de se desenvolver, diversificar e adaptar:

- por uma ação educativa interna (estágios, cursos, encontros, estudos teóricos, etc...);

- pela ação externa, direta, de agitação, propaganda individual, apostolado.

A esta ação esporádica — com o fermento à mão — não tarda a superpor-se a ação das *Técnicas Psicológicas* sobre a massa já anteriormente citadas. A imprensa, o rádio, o cinema, o cartaz servem de apoio à informação dirigida, à propaganda e à contrapropaganda, à orquestração de temas de ação ("planos", "batalhas", "campanhas", etc...).

Tais formas externas de controle (ou violação) das consciências são acompanhadas de *contatos pessoais* cuja importância não se pode desprezar. Os quadros revolucionários, à medida que entram em atividade as hierarquias paralelas, são incorporados a conjuntos mais ou menos desenvolvidos

onde eles se expandem e conseguem novos adeptos, seja por sua eficiência, seu devotamento ao bem público, sua honestidade, seja pelo simples fato de possuírem uma parcela de poder (polícia, abastecimento...).

O controle do valor destes quadros, de sua ortodoxia e de sua permanência na linha estratégica geral é garantida pelo seu enquadramento em uma *HIERARQUIA ESPECIAL*: a do *PARTIDO*. Este, além de seu papel regulador, "*pensa novamente*" e "*ajeita*" continuamente a *LINHA IDEOLÓGICA* adequada.

Com efeito, a massa popular estimulada, treinada, toma a seu cargo "*o negócio*" (talvez um pouco a contragosto); comprometida, controlada enquadrada, ela segue seu caminho. Trata-se, pois, para os revolucionários, de não perder contato e de dirigi-la para o que for "*possível*", de pedir-lhe, orientá-la para o "*desejável*" e de não empenhá-la falsamente. A este delicado trabalho de análise, depois de "*planejado*", consagra-se o arcêpago ideológico do Partido, através de uma fraseologia frequentemente hermética. Nem sempre esta marcha conclui pela proclamação de uma famosa ou grandiloquente teoria. Ao contrário, pode-se dar o caso da adoção de uma medida concreta, bem definida, brutal mesmo algumas vezes; assim, por exemplo, a implantação efetiva da reforma agrária na região fronteiriça foi orientada no sentido favorável aos Vermelhos, pelo conhecimento da psicologia elementar do camponês da *CHINA*.

CONCLUSÃO

A Guerra Revolucionária, conflito "*global*", leva a luta ao coração da sociedade, do mesmo modo que das consciências. Ela se desenrola em um domínio infinitamente maior do que a guerra clássica e por conseguinte não se pode reduzi-la aos limites desta. O triplice jogo de suas técnicas se exprime por um contraponto sutil e tende para um único objetivo: derubar a ordem legal estabelecida e tomar conta do poder.

Seus êxitos são impressionantes; mas é tão falso encarar seu triunfo como inevitável, a partir do momento em que ela se desencadeia, como subestimar sua extensão e profundidade e, ainda, limitar seu campo de ação ao domínio das armas. O jogo das fases inclui todas as atividades humanas: quem deseja vencer terá que lutar em todos os setores. Não é possível *entravar a CRISTALIZAÇÃO ou deter a ORGANIZAÇÃO ou destruir a máquina MILITAR. Tudo tem que ser encarado de frente e ao mesmo tempo.*

Uma análise correta da situação geral, pelo menos sob o triplice aspecto que tentamos destacar, deve permitir determinar o conjunto de medidas suscetíveis de estabelecer a paz. De modo algum deveria ser questão de restabelecer o "*statu-quo*" anterior. As soluções encaradas, políticas, econômicas, sociais e militares devem aplicar-se aos diversos planos e conjugar esforços para criar um novo equilíbrio.

O Exército pode fornecer preciosos dados sobre os problemas a resolver, mas não lhe cabe escolher os remédios indicados. Ao contrário, — pode e deve, — esclarecido sobre a "*Missão Global*", imbuir-se das medidas e pôr em prática e engajar-se a fundo para fazê-las triunfar.



I — A AMÉRICA LATINA EM FACE DO DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

Gen EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA

I. A América Latina na luta pelo desenvolvimento.

Lembra André Maurois, no prefácio que escreveu para os romances que constituem *A procura do Tempo perdido...*, que Proust, "o maior inventor na literatura" que já houve em França, pensava que, "assim como há uma geometria no espaço, há uma psicologia no tempo". É do espírito proustiano que toda a vida dos seres humanos é uma luta contra o tempo.

Há certamente uma psicologia no tempo para os Povos. Espaço e tempo são vetores iguais que definem a História. A psicologia das diferentes épocas é a registrada pela evolução da Humanidade através dos séculos.

As nações, como os indivíduos, amadurecem, atingindo a idade da razão, à medida que acumulam experiências, resultantes as mais das vezes de sofrimentos coletivos.

Duas guerras mundiais e mais a da Coréia (três guerras, como querem alguns) e a transformação brusca por que passou o nosso Mundo, diante de descobertas científicas e de um progresso tecnológico que afastou ainda mais os que já tinham dos que não têm, haveria de despertar os povos para novas concepções e novas lutas. Daí a ânsia de progresso dos grupos chamados subdesenvolvidos que, parece, se lançam "à recuperação do tempo perdido".

A América Latina atravessa esse período e, diante do soerguimento da Europa, ressurgindo das próprias cinzas, e do adiantamento especta-

cular de outros povos até há pouco considerados atrasados, procura estabelecer programas de desenvolvimento que lhe permitam quebrar os grilhões da prisão em que tem vivido encerrada, como fornecedora de matérias-primas e outros produtos primários, e consumidora de manufaturas.

Terá a América Latina elementos para isso? É o que vamos examinar.

2. Aspectos geográficos e culturais.

A América Latina apresenta peculiaridades que devem ser ressaltadas, no início de um estudo sobre os fatores que influem na sua industrialização.

Em primeiro lugar, é interessante observar que ela ocupa em latitude a maior extensão das regiões civilizadas do globo terrestre: vai de 32° N a 55° S. Quase metade do México e cerca de 2.500.000 Km² ao Sul, abrangendo 600.000 Km² no Brasil, 40% da superfície do Paraguai, todo o Uruguai e, praticamente, a totalidade dos espaços geográficos ocupados pelo Chile e a Argentina, ficam fora da zona compreendida entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. A África tem, no planisfério terrestre, a mesma posição com mais 5° ao N e menos 20° ao Sul, pois Capetown corresponde a Montevideu. Do mesmo modo, a parte Sul da Ásia, abraçando grande área da China, a Indochina, o Sião, a Birmânia, a Índia, o Paquistão, o Sul do Irão e a Arábia Saudita, corresponde, com a Oceania ao Sul, à localização da América Latina.

A observação vale para documentar que a influência da latitude nos dá todos os climas possíveis na Terra, exceto o glacial.

Ainda sob o aspecto geográfico, notam-se na América Latina grandes cadeias de montanhas que ericam o território das Repúblicas do México e da América Central de altos picos e formam planaltos; do mesmo modo, a América do Sul se caracteriza a Oeste, pela colossal massa dos Andes que, ramificando-se em várias cordilheiras de direção Norte-Sul, suspendem a grandes e médias altitudes várias extensões planas, "las sabanas", onde vivem populações numerosas em belas cidades, como Bogotá, Quito e Santiago; deslocando-se para Leste, os Andes Orientais percorrem a Venezuela do lago Maracaibo ao golfo de Pária, permitindo que Caracas, a 1.000 m, seja uma das capitais de clima mais ameno do Mundo, embora se situe a 10° Norte da linha equatorial. No Brasil os grandes maciços que se levantam do Rio Grande do Sul até o Nordeste, com ramificações para o Oeste, colocam igualmente grande parte do território do nosso País a altitudes que corrigem, como dissemos acima, os efeitos da latitude. São Paulo, como Caracas, se beneficia dessa circunstância, o mesmo acontecendo com Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e inúmeras cidades de vários Estados brasileiros.

A área total da América Latina é de, aproximadamente, 20.000.000 Km², e a população 180.000.000 de habitantes, assim repartidos:

	Área Km ²	Habs.
México	1.970.000	25.000.000
América Central	715.190	25.300.000
América do Sul	17.530.000	130.000.000

A massa humana é a que cresce mais rapidamente no Mundo, na época atual: 2,3% por ano; em 1975, somará 275.000.000 de almas, se essa taxa continuar.

No México, na América Central, na Venezuela, nos países da costa ocidental da América do Sul, no Paraguai e na Bolívia as populações têm percentagens variadas de mestiços. A mistura étnica é também considerável no Brasil. Em todos os Estados há uma elite, educada segundo os princípios da Civilização Ocidental.

Houve quem afirmasse que, numa seção reta do Brasil, de Leste para o Oeste, seriam encontradas civilizações de todas as épocas, isto é, desde a mais avançada, do século XX, até a das idades primitivas, como a dos índios. Este estado de coisas continua na América Latina, porque existem enormes extensões quase despovoadas e sem meios modernos de comunicações para massas de mercadorias. Pode-se afirmar, entretanto, que todos os governos se preocupam com a instrução pública e que a cultura ocidental penetra nas massas, com maior ou menor velocidade, conforme o País. Não obstante, o analfabetismo ainda perdura, em proporção elevada, em muitas regiões; é certo, porém, que, por outro lado, já se nota bom ensino secundário. Universidades bem organizadas existem em quase todos os países, permitindo a formação de uma elite, cujo pensamento organizador vai-se impondo pouco e pouco. Além disso, inúmeros latino-americanos bebem as lições das escolas européias ou americanas do norte, procurando aprimorar a educação que recebem em suas pátrias. Como observação de ordem geral, pode-se afirmar que a atitude dos latino-americanos é para a cultura moderna e que eles ombreiam facilmente, nas competições intelectuais, com os europeus e americanos em suas próprias escolas, manejando línguas estrangeiras.

Malgrado as aptidões naturais, a formação técnica dos povos latino-americanos deixa muito a desejar. Em seu conjunto, não formam eles mais de 6.000 engenheiros por ano, de todas as especialidades, aí compreendidos os arquitetos. A influência das antigas universidades espanholas e portuguesas, onde o culto das letras e da filosofia ultrapassava o gosto pelas ciências físicas e naturais, ainda se faz sentir, atenuado, no entanto, por tendências recentes que estão conduzindo os latino-americanos aos laboratórios de tecnologia e de pesquisas; essas tendências se notam, pelo menos, nos países de maior população, como a Argentina, o Brasil e o México, mas também já se observam em outros, como a Venezuela, o Chile e a Colômbia.

Em consequência do nível cultural e do baixo padrão de vida, percentagem ponderável de populações latino-americanas não gozam de uma saúde perfeita e apresentam índices de produtividade inferiores aos dos habitantes de zonas temperadas, na Europa e na América do Norte.

A despeito das observações que acabamos de fazer, é opinião generalizada que os latino-americanos, em todos os escalões do trabalho, aprendem com relativa facilidade, adquirem senso de responsabilidade e trabalham com rendimento satisfatório nos ramos de atividade em que atuam. Os mais altos níveis técnicos, nas profissões que exigem qualidades pessoais, são atingidos por eles: na medicina, na advocacia, na engenharia, nos misteres artesanais e nas tarefas de operários na indústria moderna. Essa opinião tem sido corroborada por exemplos de realizações as mais arrojadas em campos diferentes, como construções civis, metalurgia, eletricidade, química, etc. Não se trata, destarte, de suposição, de um pensamento que se deseja que se transforme em realidade — de um "wishful thinking", mas de fatos que são reconhecidos e apontados diariamente. Podem, pois, ser atingidos, entre nós, aqueles elevados padrões de eficiência que caracterizam as aplicações industriais nos países mais adiantados.

Em resumo, a tese que procuramos defender acima, se pode resumir assim:

"A América Latina dispõe de espaço, de climas e de gente para exercer as atividades que marcam a civilização moderna."

Os fatos têm provado que a afirmação de André Siegfried, o conhecido pensador francês, de que os povos da América Latina não poderiam dispor de elites capazes de atender às graves responsabilidades de organização e direção dos Estados modernos, não se mantém de pé. Cada dia, o que vem sendo feito, demonstra o contrário.

3. Riquezas naturais básicas para a industrialização.

Passemos a examinar agora o que valem o solo e o subsolo da América Latina.

Ocupando um tão vasto espaço em latitude e possuindo elevados planaltos, a ecologia das nações latino-americanas é a mais variada possível. Há climas extremos — do frio ao tropical. Domina, entretanto, esse último. Como fonte de matérias-primas de origem vegetal elas têm uma importância indubitável: madeiras, plantas medicinais, borracha e fibras. A América Latina dispõe de 6.500.000 Km² de florestas tropicais, dos quais 5.200.000 na bacia amazônica, servida por grandes aquedutos.

Ao lado da grande área coberta de matas, temos na América Latina zonas de campos, algumas extremamente interessantes para a criação de animais e que fornecem, além de alimento para o homem, matérias-primas industriais preciosas. Existem elas na Argentina, no Sul do Brasil

e em vários altiplanos, mais ou menos elevados, em todos os países que estamos considerando.

Como vemos, nenhuma extensão da superfície da terra supera a da América Latina no que diz respeito à variedade de solos e ecologias. Sob o ponto-de-vista da produção de alimentos, temos, assim tôdas as possibilidades, desde os cereais nobres, de climas temperados, às culturas das terras tropicais.

O potencial energético à nossa disposição é igualmente formidável. No que se refere à energia hidráulica, avalia-se em 75.100.000 CV a potência ainda disponível, baseada em águas mínimas. Com as possibilidades que a moderna engenharia oferece, esse potencial pode ser estimado em 50% acima.

Os países mais aquinhoados são:

	CV
Brasil	28.000.000
México	8.500.000
Peru	8.500.000
Argentina	5.400.000
Colômbia	5.400.000
Venezuela	4.300.000
Bolívia	3.600.000
Chile	3.600.000

O aproveitamento total atual é de pouco mais de 8.000.000 CV. Para comparação, tenha-se em vista que a Europa tem um potencial hidrelétrico disponível estimado em 53.860.000 CV e mais 33.900.000 já em utilização. A América do Norte (Canadá e Estados Unidos) já têm 35.200.000 CV em usinas funcionando e 84.400.000 ainda a aproveitar. A estação invernosita limita, entretanto, o aproveitamento da energia hidráulica em muitos pontos da Europa e do Norte do nosso Continente.

As reservas provadas de petróleo na América Latina são também enormes. A produção em 1950 foi de cerca de 100.000.000 t, contra 270.000.000 t dos Estados Unidos. Consideram-se como produtores: a Argentina, a Colômbia, o México, o Peru e a Venezuela. O Brasil começa a aplainar-se entre eles. O futuro da produção de petróleo entre nossos países é promissor; como um todo, temos elementos para desenvolvê-la, em benefício do nosso desenvolvimento industrial.

No que diz respeito ao carvão, notamos o seguinte: as reservas carboníferas da Colômbia são de enorme importância. Encontram-se em quantidades imensas nas três cordilheiras andinas que percorrem o território da República. "Parece seguro que as maiores reservas se encontram na cordilheira oriental, onde, segundo estimativas, há mais de 6.000.000.000 de t disseminadas numa região de 3.000 km², sendo que sua maior parte corresponde a Cundinamarca e Boyacá". Os colombia-

nos chegam a dizer que ... "no setor andino não há lugar onde não se encontre carvão e está fora de dúvida que um largo rio subterrâneo de hulha percorre o país desde Buenaventura no Pacífico até Goajira no Caribe, com jazidas especialmente ricas nos departamentos de Vale, Cundinamarca e Boyacá".

A 260 km a nordeste de Bogotá foram confirmadas reservas que sobem a 1.900.000.000 t. Provaram-se em detalhe reservas de 18.000.000 t de carvão coqueificável e se estabeleceram 138.000.000 de reservas prováveis. Vários membros da Associação Brasileira de Metais puderam visitar, em 1952, por ocasião do Congresso de Bogotá, a mina de La Chapa, cuja produção alimenta agora a coqueria da usina de Paz de Rio, em funcionamento desde agosto de 1954. O carvão para coque tem uma análise bastante favorável:

Umidade	1,4%
M V	28,35
C fixo	52,60
S	0,7 a 1,6
Cinzas	6 a 15%
Poder calorífico	7.000-8.000 cal.

As reservas provadas já foram dobradas desde 1952 de tal modo que se trata agora de abrir outras minas que se situam junto à Usina, em Belencito, na margem direita do rio Chicamocha (Matayeguas, Tópaga e Mareá).

São conhecidos os depósitos carboníferos do Chile. Ocorrem junto à costa, ao sul de Concepción. As jazidas de Lota e Coronel estão em produção há muitos anos. A usina siderúrgica de Huachipato emprega coque que é o resultado da destilação da hulha dessas minas em mistura com certa quantidade de carvão importado dos Estados Unidos.

O Peru possui jazidas, sobretudo de carvão antracitoso, que se destacam pela sua extensão.

No Brasil as reservas de hulha são importantes nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Devem-se assinalar igualmente as reservas paranaenses, que ainda não estão completamente estudadas. O assunto é conhecido e não o examinaremos de novo.

Tivemos a oportunidade de visitar a Venezuela, em missão da "Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas". Pusemo-nos em contato com o problema carbonífero desse país vizinho. Pudemos ver que estudos do subsolo venezuelano têm revelado a existência de combustível fóssil sólido em muitos pontos: Lobatera (Táchira); Chiguará (Mérida); Maracaibo (Zúlia); Sabana Grande, Clarines e Narienal (Anzoátegui); e Mapire (a SW de Ciudad Bolívar), são lugares, onde há depósitos de carvão. Alguns deles, como os de Anzoátegui, são conhecidos há muitos anos e têm sido explorados. Não há ainda um conheci-

mento suficiente da qualidade, condições de exploração e reservas desses combustíveis. Há, já, entretanto, investigações preliminares, feitas pelas firmas Koppers, e Eisenbau, ambas de Essen na Alemanha; as conclusões podem ser assim resumidas:

- 1) O teor de matérias voláteis é alto — entre 46,35% (Lobatera) e 42,85% (Sabana Grande);
- 2) O teor de cinzas é baixo, entre 3,54% seco (Lobatera) e 4,57% seco (Sabana Grande);
- 3) o teor de enxofre é aceitável e o fósforo não é mencionado;
- 4) alguns carvões se aglomeram mais ou menos bem (teores de oxigênio e de matérias voláteis elevados).

Venezuela, como a Colômbia, poderá ser outra surpresa agradável, no que se refere à existência de carvão, inclusive para coque.

Estamos vendo que, mesmo no que diz respeito a carvão, a posição da América Latina não é tão crítica quanto se afirmava no passado. Já estudamos aqui, minuciosamente, a situação do Brasil. Quanto ao México, afirma Arnulfo Villarreal: "O carvão mineral, nas suas variedades linhito, betuminoso e antracito, encontra-se extensamente repartido na República Mexicana"; as jazidas mais importantes se acham no Estado de Coahuila e começaram a ser exploradas há 80 anos; produzem carvão coqueificável; só a bacia de Sabinas tem uma reserva estimada em 2.000.000.000 t; na parte mais profunda o carvão está a 350 m. As minas dessa região são as mais importantes do país, servindo às grandes usinas siderúrgicas de Monclova e Monterrey.

É interessante também assinalar a bacia de Oaxaca, situada na região denominada Alta Mixteca, nos Estados de Puebla e Guerrero, principalmente, e na parte extrema noroeste do Estado de Oaxaca. Essas jazidas se situam a 400 Km da cidade do México e são circundadas por jazidas de minério de ferro; uma das camadas se aglutina sob a forma de coque. Como os depósitos de Coahuila e as Usinas Siderúrgicas estão a mais de 1.000 km do maior centro consumidor do País (85%), vê-se a importância da bacia de Oaxaca.

Se passarmos ao exame dos minérios que contribuem para a indústria siderúrgica, encontraremos, na maioria dos países que nos interessam, uma situação extremamente favorável.

O México possui imensas jazidas de minérios de ferro, situadas em várias regiões do país. As mais destacadas, no momento, são as do "Grupo do Norte", porque nelas se baseia a indústria siderúrgica atual mexicana. Situam-se nos Estados de Durango, Zacatecas, Chihuahua, Coahuila e Nuevo Leon. As reservas estimadas vão a mais de 100.000.000 t, mas esse número não deve representar ainda a realidade; a abundância de minério não justificou um estudo judicioso. Os minérios são hematita e magnetita, com teores acima de 50% de Fe. Em alguns casos apresentam uma percentagem excessiva de fósforo, pelo que devem ser misturados a minérios mais puros. Há minério de ferro em

muitos outros Estados, constituindo importantes "grupos" de jazidas: Grupo do Pacífico Norte (Baixa Califórnia, Sonora e Sinaboa); Grupo do Pacífico Central (Jalisco, Colima, Michoacá e Guerrero), onde estão as reservas mais importantes do País; e Grupo do Pacífico do Sul (Oaxaca e Chiapa).

Devemos mencionar as jazidas de Cuba e da República Dominicana. De Cuba vem sendo exportado minério desde o fim do século passado (1884).

A Colômbia possui minério de ferro em quantidades apreciáveis, na província de Boyacá, em Paz de Rio; as reservas estimadas totalizam 100.000.000 t. A usina de Belencito, inaugurada em 1954, o está empregando. Trata-se de um minério fosforoso, com 48% de Fe e cerca de 1% de P, próprio para o processo Thomas.

O Peru começa a apresentar-se como um exportador de minério de ferro e o Chile o é tradicionalmente, de suas jazidas de El Tofu (Bethlehem Steel Co.).

Na Argentina foi iniciada a exploração de jazidas em Serra Grande, no Território do Rio Negro; situam-se elas a 35 km da costa, entre Antonio Oeste e Puerto Madryn, a 900 milhas marítimas de Buenos Aires. Há, além disso, minério de ferro em Zapla, onde foi construída uma usina de carvão de madeira, que produz atualmente 200.000 t de gusa por ano.

Sobre o Brasil não é necessário apontar aqui nossas reservas em minério de ferro, tão conhecidas são elas. Recordemos, apenas, que as estimativas mais autorizadas nos dão, só em Minas Gerais, 15.000.000.000 t.

A Venezuela apresenta, no Estado Bolívar, ao sul do rio Orinoco e entre este e o rio Caroni, vastas reservas de um excelente minério de ferro. As jazidas de Cerro Bolívar e El Pao, exploradas respectivamente pela United States Steel Corp. e pela Bethlehem Steel, são hoje mundialmente famosas. As usinas Fairless (Morrisville) e Sparrows Point, dessas duas grandes companhias americanas, estão recebendo minérios venezuelanos. Convém assinalar que as reservas "não conhecidas", conservadas para uso nacional pelo Governo da Venezuela, representam muitas vezes o volume das que estão em exploração atualmente. Visitamos a região e estamos convencidos de que a América Latina tem aí um suprimento de enorme valor.

Quanto ao manganês, são ainda as reservas brasileiras as mais interessantes das Américas. As do Amapá entraram em exportação em 1956 e Urucum começa a ser explorado. O Minerals Yearbook (1949), do Bureau of Mines, dos Estados Unidos, aponta como produtores, além do Brasil, a Argentina, a Bolívia, o México e o Chile, e nota que este último país pôde aumentar a produção e exportação. O México também é exportador (57.484 t em 1948, da Baixa Califórnia). Pelas análises de amostras que pudemos ver, é nossa impressão que existe minério de manganês na Venezuela, em região próxima à de suas jazidas ferríferas.

O níquel só é assinalado nas estatísticas internacionais no Brasil, Chile e Cuba. O tungstênio, entretanto, figura na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Peru, todos exportadores de minério. O Brasil produz normalmente tungstênio metálico para filamentos de lâmpadas elétricas.

Chile, México e Peru têm sido exportadores de minérios de molibdênio.

O único produtor de titânio assinalado na América Latina é o Brasil, mas o vanádio existe na Argentina, no México e, sobretudo no Peru, que tem exportado minérios e concentrados.

O cobalto se nota na Bolívia e no Chile, que já têm sido exportadores. O Brasil, também, pode vir a tornar-se produtor, notadamente através das jazidas goianas.

A fluorita se apresenta na Argentina, Bolívia, Brasil e México.

Como vemos, as matérias-primas necessárias à siderurgia são abundantes e, certamente, terão sua produção aumentada, à medida que forem sendo mais bem prospectados os recursos minerais de nossos países.

Sobre refratários e indústria cerâmica, o exemplo do Brasil é marcante. Em um quarto de século, montamos uma produção que é notável. As argilas e jazidas de sílica são comuns; a magnesita se assinala na Argentina, México e Venezuela e é extremamente abundante no nosso País, como é sabido (Bahia e Ceará).

Se nos voltarmos agora para os metais não ferrosos, veremos que, também nesse setor, é excelente a situação da América Latina, no Continente e no Mundo.

O cobre é extraído no Chile, no México e no Peru; o Equador igualmente o tem produzido; a Bolívia fornece minério. O Peru está recebendo no momento um grande impulso em sua produção, por parte de capitais americanos. A Argentina já tem produzido pequenas quantidades. A posição do Brasil não é brilhante quanto a este metal. Na Venezuela assinala-se o minério em condições de ser explorado; o mesmo acontece com a Colômbia. Em 1951 as produções da América Latina e dos Estados Unidos foram, respectivamente, 463.860 e 835.470 toneladas métricas.

Quanto ao zinco, a posição é representada pelas produções seguintes, em 1949 (produção mundial de zinco recuperável nas minas):

Toneladas métricas

Argentina	9.830
Bolívia	14.197
México	172.320
Peru	64.283
Soma	260.630
Estados Unidos	538.145

A Argentina, o México e o Peru produzem o zinco metálico. As possibilidades do Brasil melhoraram muito, no que se refere a esta importante matéria-prima, pela descoberta de extensas jazidas em Vazante, Minas Gerais.

O chumbo é outro metal que existe em muitos países da América Latina, como demonstram os números abaixo (produção mundial de chumbo nas minas, em toneladas métricas, 1949):

	<i>Toneladas métricas</i>
Argentina	16.000
Bolívia	26.352
Chile	730
México	200.763
Peru	49.302
Total	293.147
Estados Unidos	371.860

A Argentina, o México e o Peru produzem o metal. Em nosso País se está fazendo um esforço no sentido de aumentar a produção de chumbo.

Eis a situação do estanho, demonstrada em números que representam o metal contido no minério, em toneladas métricas (1949):

	<i>Toneladas métricas</i>
Argentina	305
Bolívia	34.660
Brasil	330
México	364
Peru	45
Soma	35.704
Estados Unidos	69

Os grandes produtores são, como se sabe, a Malásia, a Indonésia e o Congo Belga que fornecem 60% das necessidades mundiais; a América Latina concorre com 24%.

Duas usinas fazem o alumínio metálico, uma em Minas Gerais (Saramenha, Ouro Preto), e a segunda em S. Paulo, próximo a Sorocaba. As duas somadas produzem cerca de 12.000 t/ano. A expansão da usina paulista está, no entanto, prevista e é de crer-se, pelas necessidades de nosso mercado interno, que ela se faça imediatamente. Os grandes fornecedores de bauxita para os Estados Unidos são as minas das Guianas Holandesa e Britânica; esse minério é assinalado em outros países latino-americanos, entre eles a Venezuela e a Colômbia.

Passando aos fertilizantes minerais, devemos fazer referência, em primeiro lugar, ao salitre do Chile. Em seguida, às apatitas do Brasil e ainda do Chile. A Colômbia está começando a produzir escória fosforosa de conversor básico. Em Volta Redonda se recupera o licor amoniacal da coqueria para transformá-lo em sulfato. Não há, nas estatísticas, referências a fosfatos naturais nos países latino-americanos. No nosso País opina-se que há consideráveis massas de fosfatos de rocha, mas não existem dados suficientes quanto às possibilidades de sua utilização.

Uma nota apenas sobre o enxofre. As estatísticas internacionais consignam sua existência nos seguintes países:

	<i>Toneladas métricas</i>
Argentina	9.842
Bolívia	4.398
Chile (1948)	13.258
Equador (1948)	43
México (1948)	2.100

A produção mexicana aumentou, consideravelmente, com a descoberta de novas jazidas em 1950. Do mesmo modo, importante descoberta foi feita na Venezuela, que passará a explorar essa fonte de riqueza.

As reservas de calcário são imensas na América Latina. A produção de cimento se aproxima de 12.000.000 t/ano. Quatorze das vinte Repúblicas são assinaladas nas estatísticas.

Para terminar esta análise, devemos lembrar que, não obstante estarem ainda em período de pesquisas geológicas, os países latino-americanos têm grandes possibilidades quanto à obtenção de elementos fisséis e associados para a produção de energia nuclear.

O levantamento dos recursos gerais das vinte Repúblicas latino-americanas é, como se viu, altamente significativo. As matérias-primas mais essenciais existem e, muitas delas, já são aproveitadas em escala apreciável, fornecendo recursos preciosos à Europa e aos Estados Unidos.

4. O mercado consumidor latino-americano.

O mercado consumidor latino-americano tem hoje uma importância considerável, a qual vem sendo acrescida pela perda gradual, a partir da última guerra, de mercados europeus e do extremo oriente. Publicação recente do "The Chase National Bank" afirma que o mercado da América Latina é um dos de crescimento mais rápido do Mundo: "A produção de mercadorias e serviços nas vinte Repúblicas soma agora mais de US\$ 40 bilhões por ano. Dobrou desde meados de 1930. As importações dobraram, também, à medida que o mercado se expandiu. E a população — seja o número de consumidores potenciais — está aumentando duas vezes mais depressa do que a média mundial".

Essas afirmações são seguidas de prognósticos sobre o que o mercado poderá ser em 1970: "produção na vizinhança de US\$ 100 bilhões por ano; população aumentada de mais de 60%, aproximando-se de 275.000.000; importações dos EE. UU. totalizando US\$ 7 bilhões, mais do que o dobro das atuais".

A luta pelo nosso mercado, entre os EE. UU. e os países industrializados da Europa, continuará. Como veremos mais adiante, até agora a natureza das importações latino-americanas favoreceu os EE. UU., mas isso vai-se modificando em relação à Europa Ocidental, cuja posição como fornecedora de bens de capital e consumidora de nossos produtos tem melhorado consideravelmente. Até o presente, os Estados Unidos vêm conservando sua posição de grande vendedor, mas isso se tem devido, em parte, à sua tremenda capacidade de importar e facilidade de financiar; uma mudança de política a esse último respeito poderá mudar a situação enormemente.

A industrialização não tem alterado o mercado importador latino-americano. Um exemplo magnífico disso nos dá a indústria siderúrgica. De uma produção de cerca de 300.000 t de laminados antes da guerra passou a América Latina para 3.770.000 t em 1959; pois bem, as importações não diminuíram, mantendo-se na ordem de 3.000.000 t, com um valor aproximado de US\$ 450.000.000,00.

Mais um exemplo que demonstra a capacidade latino-americana de consumir produtos altamente industrializados, temos com a eletrificação. Nos últimos 5 anos as vinte Repúblicas inauguraram usinas geradoras num total de 2.300.000 KW.

É evidente, como anunciou o Sr. Prebisch, Diretor da CEPAL, no seu excelente relatório à Conferência de Quitandinha em 1953, que a industrialização transforma o aspecto do mercado consumidor. É o que nos demonstra também o estudo do Chase Bank:

"A medida que o desenvolvimento econômico muda o mercado, muda igualmente o aspecto das importações. As divisas que o Brasil economiza com produtos siderúrgicos e com outros itens agora produzidos localmente, são gastas com importações mais pesadas de combustíveis e bens de capital para suas indústrias em expansão. As importações de combustíveis aumentaram de 10% do total antes da guerra, para 14% em 1952. Ao mesmo tempo, os bens de produção aumentaram de 32 para 45%. Matérias-primas e bens de consumo declinaram em sua importância relativa.

"A mesma configuração básica mostram as importações do Chile e do México, quando 1952 é comparado com anos de pré-guerra. O aspecto argentino é idêntico, exceto que as importações de matérias-primas registraram um largo ganho, ao invés de declinarem. Este ganho foi contrabalançado por um abaixamento brusco, maior do que a média, na parte relativa à importação de bens de consumo.

"Seguramente a configuração das importações varia qualquer coisa de ano para ano, dependendo da disponibilidade de câmbio."

A luta pelo mercado latino-americano vai-se expandindo. O Japão, refeito da desorganização do pós-guerra, iniciou sua ofensiva e prossegue com sucesso; a União Soviética e outras Repúblicas populares estão começando a organizar campanhas para aumentarem seu comércio nesta parte do Mundo.

5. O intercâmbio das nações latino-americanas entre si e com o resto do Mundo.

Após a análise que fizemos, do mercado latino-americano, pareceu-nos que deveríamos igualmente tecer algumas considerações sobre o intercâmbio de nossos Países entre si e com o resto do Mundo. Desde logo, duas observações de ordem geral nos ocorrem.

Em primeiro lugar, a precariedade das vias de comunicação entre eles. A via mais utilizável e, por assim dizer, a única, na maioria dos casos, é a marítima. O intercâmbio por via terrestre — ródio ou ferroviária — é quase inexistente para trocas vultosas de mercadorias. Aquas vias fluviais, de caráter internacional, como na Europa, também não existem. O papel do Amazonas é relevante a esse respeito, mas a tonelagem transportada é pequena.

Em segundo lugar, a organização do comércio externo das Repúblicas latino-americanas se tem feito em função dos mercados consumidores dos países mais industrializados. Por negociações bilaterais elas lhes fornecem matérias-primas e alimentos e lhes adquirem produtos manufaturados e, igualmente, alimentos. A fim de poder vender seus produtos primários, os acordos com os Estados Unidos e com países europeus se fazem sempre na base de trocas desse tipo. Apenas há poucos anos essa situação se tem modificado ligeiramente, conseguindo as trocas entre o Brasil e a Argentina, ou entre essa e o Chile, consignar produtos industriais contra cereais ou matérias-primas.

Sob o ponto-de-vista de suas exportações, os países latino-americanos se classificam em 3 grupos:

- a) Países de agricultura tropical — Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, América Central;
- b) Países de agricultura temperada — Argentina, Uruguai, Paraguai;
- c) Países de mineração — Chile, Peru, Bolívia, Venezuela, México.

As exportações dos países do primeiro grupo melhoraram muito relativamente às dos outros grupos; isso porque eles negociam sobretudo com os Estados Unidos, cujo mercado se manteve, em geral, firme para os seus produtos (após a última guerra); por outro lado, os "termos de troca" (terms of trade) para mercadorias como o café, se conservaram

elevados, só caindo com a reação dos consumidores americanos que diminuíram o consumo e jogaram abaixo preços que estavam sendo mantidos em alta, apesar da superprodução existente. Os países que possuem maiores relações com a Europa, como a Argentina, ficaram prejudicados; o velho Continente, com efeito, custou a emergir da crise que lhe trouxe a última guerra e, por outro lado, teve que fomentar trocas com suas colônias que produzem as mesmas mercadorias que nós. Um estudo, preparado para a Conferência dos Ministros da Fazenda que se realizou em Quitandinha, mostrou que, "enquanto as exportações latino-americanas para o hemisfério ocidental subiram de 36 a 49% e de 33 a 66% (em todas as exportações da América Latina), as exportações para a Europa caíram de 50,9 a 27,8%". Ao passo que os países de agricultura temperada (grupo b, já referido) exportavam, em 1949, 62% do total de seus produtos para a Europa, os de agricultura tropical só exportavam 27% e os de mineração 22%.

A Europa procura, entretanto, reconquistar mercados e, não obstante sua posição desfavorável até pouco tempo atrás, começa a vender-nos bens de capital, e, mesmo, a oferecer-nos financiamentos a prazos médios. O recente caso da usina de Paz de Rio, na Colômbia, inteiramente financiada pelos Franceses que forneceram o equipamento, é um exemplo característico. A Fábrica de Álcalis e a expansão da Acesita, no Brasil, são outros exemplos, de emprêgo de equipamento francês, financiado por bancos, estribados na excelente organização que é a "Assurance crédit".

A Alemanha está desenvolvendo um esforço notável, facilitado pelo fato de que ela não tem possessões ou territórios sob mandatos em latitudes tropicais. Pode, assim, abrir as portas do seu mercado interno à América Latina e oferecer-nos a formidável ajuda de sua experiência técnica e de sua indústria de máquinas e outros equipamentos pesados.

De todos os países latino-americanos o que mais está procurando incentivar trocas com os seus vizinhos é o Brasil. Com a Argentina isso tem sido tradicional, excelente cliente que dela somos no que se refere ao trigo; com o Chile e a Bolívia temos procurado negociar sobretudo metais, como o cobre e o estanho e, com essa última República, o petróleo. Da Venezuela trazemos também, o petróleo cru, mas o negociamos com as companhias americanas concessionárias; somos forçados, assim, a pagá-lo em "dólares duros". Temos como certo que nossa industrialização já nos permitiria vender produtos manufaturados no mercado latino-americano; duas medidas bastariam para assegurar o sucesso: 1) fiscalização rigorosa, para manter o produto exportado em nível internacional; 2) taxa cambial que não consista em verdadeira taxação da exportação. Poderíamos acrescentar que é mister igualmente que nossa Bandeira seja levada por navios nossos até Barranquilla, na Colômbia, passando pela Venezuela.

O intercâmbio latino-americano é ainda insuficiente. Seu incremento depende, a nosso ver, da industrialização e não temos dúvida em

afirmar que nosso País, pelas suas condições atuais e rápido desenvolvimento, terá um grande papel a desempenhar. Tudo é função de uma política econômica realista, isto é, dirigida para objetivos seguros e legítimos do nosso comércio internacional.

6. A América Latina e o Mercado Comum.

Sob o ponto-de-vista geográfico, podemos dizer que a América Latina não tem uma posição das mais favoráveis para a realização de um mercado comum do tipo europeu.

Em primeiro lugar, a integração do mercado latino-americano, devido à extensão em latitude, não é das mais fáceis. O México, por exemplo, se coloca muito fora da órbita sul-americana. Ele tem uma tendência a se integrar na economia norte-americana, e, não fôssem fatores históricos que o têm impedido, esta integração já se teria processado. Mas a tendência é inegável e o México muito se tem beneficiado disso, como o Canadá.

Vemos, pois, ao norte do Continente americano um bloco econômico normal e natural, compreendendo o Canadá, os Estados Unidos e o México.

Além disso, os países da América Central e do Caribe têm tendência a formar um grupo separado. Embora não apresentem possibilidades muito grandes como mercado consumidor e como recursos conhecidos, a situação poderá mudar, pois, a população está crescendo e descobertas de jazidas minerais são sempre prováveis.

Na América do Sul temos esta barreira fantástica constituída pelos Andes, que nos divide em países que olham para o Atlântico e países da orla do Pacífico. É comum dizermos que nos Estados Unidos existem os mesmos obstáculos; entretanto, as Montanhas Rochosas apresentam passagens a 2.000 metros de altitude, ao passo que os Andes apresentam a 4.000 metros. É uma muralha formidável que separa tremendamente os países situados de um lado e outro da Cordilheira.

Observamos, quando visitamos o Chile, por exemplo, como sua posição o insula do resto do Continente. É preciso, realmente, grande esforço para tirar produtos do Chile e levá-los para a costa atlântica. Vemos, no momento, a Argentina transportar, com dificuldades, minérios de ferro do Peru e do Chile para o rio da Prata; seria natural que esse minério fôsse do Brasil, porque, tanto o que existe em Mato Grosso (em Urucum) e que pode descer pelo Rio Paraguai, como o que tem acesso à costa Atlântica (de Minas Gerais), apresentam condições muito mais favoráveis para o suprimento do mercado argentino do que o minério que tem de passar pelo Estreito de Magalhães, rota difícil, longa, cheia de escolhos e, portanto, muito mais cara do que as rotas que partem do Brasil.

Outro fator que conduz os povos latino-americanos a se preocupar tremendamente com o futuro, é a existência dos blocos econômicos que se estão formando noutros Continentes e que prejudicam a América Latina, até certo ponto, na competição internacional.

Notemos que o Mercado Comum Europeu abrange a África. Se não fosse assim, isto é, se os países do Continente Negro já fossem autônomos, livres da influência européia, teríamos condições econômicas muito mais favoráveis para os nossos produtos. Estaríamos com um mercado competitivo normal. Mas, nas condições atuais, isso não existe. A produção africana ainda é tutelada pelo capital, pela técnica e pelo mercado europeus, e se integrou dentro do Mercado Comum do velho Continente. Há mesmo quem diga que uma das grandes razões que conduziram as nações européias a se congregarem no Mercado Comum foi a possibilidade da exploração conjunta das riquezas africanas.

A América Latina, que produz exatamente o mesmo que a África envia à Europa, teme pelo seu porvir. Nessas condições, criou-se nela um sentimento que se opõe em muitos sentidos à integração européia, não podendo impedi-la, surgiu a manifestação favorável também a movimento idêntico entre nossos países.

A integração econômica é um processo difícil, que exige, evidentemente, a existência de alguns fatores que não notamos ainda no Brasil, como foi observado ainda há pouco, mas que podem ser criados.

Preliminarmente, temos os obstáculos naturais, já aludidos, e que separam os países ao invés de os unir. Além disso, há a falta de industrialização e a escassez de elementos de troca entre eles. É natural que os países latino-americanos, embora procurem estabelecer um mercado-comum, como os europeus, guardem sempre a tendência de trocar as suas matérias-primas e produtos alimentares em excesso pelos produtos manufaturados dos países mais industrializados.

Tem-se falado muito em pan-americanismo; é uma idéia antiga. Entretanto, o pan-americanismo tem sido, sobretudo, uma manifestação diplomática, e, portanto, política, excluindo sistematicamente os problemas econômicos de seu âmbito. Exprime um sentimento natural de defesa contra o imperialismo de nações extracontinentais e contra exauros na própria América.

Esse instinto natural de defesa e os exemplos vindos dos povos mais experimentados, conduziram os países latino-americanos a procurar solução satisfatória para o problema a enfrentar.

Era mister dar um primeiro passo. Não seria possível organizar, desde logo, um mercado comum, como na Europa.

Comissões, em reuniões sucessivas, estudaram, então, a organização de uma "zona livre de comércio". O Tratado que daí resultará, deverá ser ratificado brevemente. Assim, teremos um início de mercado comum nesta parte da América, abrangendo o Brasil, a Argentina, o Uru-

guai, o Chile e, espera-se, o Peru, a Bolívia, o Paraguai e, talvez, o México.

O que há de interessante nessas negociações é que a indústria foi pouco representada. Outras atividades brasileiras foram igualmente muito pouco ouvidas durante as negociações. Destarte, quando surgiu um projeto de tratado que deveria ter sido assinado em setembro, notou-se que havia grande reserva das classes produtoras, pois que elas não conheciam, suficientemente, o documento.

Há uma idéia bastante falsa a respeito do que seja uma "área de livre comércio". Muitos julgam que, desde logo, se estabelecerá um mercado comum, excluindo todas as tarifas e taxas sobre produtos. Na verdade, isso se fará, gradualmente, mediante negociações que se realizarão todos os anos. O abaixamento das taxas e tarifas virá, portanto, pouco a pouco, de forma que o mercado vá adaptando-se às novas condições.

Vê-se, por exemplo, pelo projeto de tratado, que o abaixamento das tarifas continuará durante 12 anos, e se procurará, em princípio, fazer um abaixamento anual da ordem de 8%.

A vantagem do estabelecimento da área de livre comércio será, portanto, fazer com que, pouco e pouco, a América Latina, representada por muitos países (e o ideal seria que toda ela pudesse participar da operação), viesse a dispor de um mercado consumidor muito mais poderoso do que o de que ela dispõe, para toda uma série de produtos industriais.

Eis um exemplo fácil de entender. Se observarmos o que se passa no Chile, veremos que este País montou uma usina siderúrgica que é grande demais para o seu consumo interno. Por outro lado, o Chile não poderia montar uma usina econômica e que produzisse em competição com os produtos importados, sem que ela tivesse certas dimensões. Resultado: o Chile tem necessidade absoluta de exportar produtos siderúrgicos, para manter a usina que construiu em Huachipato. A capacidade é de 450 mil toneladas de laminados e o consumo do País é de 300 mil. Não esqueçamos que o Chile é uma nação de 7 milhões de habitantes, que não pode ter industrialização igual à nossa, por exemplo. Assim, o estabelecimento de uma indústria desse porte já é bastante grande para ele, ao passo que sabemos que dois milhões de toneladas representam pouco para o Brasil.

A exportação chilena tem sido feita para o Brasil e a Argentina, principalmente. No futuro, entretanto, estes países também vão dispor de usinas siderúrgicas em quantidade suficiente para abastecê-los, pelo menos de certos produtos e é aí que entra a vantagem do mercado comum. No que se refere à siderurgia, o Brasil no momento está montando dois laminadores de chapas grossas, um de 130 polegadas de largura, na Usiminas, e outro de 110 polegadas, na Cosipa. São máquinas de grande produção que se destinam sobretudo a produzir matéria-prima para a construção naval e a de grandes tanques e silos, destinados à

indústria do petróleo e ao armazenamento de cereais e outros produtos. Pois bem, estes dois laminadores não podem, de maneira alguma, ser montados no resto da América Latina, com exceção da Argentina, que teria um mercado suficiente para manter um laminador desses.

O Brasil será, portanto, fatalmente, dentro de um mercado comum latino-americano, fornecedor de chapas largas, se os nossos preços forem convenientes. Depende de não cometermos erros, onerando nossos custos com liberalidades excessivas na nossa política fiscal e de mão-de-obra.

Temos, ainda, o exemplo dos aços especiais. Não há possibilidade de outros países na América Latina, ainda com exceção da Argentina e do México, montarem fábricas de aços especiais. O Brasil já está construindo algumas. Talvez até demais. Relativamente aos aços especiais, haverá, também, um mercado aberto à produção brasileira.

Do mesmo modo, quanto à produção de cilindros para laminadores, especialidade difícil que se está começando no Brasil, não vemos possibilidade de outros países latino-americanos (com exceção sempre da Argentina, que poderá fazer um esforço para isso) montarem fábrica para essa produção.

Preferimos referir-nos à indústria siderúrgica, de que temos conhecimento mais particularizado. Há, porém, também a indústria de refratários e a cerâmica, além de veículos automotores. Sabemos, ainda, que um dos grandes receios de certos países do Sul é a nossa grande indústria de tecidos. Certos produtos nossos causam alarma, porque a produção brasileira se apresentará em condições excelentes num mercado competitivo. Temos muitas outras indústrias que podem exportar, como a de material ferroviário que se aperfeiçoou rapidamente, atingindo, sob licença, *standards* americanos, e que pode abastecer o mercado latino-americano com facilidade.

Para o Brasil, embora se note na indústria certo receio, temos a impressão de que seria vantajosa a "zona de livre comércio", pelo menos no que se refere às indústrias de base (metalúrgicas e químicas), que se estribam em subprodutos de coqueria, e em matérias-primas de origem vegetal ou subprodutos das refinarias de petróleo. Estas indústrias têm um alicerce sério. Basta dizer que o Brasil possui três fábricas de anilina.

Há 20 anos, quando pensávamos nisso, parecia-nos problema para outra geração. . . Pois bem: temos três fábricas que resultaram da existência da matéria-prima produzida pela coqueria de Volta Redonda. Agora a produção vai aumentar com as coquerias da Usiminas e da Cosipa e com os subprodutos das refinarias de petróleo.

Por conseguinte, a zona de livre comércio será realmente para o Brasil um mercado ampliado, se levarmos o problema a sério.

Entretanto, há indústrias de bens de consumo que se vêem ameaçadas, porque julgam que produtores de países vizinhos poderão oferecer-lhes séria concorrência.

A necessidade da organização de mercados regionais é uma fatalidade: marchamos para economias deste tipo. Vemos a Europa; observamos o movimento dos países escandinavos no sentido de se reunirem num grupo, com a Grã-Bretanha; o mesmo acontece com os países do Oriente Próximo; notamos as mesmas tendências na Ásia e na África.

Parece-nos que não poderemos fugir à regra de ampliarmos o nosso mercado, para que nossa indústria possa desenvolver-se adequadamente.

Referimo-nos à indústria por uma inclinação profissional. Mas, naturalmente, a produção diz respeito também à agricultura, onde temos vantagens e desvantagens muito grandes em relação a alguns dos nossos vizinhos.

Se tomarmos, por exemplo, a produção pecuária, verificaremos que o Brasil terá que enfrentar uma concorrência séria da Argentina, onde a produção leiteira e a indústria de laticínios são muito mais avançadas e apresentam condições mais fáceis do que as brasileiras. No entanto, a nossa produção já tem uma base séria e não acredito que seja destruída; pelo menos deverá ser estimulada pela presença de um concorrente do tipo da Argentina.

Realizam-se, atualmente, reuniões apressadas em diversas Federações de Indústria do País e na Confederação das Indústrias, no Rio de Janeiro, para o estudo do projeto de Tratado. O avanço dos Governos latino-americanos já foi de tal ordem que, a nosso ver, não há recuo possível. O Tratado surgirá de uma próxima reunião, provavelmente em fevereiro. Nessas condições, só nos fica a alternativa de estudar o problema convenientemente, de enfrentá-lo com bravura, a fim de que o Brasil, nesta hora de mercados comuns, se beneficie, e não tenha prejudicada a sua economia.

7. O Instituto Latino-Americano do Ferro e do Aço (ILAFA).

Em virtude da necessidade da organização regional, que parece um imperativo, em reunião que se realizou, em 1956, em São Paulo, sob os auspícios da CEPAL e da Associação Brasileira de Metais, pensou-se na criação de um "Instituto Latino-Americano do Ferro e do Aço". Os chilenos ultimamente, pelo seu Instituto especializado, convocaram os siderurgistas de toda a América Latina para uma conferência em Santiago, na qual se discutiu a organização desse órgão. O Instituto foi, finalmente, organizado em outubro e o objetivo é justamente o estudo do mercado, da padronização dos produtos, dos métodos que devem ser empregados na América Latina e a formação de técnicos e de mão-de-obra necessários, para que a indústria se apresente com condições de sobrevivência em face do progresso da Europa e dos Estados Unidos.

O Instituto está começando a instalar-se e poderá ter sede no Brasil, se tivermos o número de membros suficientes (nosso País representa, atualmente, 47% da produção siderúrgica latino-americana). Já tem uma Secretaria-Geral e tudo se prepara para que o funcionamento se

inicie imediatamente. Há dois diretores brasileiros, sendo um o presidente.

O pensamento que predominou na sua criação foi o de que a América Latina, para sobreviver, tem que trabalhar junta, unificando o seu mercado, métodos de trabalho, e formando técnicos para enfrentar a situação que existe no Mundo.

É o desafio que recebemos para assegurar o futuro. Uma das maneiras para vencer, no âmbito da Siderurgia, foi a organização do Instituto.

Assim como a Europa iniciou o seu grande movimento de integração econômica pela criação da "Comunidade européia do carvão e do aço", nós, também, estamos colocando a criação de um "Instituto do Ferro e do Aço" na base da efetivação de uma "zona de livre comércio" latino-americana.

Oxalá se desenvolva em torno de idéia tão sã uma atmosfera que nos permita enfrentar problemas essenciais para o progresso dos nossos países.

Qualquer que seja o resultado final, nossa experiência será acrescida e o conhecimento mútuo de dificuldades comuns nos permitirá resolvê-las mais acertadamente.

COMPANHIA DE SUPERFOSFATOS E PRODUTOS QUÍMICOS

MATRIZ

RUA PEDRO LESSA, 35 — CONJUNTO 1008

Telefone: 52-3180

RIO DE JANEIRO

AGÊNCIA

Rua Conselheiro Crispiniano, 393 — Conj. 1.101

Telefone: 35-5080

SÃO PAULO

FÁBRICA

Av. Alberto Soares Sampaio, s/n.

Telefone: 44-1711 (Sto. André)

CAPUAVA (Mun. de Mauá)

Ácido sulfúrico

Superfosfato de cálcio

Hipossulfito de sódio

Bissulfito de sódio

Metabissulfito de sódio

Produtos Químicos em geral

II — ASPECTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA AMÉRICA DO SUL

Ten-Cel HORÁCIO LEMOS

A grande importância econômica do petróleo é devida não só à sua imensa contribuição para o total de energia, como também ao seu papel como fonte de energia líquida e à sua grande versatilidade como matéria-prima.

Sua utilização, e as perspectivas de um consumo sempre crescente, fazem com que a procura a novas fontes de suprimento, pela indústria respectiva, seja contínua.

Publicações nacionais e estrangeiras, especializadas no assunto, afirmam que a indústria de petróleo no mundo, durante o ano que passou, teve um aumento expressivo em relação ao ano de 1958, tendo o total em reservas, apresentado um crescimento proporcional.

Com referência à refinação e ao número de poços produtores, dizem as mesmas publicações que houve também um aumento sensível.

Os quadros abaixo publicados pela revista "Petróleo do Mundo", apresentam alguns dados, referentes ao ano de 1959, sobre o número de poços, reservas existentes e as refinarias em funcionamento.

a) ÓLEO BRUTO

PAÍSES	POÇOS		
	Produtores	Perfuração	Reservas (1.000 b/d)
Argentina	4.375	99	2.000.000
Bolívia	79	11	94.000
Brasil	561	42	250.000
Chile	141	5	65.000
Colômbia	2.054	28	750.000
Equador	1.629	4	24.000
Peru	2.937	9	325.000
Venezuela	9.384	66	18.000.000

b) REFINAÇÃO

PAISES	REFINAÇÃO		
	Número de refinarias	Produção (1.000 b/d)	Capacidade (1.000 b/d)
Argentina	14	130,1	238,4
Bolívia	4	8,7	12,4
Brasil	8	66,3	156,3
Chile	1	17,7	24,0
Colômbia	5	145,0	51,2
Equador	2	7,7	7,4
Peru	3	48,4	49,2
Uruguai	1	—	28,0
Venezuela	14	2.700,0	886,0

Observação — A revista, ao mencionar o Chile, só faz referência a uma refinaria, quando na realidade esse país possui duas. Talvez essa omissão seja justificada pelo fato de que a Refinaria de Manantiales, localizada na Ilha da Terra do Fogo, tenha por objetivo recuperar os líquidos contidos nos gases e reinjetar nos poços o gás e, além disso, produzir gasolina, querosene e óleo diesel para suprir as necessidades de empresa estatal que explora o petróleo no Chile (ENAP), e da própria região onde se encontra instalada a refinaria.

Para atender as exigências do consumo, a indústria do petróleo procura aumentar cada vez mais a produção, seja por intermédio da ampliação, seja por meio de instalações de novas refinarias.

Na América do Sul, essas atividades também se verificam, conforme se pode constatar através da análise realizada pela revista "World Petroleum", sobre o futuro desenvolvimento da capacidade de refinação de alguns países. Entre eles, estão: Argentina, Brasil, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Na Argentina:

A "Diadema Argentina S. A." aumenta a sua refinaria em Buenos Aires para produzir 45.000 barris diários, em 1961;

A "Esso Sapa" tem programado um aumento para a sua refinaria de "Campana", de 25.000 para 60.000 barris diários. Observa-se nessa refinaria, um aumento de 13.000 barris diários de capacidade na unidade de craques catalíticos.

A "YPF" (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) executa trabalhos acelerados para que em 1961 sua refinaria "La Plauta" eleve a capacidade de processar 85.000 barris diários para 123.000. A refinaria de "Lujan de Cuyo" com uma capacidade atual de 23.000 barris diários, poderá, em 1961, refinar 51.000.

No Brasil:

Executam-se trabalhos de expansão em duas refinarias e construção de duas outras. A Refinaria de "Mataripe", com capacidade de processar 15.000 barris diários, poderá refinar, em 1961, 37.000 barris. Em "Cubatão", São Paulo, a capacidade será aumentada para 190.000 barris diários.

No Equador:

A "Anglo Ecuadorian Oil Field Ltd" executa trabalho de expansão da refinaria "La Libertad", para elevar a atual capacidade de 7.700 barris diários para 21.000.

No Paraguai:

Há informação de que a Companhia "Tives-Lille" planeja a construção de uma refinaria em "Assunción", para processar 21.000 barris diários.

No Peru:

Existem dois projetos, um de expansão e outro de construção de refinarias.

A "Internacional Petroleum" programou uma expansão em sua refinaria de "Talara" que na atualidade processa 75.000 barris diários.

Uma empresa não identificada construirá uma refinaria na parte sul do país.

No Uruguai:

Este país, que somente possui uma refinaria, dobrará a capacidade de refinação para produzir, em 1961, 56.000 barris diários.

A "Ancap" construirá, ao mesmo tempo, duas novas unidades, uma de "craques calatíticos", de 5.000 barris/dia e outra de reformação catalítica, com capacidade de 3.000 barris/dia.

Na Venezuela:

A semelhança do que ocorre no Brasil, a Venezuela executa trabalho de expansão em duas refinarias e constrói duas outras.

A "Richmond Exploration Co" aumentará sua capacidade de refinação de 50.000 para 53.000 barris diários, na sua refinaria de "Bajo Grande".

A "Venezuela Gulf" propôs duplicar os refinados de sua refinaria de "Puerto La Cruz", para atingir, em 1961, a cifra de 120.000 barris diários.

A nova refinaria da "Nobil", em "Palitos", estará pronta em 1961, com uma capacidade de 50.000 barris diários. Esta refinaria contém uma unidade de reformatão catalítica de 5.000 barris diários.

A "Shell" está construindo em "Cardón", uma refinaria de 80.000 barris diários, inclusive com a instalação de uma unidade de alquilação de 2.800 barris diários.



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73 a 95

Telefone: 45.8165

Rua Cametina, 79/81

Telefone: 43.4990

Rua Bambina, 36

Telefone: 26-6763 - Rio.

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — VARÕES DE PLUTARCO

General JOÃO PEREIRA

Memorando neste breve escrito alguns nomes de ilustres concidadãos nossos, com passagens interessantes da vida de cada um, não me move a isto senão o patriótico intento de dar àqueles que ainda não mergulharam no atascadeiro de concupiscências, de corruções, de egoísmos insopitáveis, de farisaísmos, de improbidades, de servilismos e de vaidades tolas e abominandas, que aí estão, exemplos edificantes de patriotismo, de moralidade, de desinteresse, de honradez, de modestia, de franqueza e magnanimidade, que, certamente, lhes servirão de estímulo em sua norma de procedimento.

ANTÔNIO DE SOUZA NETO

Foi um dos mais altos representantes do tipo riograndense, pela beleza física, pela bravura indômita, pelo garbo inexcédível com que montava a cavalo e pelas muitas virtudes que o exornavam, e a ele é que coube a glória imperecedoura da proclamação da República Riograndense, em 11 de setembro de 1836.

Quando da intervenção do Brasil no Uruguai, em 1864 — ainda que isso, hoje, nos pareça lenda — organizou e equipou à sua própria custa, sem auxílio de qualquer espécie, do governo imperial ou provincial, a Brigada de Voluntários Riograndenses, no comando da qual, já então com o nome de Brigada Ligeira, se deslocou depois para os campos do Paraguai, onde realizou prodígios de heroísmo.

FLORIANO PEIXOTO

Esquivo à popularidade, tão do agrado dos indivíduos fúteis, impassível ante os maiores perigos e dificuldades, indiferente às tentações da riqueza, reconhecidamente generoso e honesto, patriota, justo

e inflexível com os traficantes, é Floriano, ainda hoje, a figura máxima dos que já nos dirigiram os destinos, neste largo período de vida republicana.

Certo, não poderei mencionar aqui todos os episódios comprovativos dessas peregrinas virtudes e qualidades do soldado intêrrito e cidadão prestante, a quem devemos a consolidação da República, pois bem longe iria. Penso, porém, que já me bastam, para o fim em que ponho a mira, os que vou referir, abreviadamente, agora.

Estava Floriano, uma vez, na sala de aparelhos, telegráficos do Palácio Itamarati, em companhia de seu primo e cunhado Artur Vieira Peixoto, seu secretário particular, a ditar um telegrama para o doutor Júlio de Castilhos, quando chegou o Dr. Cassiano do Nascimento, seu Ministro do Exterior, e, após breves palavras, indagou d'ele se pretendia vender o engenho Itamaracá, de sua propriedade, situado no Estado de Alagoas. E como Floriano lhe dirigisse um inexpressivo por quê? Cassiano respondeu logo: "É que ontem, em conversa com um amigo, manifestou ele o desejo de adquirir o Itamaracá, tendo mesmo me autorizado a oferecer a V. Exa. quinhentos contos pela compra". "Vendo", disse, então, Floriano, sem a menor surpresa pela proposta. E depois, com a mesma voz descolorida e mansa, acrescentou: "Diga, porém, ao seu amigo, que não pelo preço que ele oferece, e, sim, por cem contos, unicamente. Mas isso quando eu deivar o governo". E continuou a ditar o telegrama para o Sul...

Aquela proposta — partida do Conde de Leopoldina, segundo declarou depois a Artur Peixoto o próprio Cassiano do Nascimento — era, talvez, um engêdo, com que ela tentava granjear as boas graças de Floriano, e demovê-lo, assim, das medidas inexoráveis de repressão, que adotara desde os primeiros dias de seu governo, contra a preamar de negociatas que inundava a Bolsa com ações de companhias imaginárias, e enchia de penúria e desesperação o lar dos que se arriscavam na jogatina. Floriano, porém, era Floriano, e não um desses infelizes aproveitadores de nossos dias.

Havendo falecido um fiel do armazém da Alfândega, solicitou Floriano a Serzedelo Correia, a quem cabia preencher a vaga, por nomeação de outro, que a desse a um compadre seu e amigo, bom republicano. Serzedelo saiu, então, do Palácio, diretamente para o Tesouro, a fim de mandar que se lavrasse o título de nomeação. Em estando, porém, ali, anunciaram-lhe a presença de um môço alto, magro e de luto, que, introduzido em seu gabinete, lhe foi logo dizendo: "Sou filho do fiel que ontem morreu. Há catorze anos que substituo meu pai, então paraltico..." E mais não falou, porque Serzedelo deu ordens imediatas para que se anulasse a nomeação do candidato de Floriano e se lavrasse a do pobre môço. A seguir, foi contar a Floriano o que se passara. Este, porém, longe de se magoar com o ato de Serzedelo, disse-lhe, ao contrário, com aquela grandeza de alma, que tanto o recomendava ao respeito e admiração dos bons: "Fizeste bem. Vamos ver um outro lugar para meu compadre".

Com o próprio Serzedelo Correia ocorreu um fato, que ainda mais evidencia a generosidade de Floriano.

Serzedelo já se havia demitido de ministro de Floriano, por ocasião da revolta de nossa esquadra, e, por ordem mesma do insigne soldado, estava prêso na Detenção. Ora, como naquele tempo já tivesse ele, a pedido, abandonado o Exército, e não possuísse recurso algum com que pudesse auxiliar sua velha mãe, esta passou a sofrer toda a sorte de necessidade. A vista disso, escreveu-lhe Serzedelo um bilhete, da Detenção, em que lhe mandava aleloar os móveis e demais objetos que possuíam, com exceção dos livros, e, com o dinheiro apurado, assegurar a própria subsistência, até que ele fôsse pôsto em liberdade. O diretor da Detenção, porém, interceptou o bilhete e levou-o a Floriano. Pois bem: desde aquêlê dia, a genitora de Serzedelo passou a receber uma pequena mensalidade, que lhe era enviada pelo próprio Marechal de Ferro.

Aliás, o caso do bilhete serviu ainda para que o Consolidador da República reunisse o Ministério e o exhibisse como testemunho inconcusso da probidade de um governo em que, um ministro, ao deixar o cargo, se via na dura obriga de vender os móveis, para prover a subsistência de sua família. **O tẽmpora! O Mores!**

Tendo sido cientificado de que os comerciantes mais fortes da Saúde adquiriam gêneros e armazenavam-nos, para forçar a alta, Floriano, acompanhado do velho Quintanilha, dirigiu-se a um dos mais categorizados dêles, com o disfarce de comprador. E conseguindo, depois de largas investigações, saber o preço de custo de todos os gêneros armazenados, não vacilou: pediu uma tira de papel e, ali mesmo, fez a lista de todos êles, com o preço de custo de cada um, seguido do de venda que estabelecera, com lucro razoável para os negociantes. Feito isto, entregou o papel, com sua assinatura, ao comerciante, com estas palavras irreplicáveis: "Seja o meu representante junto aos seus colegas, para que, de amanhã em diante, respitem esta tabela. Faça com que o governo e o povo, penhorados, lhe agradeçam, e aos seus colegas, êste serviço. Espero recebê-los em palácio depois de passada a crise". Volvidos poucos dias, Floriano recebia a visita dos comerciantes, para informá-lo de que haviam cumprido fielmente o honroso encargo, ficando, assim, solucionada aquela crise de gêneros, que já preocupava a população do Rio.

Outro episódio ocorrido com açambarcador, no governo de Floriano, foi êste que Serzedelo, seu Ministro da Fazenda, costumava contar, a quem quisesse ouvi-lo.

Verificando Serzedelo que, no Rio, era tamanha a escassez de sal que os criadores do interior já se manifestavam alarmados, e que a grita dos cariocas, contra êsse fato, já se ia fazendo inquietadora, entrou a procurar a causa, e, de indagação em indagação, veio a saber que o mal provinha de estar sendo o produto oculto por um dos maiores atacadistas da praça. Como, porém, o potentado se dizia muito

amigo de Floriano e íntimo do Palácio Itamarati, então residência presidencial, Serzedelo achou de bom aviso, antes de qualquer providência, entender-se com o Marechal. Ora, como se sabe, Floriano não era homem que transigisse com improbidades. Assim, logo que ficou ciente do que se passava, determinou a Serzedelo que requisitasse todo o sal e o pusesse à venda, pelo preço vigente no comércio, antes da manobra criminosa. Quando o atravessador foi surpreendido com a ordem de apreensão do sal, correu, imediatamente, ao Itamarati, à procura de Floriano, para queixar-se. Pela primeira vez, porém, teve embargada a sua entrada ali. E como de nada lhe valesse haver-se identificado perante o ajudante-de-ordens, que o atendeu à porta, bradou colérico: "Sou amigo do Marechal!" Ao que o outro respondeu, num pronto: "Bem sei. Ele, porém, mandou dizer-lhe que não tem amigos ladrões". E não tinha mesmo, acrescento eu.

Nem mesmo aos filhos, perdoava Floriano, apesar de espôso e pai amantíssimo, qualquer deslize, por menor que fôsse. E é justamente o que se vai ver.

Quando o governo adquiriu navios na América do Norte, para dar combate à esquadra, que se revoltara, foi destacado do Rio, para combôá-los, o cruzador **Benjamin Constant**, a cujo bordo estava, entre outros jovens idealistas, um filho de Floriano, de nome José, aluno do Colégio Militar. Bem moço, porém, como era então, José não podia ainda avaliar à justa a grande responsabilidade que lhe pesava aos ombros, exatamente pela sua origem. De feito que, em chegando a Recife, achou de desembarcar e viajar para Alagoas, em visita ao tio, José de Sá Peixoto. Logo que soube do proceder do filho, Floriano transmitiu, imediatamente, êste telegrama, que evidenciava tôda a retidão de seu caráter: "Inspetor José de Sá Peixoto — Maceió — Juca fêz mal, teve procedimento intorreto, deixando o cruzador **Benjamin Constant** em Recife. Como meu filho, devia ser o primeiro a prestar obediência a seus superiores, para não dar maus exemplos aos seus camaradas. Estou seriamente contrariado. Espero quando aí chegar o cruzador, êle se apresente e se conserve no cumprimento de seus deveres. Vou saber quem lhe deu licença para deixar Recife". Êste telegrama, que era datado de 8 de agosto de 1894, foi logo seguido, em 11 do mesmo mês, dêste outro: "Coronel José de Sá Peixoto — Maceió — Comandante **Benjamin Constant** informa deu licença Juca por motivo de moléstia. Informe se êle está doente".

JOÃO ANTÔNIO DA SILVEIRA

Era dotado de excelsas virtudes e extraordinária bravura. Desprezado e modesto, foi contra a sua vontade que o promoveram, por Decreto de 3 de julho de 1941, o General do Exército *farroupilha*. Tanto assim que, ao ter notícia do projeto dessa promoção, escreveu,

a José Pinheiro de Ulhoa Cintra, uma carta, em que dizia: "Isto é completamente do meu desagrado, pois a recompensa que espero de meus serviços é que me deixem sossegado logo que se conclua a guerra e que não se conte comigo nem para inspetor de quartelão".

Eram assim os homens dos velhos tempos, dos bons tempos em que um cabelo de barba tinha força de documento nas transações.

JOSÉ GOMES PORTINHO

Depois de haver sido um dos mais assinalados servidores da República Riograndense, foi um dos nossos grandes soldados na guerra do Paraguai.

No transcurso daquela guerra porfiosa e larga, foi promovido a brigadeiro. Querendo, porém, o governo imperial distingui-lo, ainda, com maiores honrarias, pelos seus serviços, agraciou-o, por Decreto de 11 de maio de 1878, com o título de Barão de Cruz Alta, com grandeza. Este título lhe foi mandado pelo Visconde de Pelotas, General José Antônio Corrêa da Câmara, que lhe pediu, então, em nome de velha amizade, a fineza de não devolvê-lo. E o certo é que, atendendo ao pedido, Portinho guardou o título. Mas fê-lo com esta declaração, que lançou nêle, em 16 de setembro de 1879: "Não aceitei o baronato. Se existe o presente título em meu poder é porque me foi mandado de presente pelo meu ilustre amigo Visconde de Pelotas, pedindo-me que o aceitasse e dêle fizesse o uso que entendesse, porém que não o devolvesse. Por essa razão guardei-o, inutilizando-o, rasgando-o e lavrando a presente declaração para que em todo o tempo conste. As razões que me assistem para não ter aceitado semelhante título são muitas, as quais julgo desnecessário especificar". E em carta do mesmo ano, endereçada ao Dr. Assis Brasil, esclarecia êle que não aceitara o baronato, porque "não acreditava na monarquia e menos nos seus títulos".

Portinho, como se vê, era bem diferente dos que andam hoje a esmolar honrarias de toda a sorte, algumas delas, até, sem expressão alguma.

MANUEL LUIZ OSÓRIO

(Marquês do Herval)

Osório era modelo em tudo: no amor da Pátria, na coragem indômita, na probidade, na simplicidade, no cavalheirismo, na franqueza, na generosidade, na maneira fidalga de conquistar amigos e admiradores, na abominação, enfim, aos indivíduos jactanciosos e empaesados. Por isso mesmo, foi sempre o ídolo incontestado de nosso Exército.

Graças a êle, graças ao entusiasmo sem limites que sabia infundir naqueles que lhe estavam às ordens, é que puderam as nossas bandeiras e as nossas armas cobrirem-se de imarcescíveis louros na célebre batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866.

Embora amigo sempre solícito em atender a amigos, nunca tolerou Osório que qualquer dêles, fôsse lá quem fôsse, procurasse apartá-lo de sua linha inflexível de procedimento, com pedidos desarrazoados.

Um dia, sabendo um dêles que o governo brasileiro estava interessado na remonta dos corpos de cavalaria e pagava altos preços pelos cavalos nas condições que especificara, reuniu grande porção dos que possuía, entre os quais, muitos sem valor algum, e foi pedir ao General Osório uma carta de recomendação para uma das comissões militares, estacionadas em certos pontos da fronteira, para examiná-los e recebê-los, convencido de que, por êsse meio, ganharia seu bom dinheiro, ou, como se diz no linguajar gauchesco, forraria o poncho. Osório, porém, depois de ouvi-lo pacientemente, respondeu-lhe assim: "Homem, você é entendido da matéria e não desconhece as exigências do governo. Se os seus cavalos são bons, para que recomendação?" A isto, replicou o outro: "Para evitar alguma injustiça". Ouvindo estas palavras, disse Osório, de imediato: "Pois então escreva você mesmo o que vou ditar". E ditou-lhe o que aqui se lê: "Tmos. Srs. — O portador vai conduzindo uma cavallhada que pretende vender ao Estado, mediante o prévio exame da comissão de que são VV. SS. digníssimos membros. A primeira condição para a boa cavalaria é a velocidade, e esta depende da excelência dos cavalos; portanto excusado seria lembrar duas coisas: a primeira, que os animais imprestáveis que levar o portador, devem ser refugados; a segunda, que VV. SS. devem ser rigorosos no cumprimento das ordens do governo. Esta carta só tem por fim pedir que VV. SS. despachem com brevidade o portador". Ora, como era de esperar, advertiu logo o interessado, largando a pena: "Não, general, esta carta não é a que eu queria..." Foi quanto bastou para que contraviesse Osório, com justa indignação: "Pois dê-ma". E, tomando-a de cima da mesa, rasgou-a e lhe jogou ao chão os pedaços, com estas palavras, que bem lhe definiam a pureza dos sentimentos: "O que queria então de mim? Uma indignidade! Que eu me empenhasse, sem dúvida, para que se lhe enchessem os bolsos de dinheiro, defraudando-se os cofres públicos. Ó! que patriota! Que idéia faz você da honra alheia? Se não a tem, respeite a dos outros".

Contam que La Tour d'Auvergne, consagrado pela posteridade com o título de **primeiro granadeiro da República Francesa**, aceitando o oferecimento que lhe fez um representante do povo para falar a benefício seu, obtemperou-lhe: "Pois bem: pedi para mim...". Ainda, porém, não acabara de pronunciar a frase, quando lhe dirigiu o representante do povo esta pergunta: "Que? Um regimento? Ao que La Tour d'Auvergne respondeu: "Não; um par de sapatos".

Pois, nem mesmo coisa de tão pouca monta pediu Osório, quando, por duas vêzes, depois que veio ferido dos campos do Paraguai, re-

cebeu convite de Pedro II para tratar-se no Rio de Janeiro, ou, se entendesse, na Europa. Ao revés, limitou-se sempre a dizer aos emissários do Imperador, os laureados médicos Drs. Pertence e Continentino, que recusava o obséquio, por não poder afastar-se da Província que lhe fôra berço, onde tinha credores, com os quais precisava liquidar as contas. Ao Dr. Pertence, que insistia ainda, em nome do Chefe do Gabinete, para que êle pedisse ao governo o que quizesse, porque lhe seria dado, contestou Osório: "Tenho até agora cuidado da Pátria; estou velho e doente; e, enquanto ela não precisa de mim, o que quero é trabalhar para saldar o que devo e atender à família, que há de viver do pouco que lhe eu deixar. Tratarei os meus ferimentos com os recursos da ciência que houver na Província".

Osório foi sempre assim. Não se confundiu nunca com a caterva de goelas, de indivíduos gananciosos e sem escrúpulos, que sempre houve, e são, positivamente, legiões, agora.

De sua larga generosidade, muitos, também, são os exemplos que nos ministra a História. Para com os pobres, os humildes, os infelizes, particularmente, não havia limites para ela. Quantas e quantas vezes não foi êle levado a recorrer a empréstimos para ter dinheiro com que pudesse atender a gastos com funerais de amigos ou socorrer viúvas e órfãos desvalidos! Mesmo quando Ministro da Guerra, Osório nunca deixou ao desamparo os necessitados que o procuravam. Assim é, que, não dispondo de verba bastante para pagar passagens daqueles que desejavam volver à Província de seu nascimento, findo o tempo de serviço na guarnição do Rio, deu a muitos dêles, para êsse fim, dinheiro de seu próprio bolso. E justamente por êsses e outros atos semelhantes de sua indefectível generosidade é que contraiu, no breve prazo em que foi ministro (1878-1879), dívidas que alcançaram a soma, apreciável para aquêl tempo, de cinqüenta contos, ou cinqüenta mil cruzeiros, no frasear de agora, que seus filhos depois saldaram, com os rendimentos de modesta estância que lhe pertencia e que comprara a crédito.

De seu patriotismo, enfim, quer-me parecer que não hei mister enumerar exemplos. Porque mais viva, mais irrefragável, mais veementemente prova de amor à Pátria não se pode achar do que, por ela, expor um homem o maior bem da vida, que é a própria vida, em mais de quarenta anos, como o fêz Osório, nos recontros porfiosos e sangüinolentos do arroio Miguelete, durante o cerco de Montevidéu, em 1823, de Sarandi, do Passo do Rosário, da Revolução Farrapa, de Monte Caseros, do Passo da Pátria, de Estero Bellaco, de Tuiuti, de Humaitá, de Avaí, de Sapucaí, de Peribebuí e de outros e muitos outros. Ser patriota em assembléias e comícios públicos, é coisa fácil. Os demagogos sempre o foram e o são. Arriscar, porém, a própria vida pela Pátria, desinteressadamente, só o fazem os varões de Plutarco, os homens superiores, como o foi Osório, aquêl vulto de legenda, que é, hoje, um dos numes tutelares dêste Brasil imenso, a que tanto serviu e a que tanto amou, até tombar ferido pela mão da Morte.

MANUEL MARQUES DE SOUZA

(Conde de Pôrto Alegre)

Foi um dos mais nobres servidores que, em todos os tempos, já teve a Pátria.

Havendo recebido, ao partir para a guerra do Paraguai, no comando do 2º Corpo de Exército, a importância de vinte mil cruzeiros, ou vinte contos, como se diria então, para despesas secretas, restituiu-a integralmente, ao regressar ao Brasil. Durante a campanha, nunca aceitou os vencimentos que lhe cabiam, como comandante de Corpo de Exército, mas, apenas, os de tenente-coronel reformado. E quando, terminada a guerra, foi apresentado um projeto para sua reversão ao serviço ativo, conseguiu, na qualidade de deputado, que se não discutisse tal proposta, dizendo, então, que já se considerava mais que pago pelo que havia feito pela Pátria.

Foi sempre êste, entre nós, o proceder dos velhos soldados e cidadãos preclaros. Não pleitearam nunca favores ou recompensas de qualquer espécie, pelos sacrifícios feitos pela Pátria. Ela, porém, soube ser justa com seu grande filho, glorificando-o sobreposse em vida e gravando-lhe o nome, depois de morto, para a eternidade, estemado de bênçãos, nas páginas mais puras de sua refulgente História.

SÃO PAULO AÇO S/A

INDUSTRIA E COMÉRCIO DE LAMINADOS

Laminação a frio ou fitas de aço para fins industriais e para embalagem — Corte de chapas em guilhotina e a oxi-acetileno.

RUA DOMINGOS PAIVA, 224

TEL: 35-2439

BRAZ — SÃO PAULO

II — O DEDO COMUNISTA NO AMAZONAS EM 1930

Cel OSMAR PACHECO DILLON

Atendendo a um insistente pedido de um companheiro de Arma, o distinto Oficial de Estado-Maior, amante das coisas do grandioso e deslumbrante Estado do Amazonas, seu torrão natal.

Como, praticamente, nada há escrito a respeito do motim do 27º Batalhão de Caçadores, verificado em Manaus, mal havia decorrido um mês da vitória da Revolução de Outubro de 1930, prontifico-me a historiar, sucintamente, essa ocorrência que, durante cerca de oito dias, perturbou a paz daquela simpática cidade, fazendo-a viver momentos de graves incertezas.

Para iniciar a reconstituição dos fatos relacionados com essa revolta, retrocedo um pouco, no tempo, em minha narrativa. Tomo, como ponto de referência, o dia 1 de dezembro de 1930.

Eu era então, um jovem 1º Tenente, um idealista convicto. Tinha, sob meu comando, o 26º BC, em Belém do Pará. Ainda ostentava, no braço, a elipse vermelha com o distintivo do posto de Tenente-Coronel, que havia sido eu comissionado, desde antes da vitória da Revolução Nacional, em Turiaçu do Maranhão, quando da transformação da "Coluna Revolucionária do Pará", por mim comandada, em 6º Batalhão de Caçadores do 2º Grupo do BC da Brigada de Operações do Norte.

Já na bela capital paraense, essa Brigada Revolucionária vinha de ser extinta, e, em decorrência, havia eu reorganizado, com o referido 6º BC, o primitivo 26º BC, Batalhão que, com elementos seus, não governistas, tinha dado origem à citada "Coluna Revolucionária do Pará", quando da eclosão do movimento nacional de Outubro.

O ato de extinção da Brigada de Operações do Norte representava, já por si, um largo passo para a volta à normalidade do País, ainda um tanto conturbado pelas conseqüências naturais do impacto da vitoriosa Revolução, que lhe havia alterado o regime e o recolocado nos seus verdadeiros rumos.

Entretanto, a ação nefasta dos inconformados, dos oportunistas aproveitadores e, também, dos confucionistas com segundas intenções, tinha de influir ainda, por muito tempo, no destino do País. Grande motivo de meditação, aliás, para os verdadeiros idealistas!

Assim é que, no dia 1 de dezembro tomado aqui como ponto de referência, naquela segunda-feira, às 05,30 horas, ainda escuro, o meu velho amigo, de saudosa memória — o Cel Comissionado Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — Interventor Federal do Estado do Pará e Comandante da Guarnição, pessoalmente, procura-me em minha residência.

Certamente, fato grave e de maior responsabilidade, viria o Cel Barata, mais uma vez, pôr nas mãos do companheiro de lutas, que nunca lhe havia faltado com o apoio decidido, sincero e leal, nem ao seu governo discricionário.

Tinha eu razão em meus prognósticos. O Coronel, preocupado, pôs-me então, a par do que ocorria na Capital do Vizinho Estado do Amazonas. O 27º BC — que em outubro descera para Belém, a fim de integrar as Forças do Governo que combateriam a referida Bda de Op do Norte que se aproximava — após haver retornado à sua sede em Manaus, tinha se amotinado e criado uma situação insustentável para o Governo do grande Estado limitrofe.

Segundo as informações oficiais, "os cabos se haviam comissionado em Tenentes e dominavam a situação; estavam senhores da cidade. Os oficiais encontravam-se presos em suas residências. A Força Policial do Estado havia sido extinta e dissolvida por imposição dos insurretos. O Interventor Álvaro Maia estava sem meios para manter a ordem e clamava por providências urgentes; havia tomado uma lancha e nela se refugiado no alto Rio Negro".

Eu teria de repor as coisas nos devidos lugares em Manaus, com toda urgência, com o Btl de meu Comando. Essa foi a missão especial e reservada, que recebi.

Pus-me em atividade, imediatamente. O 26º BC preparou-se com toda presteza e, sem perda de tempo, a pé, deslocou-se para o cais, deixando, em seu quartel, apenas um Pelotão, com um 2º Tenente.

As 13,30, não haviam decorrido ainda oito horas do recebimento da ordem e já o Batalhão, todo embarcado no navio gaiola "Distrito Federal", largava de Belém, para seu destino.

Tudo seria feito na base do maior sigilo.

Entretanto, não conhecia eu, sequer a cidade de Manaus. Verdadeira "Mensagem a Garcia"! Felizmente, à última hora, à despedida de meus familiares, lembrei-me de que, em determinado livro de minha modesta biblioteca, havia uma planta de Manaus. Arrancara-a à pressa e levava-a comigo. Feliz lembrança, pois servira-me de muito.

A viagem de subida do portentoso Rio Amazonas era muito demorada — 7 a 8 dias, o dobro, praticamente, do tempo gasto na descida.

Tive, assim, tempo bastante para voltar à calma e meditar sobre o melhor modo de cumprir a difícil missão.

Antes de chegar a Óbidos, sobre a planta de Manaus, já havia traçado meu plano de ação — resumido mais adiante.

Não dispunha, a bordo, de qualquer meio de comunicação. Somente em Óbidos poderia ter algumas notícias. Entretanto, naquela cidade, apenas recebi, com surpresa, uma comunicação de que o 4º Grupo de Artilharia local, juntamente com o 26º BC, constituiriam a "Expedição no Amazonas", de que o 1º Ten Aluísio Ferreira, comissionado no posto de Tenente-Coronel, seria o comandante.

Uma bateria de 75 sobre-rodas, sob as ordens do 1º Ten Carlos Proença Gomes Sobrinho, da Fortaleza de Óbidos (4º G Art), foi embarcada e seguiu em outro navio gaiola, o "S. Salvador", juntamente com o Ten-Cel Aluisio.

Esse oficial, revolucionário de 22 e 24, há muito afastado do Exército, vinha de se apresentar em Óbidos, em virtude da vitória da Revolução. Não interferiu em meus planos já feitos e concordou em que a Artilharia somente entraria em ação numa 2ª fase, se a Infantaria não conseguisse o êxito desejado na execução do que já estava planejado. Deu-me, assim, inteira liberdade de manobra.

A falta de novas informações sobre a situação em Manaus e esse inesperado apoio de Artilharia, com pompas de "Expedição", levaram-me a pensar que os acontecimentos, provavelmente, se tivessem agravado. A nebulosa continuava, portanto.

Foi estudada a possibilidade de um desembarque em Itacoatiara, última cidade por que se passaria, para então, se prosseguir sobre Manaus, por terra. Inúmeros fatores contrários, inclusive a grande distância e a falta de estrada, levaram-me a, imediatamente, pôr à margem essa linha de ação.

Os navios não tocaram, sequer naquela localidade e, procurou-se, mesmo, passar-lhe ao largo, inteiramente despercebidos, a fim de se não prejudicar a surpresa, que era importantíssima no caso.

A essa linha de ação, condenada pelo vulto de elementos negativos, sobrepos-se a baseada no desembarque da tropa no próprio dique flutuante do porto fluvial de Manaus. A surpresa e fatores outros, inclusive de ordem psicológica, haviam influído, ponderavelmente, na decisão de sua escolha: em Manaus, além dos rebeldes ignorarem nossa viagem, estavam também submetidos àquele calor, que, entre 12,00 e 14,00 horas, trazia, consigo, um marasmo, uma quietude que, particularmente aos domingos, convidava os habitantes a um relaxamento físico e mental, a uma inatividade geralmente acompanhada de uma sesta — a reparsadora soneca domingueira. Modôro providencial para meus planos!

Seria a primeira medida, portanto, regular a marcha do "Distrito Federal" para que, entre as 12,00 e 13,00 horas, fôsse abordado o "roadway".

Esse dique flutuante, com 130 m de comprimento e 15 m de largura e os conveses abertos do navio, permitiriam um desembarque rápido, da tropa de Infantaria.

Tudo indicava que, nas proximidades do porto, houvesse um ponto de automóveis de praça. Um Sargento que conhecia Manaus, foi-me um guia muito útil. Confirmou-me a existência desse ponto e sua localização.

Com base nesses elementos, é que, sobre a planta da cidade, foi traçado o plano de ação do 26º BC. Em resumo:

- Abordar o "roadway", entre 12,00 e 13,00 horas de domingo, dia 7;
- Desembarcar, rapidamente, sem esperar as amarras do navio;

- Apoderar-se, imediatamente, de todos os automóveis estacionados no ponto próximo;
- Com Grupos de Combate e Seções de Metralhadoras, deslocando de automóvel, com rapidez, para os locais previamente fixados, cercar o quartel do 27º BC de modo a, com fogos, impedir a utilização de qualquer de suas saídas;
- Simultaneamente, com um pelotão, assaltar o quartel, rapidamente e de surpresa, pela praça frontal, em direção ao Corpo da Guarda.
- Dominar, imediatamente, os alojamentos, desarmar os insurretos e isolá-los das armas existentes no quartel;
- Somente atirar se a situação a isso forçar.

A Artilharia desembarcaria em segundo lugar e tomaria posição para, com seus tiros diretos, intervir a pedido e somente no caso de falhar a ação prevista para a Infantaria.

As 12,30 horas, de domingo, dia 7, houve o desembarque. Ninguém aguardava a tropa que chegava! O GC e as Sec Mtr, com presteza, agiram, cada um dentro de sua missão bem definida e bem estudada na planta da cidade, inclusive observando a conduta com relação aos automóveis a utilizar, itinerários, etc., etc. Os motoristas de praça foram solícitos em sua preciosa colaboração.

O quartel do 27º BC foi inteiramente cercado num lapso, enquanto que, de frente, um Pelotão lançou-se ao assalto.

A surpresa de ação tão inopinada, em face da precária vigilância encontrada, não permitiu que as Metralhadoras dos rebelados, colocadas no telhado, nos quatro cantos do quartel e que não estavam com suas Guardas a postos, chegassem a ser utilizadas.

O sentinela das armas fugiu ao pressentir o assalto inesperado. O próprio Pelotão de assalto imobilizou os modorrentos indisciplinados, nos seus alojamentos. A surpresa foi geral e desconcertante. Não houve um tiro!

Com a chegada imediata dos elementos destinados a secundar a ação desse Pelotão, tôdas as praças que se encontravam no quartel foram postas em forma e enquadradas, no pátio interno.

Foi-me fácil, nessas condições, selecionar, os sublevados, e, dentre estes, os cabeças de motim, os quais fiz, imediatamente, recolher sob guarda, ao porão do "Distrito Federal".

Os demais envolvidos no movimento de rebeldia e indisciplina, uma vez desarmados, ficaram detidos ou presos, sob guarda e severo controle, no próprio quartel, enquanto que, sem perda de tempo, pessoalmente, dei início a um Inquérito Policial Militar, para apurar as responsabilidades.

Tudo saiu, assim, conforme fôra planejado e — importante — dentro do maior silêncio. Não houve necessidade de se apelar para o concurso da Artilharia que, em caso de reação, seria, realmente, de um efeito moral inestimável e decisivo.

O 26º BC, aliando o fator surpresa à rapidez de ação, levou a bom termo a sua missão.

A tropa ocupante, imediatamente, forneceu Guardas para o quartel da extinta Polícia, para os Edifícios Públicos e tomou a seu cargo o policiamento da Capital.

Com os acontecimentos nesse pé, pôde o Governo do Estado refazer-se e, com todo o apoio que lhe foi assegurado, recolocar as coisas nos devidos lugares e retomar suas atividades normais; bem assim, a população, que recebeu, com toda simpatia, a ação enérgica e ponderada do 26º BC, ficou segura de, tranqüilamente, poder continuar nos seus labores cotidianos.

No decorrer do Inquérito ficou apurada, nitidamente, a ação do dedo comunista no movimento subversivo. A insuflação nefasta dos masorqueiros, aproveitadores de situação, ficou patenteada.

Os cabeças foram imediatamente expulsos, enquanto que os demais sublevados foram sumariamente licenciados a bem da disciplina, ficando o 27º BC reduzido a poucos elementos.

Restabelecida a ordem em Manaus, foi a 15, nessa cidade, extinta a "Expedição ao Amazonas", tendo, o 26º BC, às 17,00 horas desse dia, embarcado no mesmo navio, com destino à sua sede em Belém. O 4º G Art, igualmente, regressava a Óbidos.

Houve um magnífico bota-fora, com muito povo e discurso de despedida e agradecimento, em pleno "roadway", feito pelo representante do Governo, o jornalista Dr. Francisco Pereira, Secretário-Geral do Estado.

As 10,30 horas de 19, após excelente viagem, de quase quatro dias, o "Distrito Federal" chegou a Belém. Os masorqueiros trazidos em seu bôjo foram entregues às autoridades, juntamente com os autos do IPM, enquanto que o 26º BC retornou ao seu quartel.

Desincumbo-me, assim, apenas em linhas gerais, já que são decorridos quase trinta anos, de historiar êsse motim, que dentro da técnica comunista, foi insuflado e veio à tona, numa ocasião bem oportuna para a consecução de objetivos escusos, de vez que o País ainda se encontrava numa fase crítica, de transição pós-revolucionária. De fato, alterar a ordem, tumultuar a administração e lançar o pânico à população, seria criar um clima propício aos desígnios do credo vermelho.

Felizmente, os insufladores, certamente neófitos naquela técnica subversiva, embora sempre encapuzados e esquivos, não tiveram, por falta de orientação e coordenação de iniciativas, a necessária capacidade para tirar partido do êxito alcançado, facilitando, mesmo, as ações repressivas que logo se fizeram sentir, da forma por que foram aqui descritas.

Não deixaram, entretanto, êsses maus brasileiros, de impor momentos difíceis ao Governo Amazonense e de prejudicar aquela plêiade de jovens inexperientes, conduzindo-a, ardidamente, à indisciplina e à rebeldia.

ELIMINAÇÃO DO "ESTOQUE DE RETENÇÃO" DO AÇÚCAR

50 MILHÕES DE SACAS

As primeiras conseqüências da participação brasileira no mercado norte-americano de açúcar serão o descongestionamento dos estoques atuais, além da eliminação do "estoque de retenção", criado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, para fins de equilíbrio do mercado interno, declarou o industrial Álvaro Azevedo, Presidente da Cooperativa dos Usineiros. Depois de relemburar que a adesão do Brasil ao Acôrdo Internacional do Açúcar encontrou a produção nacional em níveis altos, o Presidente da Cooperativa dos Usineiros demonstrou otimismo quanto à possibilidade de maior desafogo na compressão da produção, "desde que as exportações tenham caráter de continuidade que assegure condições para um programa de previsão adequada da produção".

Informou o Sr. Álvaro Azevedo que, segundo o plano do IAA, a produção autorizada para este ano é da ordem de 50.894.790 sacas, das quais 21.638.854 se destinam ao consumo interno, e os 9.235.936 restantes, à exportação. Citou o caso de Pernambuco, que, em razão dos limites impostos pelo IAA, se vê obrigado a deixar, nos campos, cana que daria um milhão de sacas de açúcar, fato que representa um prejuízo incalculável para os produtores e para o próprio Estado. Concluiu dizendo que dentro dos quadros aprovados pelo Plano de Safra do IAA, ficou atribuída a Pernambuco a responsabilidade da produção de 4,5 milhões de sacas de açúcar, contingente esse suscetível de aumento, pela permuta com as quantidades exportáveis de São Paulo.



I — TAMBÉM AS ARMAS QUÍMICAS E BIOLÓGICAS NOS AMEAÇAM

Dos dois lados do mundo existem estoques maciços de armas nucleares. São elas conduzidas, como em passeio, nos céus dos Estados Unidos, a bordo de aviões que, como aconteceu outro dia, colidem com seus abastecedores.

Procurando entre os destroços, encontrou-se uma espécie de barra que era uma bomba atômica, felizmente desprovida do detonador. É provável que, tanto no Leste como no Oeste, os técnicos em "armas especiais" estejam aprimorando meios mais sutis de aniquilar o adversário. O catálogo dos meios de vencer alongou-se consideravelmente depois dos "gases asfixiantes" de 1914. Doravante, os químicos, como os físicos, dispõem de uma série muito completa de instrumentos variados, cujos efeitos vão do aniquilamento maciço à paralisia momentânea ou à mudança psicológica mais ou menos duradoura. O presente artigo trata de alguns instrumentos interessantes.

ASPIRANTE SALGUEIRO

O RAIOS DA MORTE

O "raio da morte" é um tema clássico dos romances de ficção científica. Invisível, poderoso, preciso, mata à distância sem que nenhuma manobra para interceptá-lo possa ser imaginada.

Existe ele? Pode existir? É verdade que os físicos aprenderam a domesticar forças enormes, sob a forma de ondas electromagnéticas, que se podem enviar contra o inimigo, em feixes mais ou menos finos capazes de destruição maciça.

Revelou-se há pouco a aventura de um técnico de radar que cometeu a imprudência de ficar alguns segundos diante de seu refletor pa-

rabólico para uma regulação. Sentiu imediatamente um calor intenso no ventre. Quinze dias depois estava morto. Na autópsia, descobriu-se no seu intestino uma queimadura quase do tamanho de uma lente de óculos.

Revelaram-se, igualmente, nos Estados Unidos, diversos casos de acidentes devidos ao radar. O pessoal da Lckheed Corporation apresentava diminuição notável do número de glóbulos brancos do sangue.

"As radiações ultracurtas do radar", declara o Dr. Mac Laugulin em artigo publicado pelo "Jornal de Medicina", da Califórnia, "deveriam ser tratadas com as mesmas precauções que as radiações nucleares: elas são, por assim dizer, igualmente perigosas..."

Em março último, o Sr. Roy W. Johnson, diretor da seção de pesquisas avançadas do Ministério da Defesa, fez um relatório secreto na comissão do espaço da Câmara dos Deputados. Ao terminar a reunião, foi publicado um comunicado sucinto, ambíguo, mas revelador: "Pode-se esperar, para 1966, importante avanço científico nos métodos de defesa contra projéteis. Não nos referimos a nenhum raio, mas a progresso científico em geral".

Alguns comentaristas acharam então que a palavra "raio" não tinha sido empregada ao acaso e que a manobra tinha precisamente por fim, negando-a, acentuar a posse, pelos Estados Unidos, de um feixe de radiações capaz de destruir à distância os engenhos inimigos que se dirijam ao seu território.

É isso possível já agora?

Possuem-se meios para produzir energias suficientemente intensas para destruir, pelo calor, um engenho afastado. Mas seria necessário pôr em ação, no solo, forças consideráveis, e a operação seria ruinosa, pouco cômoda. É perfeitamente imaginável, apesar de tudo.

Experiências feitas em animais permitiram examinar-se outro modo de ação do radar. Notou-se, por exemplo, que as aves migratórias e o morcego, apanhados no raio de um radar, ficavam com os reflexos transformados.

REFLEXOS E CALOR

Parece, à luz de experiências cuja maioria permanece secreta, que uma potência muito mais reduzida que a capaz de destruir um projétil poderia perturbar gravemente as reações nervosas de um organismo vivo.

Seria então possível, com menos gastos, agir assim à distância sobre os reflexos de um piloto de avião de bombardeio inimigo, a ponto de lhe tirar toda a possibilidade de levar a cabo sua missão.

Isso não serviria para os engenhos balísticos sem piloto, capazes de transportar uma bomba atômica de um lado ao outro do oceano. Para lutar contra estes últimos, busca-se outra solução. Consiste ela em atuar sobre o engenho durante o período delicado de seu trajeto: aquele em que ele volta para as camadas densas da atmosfera. Nesse momento, arrisca-se ele a ser consumido pelo atrito. Parece que os técnicos teriam conseguido um meio de evitar essa destruição utilizando

metais refratários, que descascam à proporção que aumenta o calor, deixando intata a última "pele". Mas bastaria, talvez, aumentar nesse momento o calor, lançando sobre o engenho uma poderosa onda eletromagnética, para aniquilar as precauções dos técnicos inimigos e destruir o projétil.

MORTE PELOS ULTRA-SONS

A ação dos ultra-sons, essas vibrações sonoras tão agudas, que são inaudíveis para os ouvidos humanos, foi igualmente examinada. Faz-se todos os dias, nos laboratórios, a experiência simplíssima que consiste em enlouquecer uma ratazana, abatê-la ou matá-la pela ação de um feixe poderoso de ultra-sons.

Leslie Charteris, autor das aventuras do "Santo", conta como o detetive descobriu a tempo o criminoso que tentava realizar o assassinio perfeito, graças a um gerador de ultra-sons que destruiu pouco a pouco o cérebro de sua vítima, lançando-lhe todos os dias um feixe fortíssimo.

Os ultra-sons foram utilizados na cirurgia para destruir tumores cancerosos e obtiveram-se resultados satisfatórios com esse bisturi invisível, de uma força considerável.

Pode-se imaginar transformar um gerador de ultra-sons em máquina capaz de expedir para o inimigo um "raio da morte" silencioso e invisível? Em teoria, sim. Mas, na prática, esbarra-se num obstáculo considerável, dado o fato de que, no ar, as vibrações ultra-sonoras diminuem muito rapidamente, com a distância. A uns vinte metros, já não são mais que a quinta parte do que eram na origem e, a cem metros, apenas o milésimo de sua potência inicial.

GASES PARALISANTES

Para atuar à distância sobre o inimigo, os estadunidenses e os ingleses retomaram os trabalhos realizados durante a guerra por um químico alemão da I. G. Farben, o Dr. Schrader, sobre certos gases capazes de perturbar poderosamente o sistema nervoso e muscular do homem.

Esse "verso-gás", de que existem numerosas variantes, é um derivado de substâncias fosforadas e fluoradas. Atua sobre um corpo orgânico essencial, a acetilcolina, que controla a atividade neuromuscular.

Sob a ação desse gás, produz-se subitamente uma desordem muscular. Os músculos paralisados conduzem primeiramente à síncope respiratória, depois à morte, se não se injetar imediatamente o antídoto.

Assegura-se que a Alemanha, no fim das hostilidades, esteve na iminência de utilizar um desses gases, sob o nome de "Tabun". Descobriram-se na Baviera cem mil toneladas dele, e bastavam três gotas para matar um homem. Mais de dez mil bombas de gás estavam prontas, segundo afirmam os serviços especiais angeo-lanques que as encontraram.

Uma injeção de dois miligramas de atropina permite evitar os efeitos mortais do gás. Mas seria preciso que cada habitante de um país assim ameaçado possuísse sua seringa e soubesse servir-se dela enquanto que nada permite revelar o aparecimento de uma dose mortal desse gás no ar que respira.

A ARMA PSICOLÓGICA

É certo que as pesquisas continuaram no domínio das armas químicas, no qual a atividade de especialistas tem fornecido, certamente,

há vinte anos, outras substâncias capazes de atuar assim, silenciosa e eficazmente, para destruir ou paralisar o inimigo.

Mas uma outra manobra poderia ser tentada, sobre a qual o Gen Creasy, atualmente a serviço de uma companhia particular estadunidense, após ter dirigido durante longo tempo o serviço químico do exército, deu recentemente algumas indicações.

A arma em questão é mais do campo da psicologia. Trata-se de substâncias capazes de transformar o comportamento dos seres. Pode ser feita facilmente sobre um gato uma experiência, aliás, clássica. Injetando-se no animal uma dessas drogas, ele foge, aterrorizado, diante de um rato por ele perseguido minutos antes.

"Essas armas psico-químicas", diz o Gen Creasy, "permitiriam aniquilar totalmente os reflexos bélicos do inimigo, levando-o a render-se, sem provocar uma só morte e deixando intato todo o potencial industrial de seu país..."

Bastaria, também aqui, algumas gotas de um gás desses, espalhadas em torno do parlamentar de um país, para que os deputados, perdendo todo o controle, se pusessem a dançar sobre as mesas ou resolvessem bruscamente tomar uma decisão inteiramente contrária às suas opiniões da véspera. Em caso de conflito, poderia tornar subitamente tímidos ou covardes os soldados de todo um exército.

E A GUERRA BACTERIOLÓGICA?

O catálogo das armas inéditas compreende, enfim, a lista longuíssima das doenças e epidemias que seria possível lançar à vontade sobre os países inimigos.

Devemo-nos lembrar das acusações feitas contra os estadunidenses pelos coreanos e chineses a respeito da arma bacteriológica. Os argumentos apresentados não determinaram a convicção dos técnicos ocidentais. Mas persiste a ameaça.

Sabe-se que, no fim da guerra, existiam dois centros de estudo e uma fábrica de produção industrial, nos Estados Unidos, onde trabalhavam na arma bacteriológica 3.900 pessoas. Todos os micróbios e substâncias químicas utilizáveis foram estudados e experimentados.

Sabe-se que existem numerosíssimos bacilos cuja dispersão pode provocar epidemias mortíferas. Todavia, aquilo que os especialistas chamam o "gênio das epidemias" arrisca, de seu lado, contrabalançar o efeito de tais ofensivas bacteriológicas.

Não há, igualmente, nenhuma prova evidente de que a rega sistemática de uma região com bilhões de bactérias possa, com absoluta certeza, provocar nela uma epidemia. A guerra biológica, se permanece possível, não é, contudo, de eficácia certa.

Em oposição, mais trágica poderia ser a utilização de hormônios vegetais sintéticos capazes de esterilizar as plantas por longos períodos, e, assim, privar completamente de víveres o adversário.



DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

O interesse demonstrado por nossos assinantes e leitores, pela publicação da 1ª Parte de DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO nos animou a prosseguir em nosso trabalho de equipe.

Repetindo o que já dissemos quando da publicação da 1ª Parte, visamos particularmente, com nossos artigos, aos oficiais subalternos que na tropa necessitam de elementos para orientar seus instruídos, daí a linguagem simples que resolvemos adotar pois assim acreditamos prestar melhor ajuda a nossos leitores.

A Revista de Junho que publicou a 1ª PARTE — DEMOCRACIA E COMUNISMO, teve sua edição completamente esgotada, o que nos obrigará, futuramente, a reunir todos os artigos referentes ao assunto em um só volume a ser editado pela "A DEFESA NACIONAL".

No presente número, com o artigo LIBERDADE E COMUNISMO localizaremos o conceito que tem o povo russo dos "Direitos dos Homens", povo aliás, que através dos tempos nunca soube o que seja "viver em liberdade".

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS,
Coronel, Diretor-Secretário

2ª PARTE — LIBERDADE E COMUNISMO

Guilherme Felipe Simms é um jornalista americano que passou vários anos na Rússia. Lá estava durante a Primeira Guerra Mundial, na época do Czar; lá estava quando Stalin passou a dominar o país. Portanto

teve a oportunidade de conhecer a Rússia antes e depois que os comunistas assumissem o controle do governo. Em 1956 eis o que ele tinha a dizer sobre os comunistas:

"Quando os homens do Kremlin permitirem a liberdade de palavra, imprensa e religião; quando tolerarem um sistema político pluripartidário e garantirem eleições verdadeiramente livres; quando os trabalhadores russos tiverem permissão para locomover-se e para obter o trabalho que desejarem em qualquer parte da União Soviética, ou mesmo estabelecer-se por conta própria, se preferirem; quando houver autorização para que seu próprio povo viaje para o exterior e para que os estrangeiros visitem a Rússia, como há em todo mundo livre, então saberemos que houve uma grande modificação..."

Este jornalista poderia ter dito muito mais que estas singelas palavras, ao procurar descrever como os comunistas governam as regiões que dominam.

Se contarmos o número de fatos que ele mencionou nessas poucas palavras, perceberemos, imediatamente, quantas são as liberdades que temos como certas, em nosso país, e com as quais, o povo, nos países comunistas, sequer ousa sonhar. Por quê não possuem eles as mesmas liberdades e prerrogativas que temos? Só há uma resposta: para permanecer no poder os chefes comunistas necessitam desesperadamente de uma ditadura, apoiada por todos os órgãos do governo, inclusive um exército, uma armada, uma força aérea, um sistema de espionagem com sua polícia secreta e uma ensurdecadora propaganda. Sem tais apoios, os ditadores comunistas estariam impotentes.

Neste artigo encontraremos respostas a várias perguntas, tais como:

1. Por que o povo suporta a tirania comunista?
2. Que sucede quando alguém tenta opor-se a essa tirania?
3. Por que o povo não pode opinar no regime comunista.

A) OS RUSSOS ESTÃO HABITUADOS AO DOMÍNIO DITATORIAL

1 — Os russos herdaram dos asiáticos as idéias de domínio

Durante a Idade Média, os mongóis e depois os tártaros dominaram completamente os reis e duques russos tratando-os como se fôsssem fantoches. A maioria dos nobres compreenderam ser melhor pagar o tributo exigido pelos asiáticos, pois sabiam que o preço da resistência seria a destruição e a morte, freqüentemente pela tortura.

Só após os meados do século XV perderam os mongóis e tártaros o controle da Rússia, mas sua influência permaneceu. Como demonstrou George Vernadsky, um consagrado historiador russo, os conquistadores legaram suas idéias a respeito da completa e total submissão que o

indivíduo deve prestar a seus amos. Este antigo hábito asiático implica em que o chefe do governo tenha absoluta e indiscutível autoridade sobre todos e sobre tudo, até sobre a terra; tudo que existe é dele! A quinhentos anos, antes de Colombo descobrir a América, os duques de Moscou já tinham adotado este princípio de governo e o legaram, posteriormente, aos Czares da Rússia. Com raras exceções, o sistema prosseguiu até 1917, quando os comunistas depuseram o último Czar; mas os ditadores comunistas tornaram-se tão absolutos e impiedosos quanto o Czar ou qualquer tirano.

2 — A servidão está profundamente enraizada

Durante os séculos XVI e XVII, os todo-poderosos soberanos moscovitas entregaram vastas extensões de terras aos nobres, como recompensa de seus serviços militares; os camponeses que nela viviam, passaram a servos da nobreza.

Os nobres conservaram suas propriedades apenas como uma concessão do Czar e os camponeses nem sequer podiam sonhar com a posse das terras que cultivavam; tinham que permanecer na situação de "servos", isto é, fazendo parte integrante da terra em que viviam. Os que tratavam escapar da escravidão, rumando para fora da Rússia, eram aprisionados e severamente punidos. Em suma, os servos eram homens sem direito algum.

3 — A abolição da servidão na Rússia czarista

As leis de reforma de 1797, 1803 e 1832 não modificaram, de modo sensível, a situação de miséria de milhões de servos. Finalmente, em 1861, pouco mais de um quarto de século antes da nossa abolição da escravidão, os servos recobram sua liberdade pessoal. Não obstante poucos camponeses puderam adquirir terras próprias; ao invés disso a maioria recebeu um trato de terra arrendada por dez anos pelas autoridades municipais; a cada dez anos nova distribuição era feita. Mais tarde os Czares fizeram nova reforma agrária permitindo a distribuição permanente das terras que podiam ser herdadas pelos descendentes diretos de seus detentores. Em 1915, um de cada três camponeses possuía terra própria e a situação desses afortunados era bem melhor que no passado.

4 — A revolução industrial muda o panorama

No fim do século XIX, o número de fábricas e de minas aumentou substancialmente, as vilas e cidades também se expandiam e os camponeses acorreram ao trabalho industrial. A classe proletária, assim, cresceu rapidamente; o governo permitiu aos trabalhadores organizar-se em "uniões"; os salários cresceram e os operários obtiveram seguros contra acidentes e enfermidades.

5 — Os russos têm pouca experiência em governar-se a si mesmos

A forma de governo da Rússia tem sido, sistematicamente, desde o advento do primeiro Czar, um regime absolutista, altamente centralizado. A principal função política das cidades, vilas e municípios, sempre foi a execução cega das instruções e ordens emanadas do todo-poderoso governo central.

Ainda é assim, em flagrante contraste com o nosso país, no qual as autoridades locais têm ampla liberdade para resolver os problemas regionais do modo mais conveniente.

O Czar Alexandre II, que emancipou os servos, também introduziu outras reformas. Uma delas foi o início de descentralização do governo; em 1865, a "ZEMTVO", ou assembleia, foi instituída em cada província e em cada município. Pouco mais da metade dos membros dessas assembleias eram eleitos pelos nobres e o restante pelos camponeses e demais cidadãos. Cada "ZEMTVO" indicava os funcionários para a administração das escolas municipais, das instalações de saúde e da construção e manutenção da rede rodoviária. Milhares de russos começaram dessa forma a ter suas primeiras lições de governo local. A ignorância política dos russos, de um modo geral, pode ser constatada pela leitura de "Ana Karenina", uma das famosas novelas de Tolstói.

Este mesmo Czar tinha baixado um decreto instituindo a "DUMA", ou assembleia nacional, quando foi assassinado por um nihilista, ato violento que pôs fim à reforma. Cerca de 25 anos mais tarde, Nicolau II sufocou a revolta de 1905, prometendo uma constituição e uma "DUMA"; a primeira "DUMA" reuniu-se, efetivamente, em 1906. Os russos, entretanto, ainda não haviam assimilado a arte do autogoverno. Parte da "DUMA" recusou-se a cooperar com o gabinete do Czar, o qual, por sua vez, não conseguiu se entrosar com os partidos, terminando o Czar por dissolver a assembleia.

As novas eleições também não conseguiram produzir maioria que soubesse negociar, e o Czar, novamente, dissolveu a "DUMA" e alterou as leis eleitorais, de tal modo que a maior parte dos novos membros fossem moderados. De 1907 a 1917, a despeito do assassinato do Primeiro Ministro Stolypin, em 1911, os russos fizeram grande progresso na arte de autogovernar-se, o que foi bruscamente interrompido com o advento da revolução bolchevista de 1917.

6 — Mudança lenta do sistema judicial russo

Fica-se muitas vezes perplexo, como podem os russos suportar o sistema de julgamentos comunista. Uma das razões, talvez, seja porque os russos nunca conheceram, realmente, o que significa um julgamento honesto e público, como são os proporcionados por um júri. Durante séculos as leis e o sistema judicial russo estiveram em deploráveis condições. Uma das reformas de Alexandre II em 1862, foi a introdução

do sistema de júri, segundo o modelo inglês; criou-se um sistema de julgamento em três instâncias, com juízes e côrtes locais, côrtes distritais e uma côrte suprema de apelação. Os julgamentos não eram mais secretos. Alguns anos mais tarde, a continuação dos atos de terrorismo dos nillistas (que exigiam a destruição de tôdas as instituições sociais e políticas) levou a polícia secreta do Czar a maior atividade e a frequentes prisões. Mesmo assim o julgamento de líderes terroristas e comunistas, ainda depois da revolução de 1905, foram efetuadas em público e, por vêzes, os júris absolveram alguns réus reconhecidamente culpados.

7 — Fim da liberdade de palavra, do pensamento e da Religião

Outra das muitas reformas do Czar Alexandre II fôra a suspensão da estrita censura. A nova Lei da Imprensa, de 1864, havia se inspirado nas leis francesas. Mesmo assim, a pletera de jornais e panfletos nillistas, anarquistas e comunistas, pregando a destruição do governo pela violência e o assassinio dos funcionários, conduziu à supressão radical de toda a literatura ofensiva, mesmo a menos violenta. Professôres e alunos das universidades eram severamente controlados. A igreja ortodoxa russa era a religião oficial e várias restrições eram aplicadas aos judeus, católicos e protestantes; entretanto os Czares permitiam aos muçulmanos vencidos, completa liberdade religiosa.

8 — Milhões de russos jamais conheceram a democracia

Sabemos que o governo russo, sob o regime czarista, fêz consideráveis progressos, melhorando as condições do povo. A servidão estava legalmente extinta; um terço dos camponeses eram independentes; os trabalhadores tinham Uniões e gozavam de seguros sociais; havia indícios de que aos governos locais era atribuída a necessária autoridade; as leis e o sistema judicial tinham sido melhorados, pelo menos oficialmente; o número de escolas públicas havia aumentado, atingindo cerca de 150.000 e quase metade do povo sabia ler e escrever alguma coisa. Mas o governo central ainda controlava tudo: os governos locais, a assembléia nacional, as côrtes e as escolas; a polícia secreta do Czar era a força de choque do governo. Poucos russos poderiam ter entendido o que Lincoln quis dizer com:

"governo do povo, pelo povo e para o povo..."
pois jamais conheceram tal tipo de governo.

Assim eram os russos quando o governo bolchevista, dirigido por Lenine, assumiu o poder.

Esse era o povo que serviria de base às ambições dos ditadores comunistas.

B) OS DITADORES COMUNISTAS EXIGEM ABSOLUTA OBEDIÊNCIA

1 — "Obediência" é a palavra de ordem comunista

Onde quer dominem os comunistas, estabelecem um governo totalitário, obrigando o povo do país a servi-lo com absoluta lealdade. Os governos totalitários de Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha, eram, ambos, modalidades do nacional-socialismo, que muito se assemelha ao comunismo. Na Rússia Comunista e em todos os países cujo governo seja controlado pelos bolchevistas, os membros do Partido são os que dirigem a máquina administrativa. Os principais chefes do Partido, evidentemente, são os ditadores. Os membros do Partido, de todos os níveis (cerca de 4% dos cidadãos soviéticos) se têm na conta de um grupo de elite, que está na vanguarda, conduzindo o restante do povo, que não pertence ao Partido. Mas, à frente dessa vanguarda, situam-se os ditadores. Foi Lenine, o "Mestre", que criou esta forma de liderança, que foi confirmada, em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista.

De acordo com Marx e Engels, criadores do comunismo, a classe trabalhadora, ou proletariado, deveria estabelecer uma ditadura, na qual os operários seriam os governantes. Essa forma de governo deveria conduzir a um sistema de vida no qual não haveria diferença de classes e, destarte, todos viveriam em paz, uns com os outros. Não haveria então necessidade de governo, "que iria desaparecendo gradualmente até extinguir-se". Mas a "ditadura do proletariado" estabelecida por Lenine, em 1917, não foi um governo no qual os operários dominassem. Ao contrário, foi uma ditadura controlada pelos chefes do Partido, os quais, até hoje, não a abandonaram; ao invés disso, como indicou Stalin, em 1939, a ditadura deve tornar-se cada vez mais forte, porque as nações democráticas são "inimigas" dos comunistas e de suas idéias.

O que Stalin omitiu, em 1939, ou em qualquer outra ocasião, é que a própria existência do comunismo moderno requer uma ditadura implacável apoiada por um gigantesco exército, um sistema de espionagem, uma polícia secreta e um extenso programa de propaganda. Além disso, a História nos ensina que os ditadores estão constantemente se esforçando por aumentar seus poderes.

2 — Os ditadores comunistas moldam as idéias do povo

Eis o que se lê no art. 125 da Constituição promulgada por Stalin em 1936, e que continuou em vigor após sua morte, com relação à liberdade de palavra, de imprensa e de reunião:

"De conformidade com os interesses da classe trabalhadora e a fim de reforçar o sistema socialista, é assegurado aos cidadãos da URSS:

- a) liberdade de palavras;
- b) liberdade de imprensa;

- c) liberdade de reunião, inclusive a realização de comícios;
- d) liberdade de desfiles nas ruas."

Como essas liberdades são "asseguradas" na prática, veremos mais tarde, com mais detalhes. Por enquanto apresentaremos, apenas, um resumo.

Há uma rígida censura que é justificada pelos comunistas da seguinte forma: "Não é possível ter-se uma imprensa livre, a menos que a classe operária a controle: o Partido Comunista, como representante da classe operária deve, portanto, controlar a imprensa". Para fazê-lo, o Partido tem um órgão especial, o Departamento de Agitação e Propaganda ("Agitprop"), dirigido por um alto funcionário comunista, cuja identidade é mantida em segredo.

O Partido é, nas próprias palavras de Lenine, "O mestre, o líder e o guia das massas" e, por isso, o "Agitprop" tem duas principais tarefas:

- manter os membros do Partido ao corrente de sua política e de seus planos;
- manter uma constante propaganda, a fim de que o povo russo, que não pertence ao Partido, creia que o comunismo seja a solução para todas suas necessidades, desejos e esperanças.

O "Agitprop" é o planejador, guia, superficial e fiscal". Esse departamento, todo poderoso, segue a linha do Partido e recebe suas ordens dos ditadores comunistas. É ele que determina a censura de jornais, livros, filmes, peças teatrais, rádio, televisão, música e de todas as demais manifestações artísticas. Em conjunto, com o Ministério de Educação, o "Agitprop" planeja a propaganda que deve ser incutida nos 30 milhões de jovens de ambos os sexos que estudam nas escolas da URSS.

3 — A ampla máquina de propaganda comunista

Levar a cabo a constante tarefa de saturação de cérebros, exige uma força imensa dos que trabalham na propaganda. Cerca de 375 mil pessoas ocupam nela integralmente seu tempo, auxiliados por mais de 2 milhões de indivíduos que a ela se dedicam parcialmente. Há, aproximadamente, 6 mil centros especiais, onde a 185 mil pessoas são, constantemente, ensinadas técnicas e métodos de propaganda novos ou remodelados. Esse verdadeiro "exército de propaganda" tem a tarefa de levar o povo a aceitar completamente os objetivos e processos comunistas.

Pode compreender-se, assim, porque a URSS tanto como qualquer outro país governado por ditadores comunistas, pode ser muito bem denominada a "Terra dos cegos", como a chamaram os que cuidadosamente e por longo tempo, estudaram as técnicas de propaganda comunistas. Aparentemente, os "cérebros" da propaganda bolchevista, acreditam que deva ser ensinada ao povo como obediência cega e irracional, em lugar de entendimento. Como muito bem afirmou o filósofo inglês Francis Bacon, há quase quinhentos anos, ensinar obediência sem compreensão é

como argumentar "um cego pode ser melhor orientado por um guia que um homem normal pela luz". Obviamente, os ditadores receiam o entendimento e a compreensão.

4 — Censura estrita e completa

O governo é proprietário e controlador das fábricas de papel, das impressoras, e dos meios de publicidade. Apenas as notícias oficialmente aprovadas podem ser difundidas, aparecendo inicialmente no "Pravda", jornal que é o porta-voz do Partido. Outro jornal oficial é o "Izvestia", porta-voz do Conselho de Ministros, os quais, é claro, são controlados pelo Partido. As notícias distribuídas pela agência telegráfica conhecida como "Tass" são controladas por diretivas do "Agitprop". Essas são as fontes donde os 7.246 jornais e 2.000 revistas, publicadas na URSS retiram suas notícias.

A censura se estende ao sistema de rádio e de televisão, muito limitado na União Soviética. O sistema de radiodifusão, em Moscou, emite uma corrente contínua de propaganda, parte da qual se destina a gerar nas mentes russas a desconfiança e o ódio às outras nações.

Como é sabido, aos cidadãos soviéticos não é permitido ouvir irradiações de outros países, pois os ditadores comunistas não desejam que o povo tenha contato com o mundo exterior; assim, programas como os "Rádio da Europa Livre" e "Voz da América" sofrem interferência técnica. Os cidadãos soviéticos que ouvem tais programas, têm de fazê-lo em segredo.

5 — Partidos políticos de oposição são proibidos

Nas verdadeiras democracias há sempre dois partidos principais em oposição, como nos EUA e Inglaterra. Em outros países, como o nosso, a França, a Itália, etc., há vários partidos em contínua luta pelo poder. Os partidos são uma das mais importantes contribuições da democracia para a manutenção do poder político nas mãos do povo. Como já dissemos, os ditadores comunistas não desejam que o povo tenha tal poder e, assim, os cidadãos soviéticos só conhecem um Partido, o Partido Comunista.

Nos albores do século XX, antes da Revolução Bolchevista, havia na Rússia numerosos partidos políticos. Muitos deles se opunham ao governo do Czar, mas, mesmo assim, continuavam a existir, pois os governantes aceitavam o princípio segundo o qual deva haver oposição. Este avanço democrático da Rússia czarista foi rapidamente anulado, quando os bolchevistas tomaram o poder em 1917, liderados pelo Partido Comunista de Lenine. A Constituição da URSS, já citada anteriormente, estabelece que apenas determinadas pessoas têm o direito de pertencer a um partido, e este é o Partido Comunista.

Eis as palavras textuais:

"Os mais ativos e mais politicamente conscientes cidadãos da classe operária e de outros setores de trabalho podem ingressar no Partido Comunista da URSS que é a vanguarda da classe trabalhadora na sua luta para fortalecer e aperfeiçoar o sistema socialista e é, ao mesmo tempo, o âmago de todas as organizações públicas e estatais."

Nenhum outro partido é mencionado no art. 125; a nenhum outro partido é permitida a existência. Ainda assim, o partido comunista abrange, apenas, 4% de todos os eleitores!

Como afirmou Stalin:

"Nesso país é o país da ditadura do proletariado e a ditadura é chefiada por um único partido — o comunista — que não partilha, nem pode partilhar o poder com outros partidos."

6 — Somente os candidatos do partido comunista podem ser eleitos

Há uma parte da Constituição da URSS inteiramente dedicada ao sistema eleitoral. Nela consta que todos os homens e mulheres têm o direito de voto.

Mas, em que candidatos e em que partido? A resposta é "para os candidatos do partido comunista e para o próprio partido", pois não há outros. Para os ditadores comunistas a razão é óbvia: eles, como vanguarda de elite em que se constitui o Partido, devem continuar com as rédeas do poder nas próprias mãos e, assim, não é possível pensar em oposição. Em outras palavras, quando falam em "ditadura do proletariado" ou dos trabalhadores, estão apenas se referindo a ditaduras que exercem e que, alegam, é para o benefício do proletariado. Veremos, mais tarde, como o Partido Comunista controla as eleições.

O Partido se intitula o guardião do povo; é ele quem determina quais são os interesses do povo e do Sistema Socialista. Desta forma, os cidadãos soviéticos são livres para se manifestar sobre candidatos indicados pelo Partido; são livres, também, para escrever, falar, discursar ou tomar parte em qualquer demonstração, desde que seja para concordar com a política do Partido e louvar seus líderes. Mas, se usam seus direitos civis para qualquer outra finalidade, estão violando o art. 125 da Constituição, e são acusados da disseminação de propaganda anticomunista. Em resumo, são livres para dizer *sim*, sendo-lhes proibido dizer *não*. A liberdade de reunião é efetivamente negada pela exigência de que para consegui-la devem previamente ser autorizados.

7 — Religião, na Rússia, deve estar de acordo com a linha do Partido

Já vimos, anteriormente, que a antiga Rússia tinha uma igreja, ou seja, a Igreja Ortodoxa Russa. Os bolchevistas, entretanto, quando assumiram o poder, em 1917, decidiram acabar com ela. Acreditavam, com Marx e Engels, que "a religião é o ópio do povo".

Durante muitos anos as igrejas estiveram fechadas e o ensino religioso de qualquer espécie foi proibido. Depois houve uma mudança, em 1936, quando o art. 124 da Constituição estabeleceu que "são reconhecidas a todos os cidadãos as liberdade de culto e de propaganda anti-religiosa". Não obstante, poucas são as igrejas e sinagogas na Rússia de hoje, quando comparada com a velha Rússia. Além disso, há um sistemático programa de ensino nas escolas públicas que tende a solapar qualquer idéia religiosa que o povo possa ter. Sacerdotes que ousam protestar são presos ou expulsos do país, sob a acusação de interferência na política interna. Seus único crime tem sido a recusa de adesão às linhas do Partido.

Uma das razões pelas quais o comunismo evita que as religiões se expandam deve-se à crença firme, professada pelo judaísmo e pelo cristianismo, na dignidade e no valor do indivíduo, ponto de vista que não aceitam os bolchevistas. Lembremo-nos de que o comunismo exige que o indivíduo se subordine às necessidades e interesses do governo soviético, ponto de vista inteiramente autoritário e totalitário, de que já notamos. ademais, o Partido Comunista já de longa data compreendeu por exemplo que a concepção de família que têm os judeus e suas práticas religiosas interfeririam com o controle da vida russa exercido pelo governo soviético.

É verdade que, a partir de de 1941, tem havido uma certa tolerância religiosa, mas tolerância não significa liberdade. Naquele ano, os exércitos de Hitler abriam caminho através da Rússia; Stalin procurou, por todos os meios, levantar a moral do povo e uni-lo. Assim, deu ordens para que fossem reabertas as igrejas das cidades e aldeias e reiniciados os serviços religiosos. É claro que Stalin não adotou tais medidas para alentar a religião e sim para proteger o comunismo; os ditadores comunistas ainda permitem a existência de práticas religiosas porque:

- estão tentando utilizar o clero para fortalecer as idéias comunistas;
- sabem que isto dará ao povo a impressão de que existe completa liberdade religiosa.

Não obstante, o patriarca da Igreja Ortodoxa e seus bispos têm de obedecer à linha do Partido em tudo que pregam e dizem acerca do governo soviético e de suas relações com os cidadãos e com os demais países.

A religião católica romana tem sido ferozmente perseguida pelos ditadores comunistas. O Cardeal Mindszenty, da Hungria, e o Cardeal Wyzynski, da Polônia, são dois notórios exemplos de sacerdotes católicos

perseguidos e aprisionados pelos comunistas. É verdade que, em algumas regiões, os bolchevistas conseguiram forçar, alguns líderes católicos e protestantes a seguir a orientação comunista a respeito de religião.

C) AS IDEIAS COMUNISTAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS SÃO DIFERENTES

1 — Negado o direito de julgamento público

Ao historiar seus dias na União Soviética, Freda Utley narra como o casal Utley, na ocasião jovens e idealistas adeptos do comunismo, acreditavam nas promessas de Lenine e Stalin. Ambos eram trabalhadores fiéis ao Governo moscovita e ao Partido. Mas, numa noite de inverno de 1936, a polícia secreta de Stalin invadiu sua casa, revistou-a e levou seu marido para Lubianka, uma temida prisão. As semanas decorreram enquanto a historiadora, desesperada, tentou, sem sucesso, ver seu marido; afinal, foi informada de que ele tinha sido secretamente julgado e setenciado a trabalhos forçados na Sibéria do Norte. Como milhões de outros cidadãos nos territórios controlados pelos bolchevistas, seu esposo desapareceu para sempre.

A triste história de Freda Utley é muito comum na URSS. Há milhares de fatos semelhantes relatados por fontes fidedignas, que descrevem o pouco caso do Governo Soviético pelos direitos humanos. Isso não significa que não existam julgamentos públicos e honestos na URSS, mas, apenas, que muitas pessoas não têm oportunidade de gozar desse direito, caso sejam suspeitas de deslealdades para com o comunismo.

2 — Amplos poderes da polícia secreta

Os serviços secretos das nações ocidentais obtiveram provas cabais da atuação dos comunistas no Ocidente, mas esses serviços não são, nem nunca foram, uma combinação de polícia, juiz e carrasco.

A nossa polícia mantém constante vigilância sobre as pessoas suspeitas de atividades subversivas e investiga tudo a elas referentes. Se as informações obtidas forem suficientes para permitir um processo, os agentes são presos e submetidos a julgamento público e honesto.

A polícia secreta soviética serve simultaneamente de polícia, júri, juiz e carrasco. Sempre teve esses poderes no passado e ainda os tem. A odiada "Tcheca", criada em 1917, por Lenine, tinha atribuições para prender, executar ou confinar em campos de trabalho escravo não só as pessoas suspeitas de atividades de espionagem ou contra-revolucionárias, como mesmo as que apenas houvessem atravessado a fronteira sem permissão. A "Tcheca" jamais permitiu um julgamento; um de seus chefes chegou a declarar — "a ninguém tenho que dar conta de meus atos; tenho tais poderes que posso matar quem quer que seja". Estimava-se em mais de 50 mil russos o número de executados pela "Tcheca" em seus cinco anos de existência.

A GPU, que a substituiu em 1922, tinha idênticos poderes. A NKVD, estabelecida em 1934, em novos moldes, manteve, não obstante, as mesmas prerrogativas da "Tcheca" e da GPU ainda que, em 1956, o governo soviético haja declarado que não mais seriam legais os julgamentos sumários.

Milhões de pessoas foram sentenciadas a trabalhos forçados em campos de concentração. Em 1950, por exemplo, de acordo com relatórios retirados de arquivos soviéticos e apresentados às Nações Unidas, vinte grupos de pessoas foram retiradas de seus países, a Estônia, a Letônia e a Lituânia, e enviados para tais campos. Esses grupos incluíam membros de organizações judaicas e maçônicas, parentes de indivíduos que haviam fugido para os países livres, ex-funcionários do governo e pequenos proprietários. Aparentemente, o governo soviético os tinha na conta de "perigosos".

Não se sabe quantos cidadãos foram, na realidade, mandados para campos de concentração, pois o governo soviético se recusa a fornecer essas informações. Estimativas dignas de crédito, avaliam que 15 milhões de pessoas se encontram em trabalhos forçados nas pedreiras, minas, fábricas, construções rododotferroviárias e outros que exijam pesados esforços físicos. Semi-alimentados, mal alojados, pobremente vestidos, estão muitos deles, condenados a morrer, mais cedo ou mais tarde.

3 — Lares não são invioláveis

A Constituição de nosso país prevê a inviolabilidade dos lares, o que significa que nem a polícia nem qualquer pessoa tem o direito de forçar sua entrada em nossas casas e revistá-las sem prévia autorização judicial.

A Constituição russa, de 1906, reconhece esse direito, que foi razoavelmente assegurado pela polícia czarista até 1917. A partir desse ano a "Tcheca", a GPU e a NKVD realizaram inumeráveis buscas e prisões, apesar de que a Constituição de 1936 contenha dispositivos, em seu artigo 128, de que "a inviolabilidade dos lares e da correspondência particular é garantida por lei".

Talvez essas buscas e prisões constituam a exceção e não a regra na URSS. Mas é um número muito grande de exceções, pois a polícia secreta frequentemente ignora a Constituição. Essas atividades ilustram bem a diferença básica entre governos que cumprem a lei e governos que a interpretam segundo suas conveniências de momento, ou a ignoram inteiramente.

4 — Trabalhadores soviéticos são controlados pelo Governo

No século XIX os operários da maioria dos países da Europa e da América obtiveram o direito de se organizar em uniões ou sindicatos. Também os trabalhadores da Rússia dos czares atingiram esse ponto, no fim do século, sendo mesmo tal direito reconhecido na Constituição de

1906; as uniões eram bastante fortes, como o demonstram as 48 greves efetuadas antes de 1900 e cerca de 6 mil entre 1912 e 1914.

Esses sindicatos incluíam muitos comunistas, que procuravam incitá-los contra o governo do Czar; mesmo assim, os sindicatos continuaram a existir até o fim do regime czarista. Os bolchevistas, ao assumirem o poder em 1917, foram auxiliados pelos sindicatos, o que não impediu que a Revolução assinalasse, também, o seu desaparecimento como organismos livres, passando desde então a receber ordens do governo e, obviamente, do Partido Comunista. Como sabemos, em nosso país os sindicatos trabalhistas são livres e independentes.

De acordo com a Constituição Soviética os trabalhadores têm o direito a se reunir em sindicatos, mas o Código Penal daquele país, em seu art. 59, prevê pesadas penalidades para os operários que façam greve, o que se aplica, também, aos que faltem ao serviço sem um motivo julgado razoável sob a severa disciplina de trabalho do tempo de Stalin, um único dia de falta podia significar seis meses de prisão em campos de trabalhos forçados onde não havia direitos reconhecidos. Uma vez empregados em qualquer trabalho, os operários eram considerados "Congelados", não podendo deixá-los por iniciativa própria, como acontece em nosso país, mas apenas se autorizado pelo Partido, através de seus representantes. Essas regras também se aplicam aos camponeses que trabalham nas fazendas coletivas e do Estado. Em 1956, entretanto, após a destruição do mito "stalinista" o Presídio do Partido Comunista relaxou algumas das prisões por infrações à disciplina do trabalho. Na esperança de conseguir dos operários melhor rendimento, vantagens e benefícios foram concedidos, tais como salários mais altos, pensões de aposentadoria, melhores acomodações e alimentação.

A Constituição Soviética resume da seguinte maneira o ponto de vista dos ditadores comunistas:

"O trabalho na URSS é dever e ponto de honra para todos os cidadãos fisicamente capazes, de acordo com o princípio "Quem não trabalha, não come" ou, como afirma o socialismo "De cada um conforme sua habilidade, a cada um conforme seu trabalho."

Vê-se, assim, que aos trabalhadores, na Rússia, falta aquilo a que os nossos estão acostumados. Lá, tudo e todos têm um lugar determinado no plano mestre estabelecido pelos ditadores.

5 — Não há proprietários na URSS

O mesmo plano mestre que controla os trabalhadores e os camponeses, controla também os recursos naturais e as indústrias da URSS, e o governo é simultaneamente o proprietário e o explorador desses recursos e indústrias. As leis reconhecem dois tipos de propriedades — a socialista e a individual. A expressão "propriedade privada" é raramente

ouvida, a não ser quando referida aos países capitalistas. Propriedade socialista inclui todos os meios de produção e distribuição, como terras, minas, fábricas e estradas de ferro. Os indivíduos podem ser proprietários de artigos de uso pessoal, tais como roupas, mobiliários, utensílios de cozinha, bicicletas, livros e até mesmo automóveis, desde que possuam dinheiro para comprá-lo. Propriedade individual também inclui uma pequena quantidade de verduras e cereais que os camponeses plantam nos quintais de suas casas, nas fazendas coletivas. Alguns trabalhadores têm casas próprias, normalmente pequenas, já que casas grandes constituem um luxo de que somente altos funcionários são capazes de se permitir.

Os cidadãos, além disso, têm o direito de economizar parte de seus salários, depositando suas economias em bancos do governo. Entretanto, o número de trabalhadores que têm depósitos bancários é muito reduzido, contentando-se, na grande maioria, em serem capazes de prover as necessidades de primeira urgência. Durante anos os trabalhadores têm sido catequizados para investir grande parte do que ganham em bônus governamentais, a juros. A maior parte destes empréstimos são feitos através de descontos em folha, totalizando um mês de salário por ano. O que os trabalhadores supunham é que estavam separando, de cada ninhada, um ovo para sua velhice; mas, em abril de 1957, Krusch anunciou que o governo suspenderia o pagamento de juros e congelaria, por 20 ou 25 anos, todos os reembolsos de capital. Dessa forma, os trabalhadores que se aposentaram nesse período e contavam com as economias para a velhice, viram-se, de uma hora para outra, despojados pelo próprio governo. Nos países livres a Justiça pode interferir em tais arbitrariedades, o que não é possível nos que se acham sob regime comunista.

D) NOS PAÍSES COMUNISTAS NÃO HÁ LIBERDADE

1 — Há países que se revoltam contra o comunismo. Por quê?

Em novembro de 1956 os húngaros se revoltaram contra o seu governo comunista. Por quê? Entre as inúmeras razões que podem ser apontadas, uma se sobrepõe sobre as demais: os húngaros desejavam a liberdade, pois a opressão comunista já lhes era insuportável. Esta foi a principal razão pela qual milhares de húngaros, de todas as idades, procuraram derrubar seus amos comunistas. Apesar de que esses homens e mulheres, moços e rapazes, não dispusessem de armas para se opor ao poderio comunistas, eles conseguiram, por semanas a fio, travar uma luta desesperada contra esmagadoras probabilidades, representadas pelas oitenta divisões soviéticas despejadas na Hungria.

Qual o papel dessas tropas soviéticas na Hungria? Se milhares de húngaros desejavam se ver livres do governo comunista húngaro, por que o governo soviético tinha que tomar partido ao lado deste? A resposta é muito conhecida: onde o comunismo finca o pé é como se fosse um

vício — fácil de adquirir, difícil de largar. Os cérebros do mundo comunista, cujos ditadores se acham em Moscou, não têm a mais remota intenção de que o comunismo afrouxe suas garras na Hungria.

2 — Três repúblicas bálticas perdem a liberdade

Vale a pena dar-se um balanço nas atividades comunistas em alguns dos lugares onde o comunismo firmava suas garras aduncas e implacáveis, apossando-se dos governos de nações que já foram independentes. Debruçadas sobre o Báltico, na orla ocidental da Rússia, os mapas nos mostram três pequenas repúblicas — A Estônia, a Letônia e a Lituânia. Antes da 1ª Guerra Mundial elas faziam parte da Rússia Czarista; durante essa mesma guerra a Alemanha as ocupou por algum tempo, até que se rendeu em 1918. Nesse meio tempo os comunistas se apoderaram do controle do governo russo.

Os acontecimentos de 1917 e 1918 ensejaram aos povos das regiões que se transformaria naquelas repúblicas o estabelecimento de governos de sua própria escolha, o que foi conseguido após grandes sacrifícios. O governo comunista, chefiado por Lenine, tentou impedi-los, mas falhou. Em 1918, Lenine assinou o tratado de Brest-Litovsk, pelo qual era assegurado àqueles ex-territórios russos o direito de serem livres e independentes, a partir daquela data. Entretanto, quando a 2ª Grande Guerra começou, em 1939, a Rússia solicitou e obteve permissão das três repúblicas para deslocar forças vermelhas através de seus territórios respectivos. No ano seguinte esses países foram forçados a se juntar à URSS. Em 1941 as forças alemãs expulsaram os russos daqueles países, mas em 1945 o Exército Vermelho voltou novamente.

Tão depressa os comunistas retomaram o controle da Estônia, da Letônia e da Lituânia, começaram a submetê-las às táticas hoje corriqueiras. Agindo a mando de Moscou, a polícia secreta comunista iniciou a execução de um programa sistemático de extermínio de pessoas que podiam se levantar contra os planos soviéticos. Tais programas têm um nome especial — genocídio, palavra composta do grego "genos" = raça e do latim "didium" = matança, assassinato, significando, portanto, extermínio de raças, grupos, ou seja, assassinato em massa.

Judeus e proprietários de terras independentes e algumas vezes populações inteiras de aldeias ou distritos eram escolhidos pela polícia secreta e deportados para a Rússia ou para a Sibéria, caso sobrevivessem, para trabalhos forçados em verdadeiros campos de escravos. Há dados fidedignos que indicam o desaparecimento, das repúblicas bálticas, de cerca de 300 mil judeus, de uma população judaica de 300 e poucas mil pessoas. O que é isto senão genocídio?

O governo soviético, num segundo tempo, deslocou para os países bálticos cidadãos da URSS, para substituir os que haviam sido mortos ou deportados. Nunca se saberá ao certo o total de estonianos, letões e

lituanos que tiveram tal sorte, mas o total deve, certamente, exceder a casa de milhões. Um médico lituano, resumiu as atrocidades praticadas contra um grupo de cerca de 80 compatriotas seus demasiado velhos ou incapazes para os trabalhos forçados, da seguinte maneira, quando lhe perguntaram qual o fim desse grupo:

"O que poderia ter acontecido? Quem come tem que trabalhar. Quem não trabalha não come. Eles eram inválidos ou incapazes. Por que alimentá-los? Nós os afogamos."

Os comunistas, é claro, acabaram com a liberdade da palavra escrita ou falada, nesses países, e tentaram desorganizar a religião. Escolheram para seus ataques principalmente os católicos romanos da Lituânia e os luteranos da Estônia e Letônia. As propriedades da Igreja foram tomadas sob a acusação de prejuízo à "Segurança pública". Algumas igrejas foram utilizadas como cinemas, depósitos ou mesmo estabulos. Durante todo esse tempo a aparelhagem de propaganda comunista fazia o possível para dominar as mentes das populações subjugadas daquelas três repúblicas.

3 — Desaparece a Polónia livre

Quando terminou a 1ª Guerra Mundial a Polónia se tornou novamente uma nação livre e independente. Durante séculos o fôra anteriormente, mas em fins do século XVIII seus três vizinhos mais poderosos — Prússia, Áustria e Rússia — a dividiram entre si. Os poloneses tentaram, durante todo o século seguinte, retomar sua liberdade, por meio de revoluções, as quais entretanto, não obtiveram êxito. Somente em 1917, com a queda do Governo do Czar, aquele povo sofredor entreviu novas esperanças de recuperar a independência. Realmente, as forças polonesas, que lutaram ao lado da Alemanha e da Áustria, conseguiram expulsar os russos e dar liberdade à Polónia.

Em 1921, os poloneses adotaram uma Constituição e estabeleceram um sistema de governo até certo ponto calcado no sistema francês, mas as lutas internas continuaram; mesmo assim o comunismo não progrediu muito na Polónia. De súbito, a 1 de setembro de 1939, o país é invadido pelas forças de Hitler, dando início à 2ª Guerra Mundial; menos de um mês depois já os exércitos vermelhos, vindos do Leste, ajudavam a esmagar a brava, mas impotente resistência do país que, assim, se viu conquistado e dividido, com os alemães a Oeste e os russos a Leste. Posteriormente, os alemães se puseram em guerra com a URSS, conseguindo expulsar da Polónia as forças russas, mas, em 1944, a onda soviética rolou na direção Oeste, atravessando-a de novo.

Em fevereiro de 1945, na Conferência de Yalta, ficou assentado, entre os representantes dos EUA, URSS e Grã-Bretanha, que a Polónia deveria

ser independente, com um governo democrático próprio. Foi prometido pelo ditador comunista Stalin:

- que a Polônia teria eleições livres e os votos seriam secretos;
- as eleições seriam realizadas o mais cedo possível após o término da guerra;
- a todos os partidos políticos seria permitida a indicação de candidatos e a realização de campanhas políticas.

É claro que Stalin não tinha intenção de cumprir suas promessas. Em julho de 1944, sete meses antes da Conferência de Yalta, ele ordenara às forças russas na Polônia que não intervissem na luta de Varsóvia, onde um exército polonês de 40 mil homens se batia com as forças alemãs pela posse da cidade. Stalin havia se comprometido a ajudar os poloneses, mas, possivelmente preferia que acontecesse o que realmente aconteceu: o Exército polonês foi destruído e, com ele, a última oportunidade que restava à Polônia de resistir às forças soviéticas.

As tropas alemãs, à chegada das forças soviéticas, se retiraram da arrasada Varsóvia. Essas forças e a polícia secreta, em conjunto, conseguiram em pouco tempo submeter a Polônia. Membros do Partido de Camponeses e outros partidos não comunistas foram presos, seviciados, torturados ou assassinados. As prometidas eleições livres foram realizadas já em 1947, mas de livres só tinha o nome. Os comunistas dirigiram e ganharam as eleições, instalando-se na Polônia um governo inteiramente dominado por Moscou. Essa situação de controle absoluto perdurou até 1956, quando os comunistas poloneses, liderados por Wladyslao Gomilka, conseguiram que as garras do ditador da URSS se afrouxassem um pouco com relação à Polônia, o que significava que a ditadura soviética tivesse intenções de abdicar de seu controle.

Os comunistas fizeram na Polónia, com a liberdade da palavra e da imprensa, o que já tinham feito nas repúblicas bálticas; da mesma forma no que se refere à religião, quase destruindo a Igreja Católica Romana, atacando-a e aos sacerdotes. A perseguição atingiu o seu ápice em 1953, quando foi preso o Cardeal Wyzynski o mais alto dignitário do catolicismo na Polónia. Um relatório apresentado em 1954 ao Congresso Americano afirma que, na Polónia, "centenas de padres foram mortos, torturados ou aprisionados; dos 20 bispos católicos, 10 foram feitos prisioneiros; 2.000 sacerdotes se achavam nas prisões; 2.000 líderes católicos foram recolhidos a campos de concentração; 400 jovens seminaristas desapareceram".

Da mesma forma que nos países bálticos, as uniões livres de trabalhadores foram proibidas. Os camponeses foram obrigados a trabalhar em fazendas coletivas, dirigidas por membros do Partido ou capatazes por ele selecionados. A vida, nessas fazendas é sempre dura; os trabalhadores a elas têm que dedicar boa parte de seu tempo e a produção, é claro, vai para o governo. Mesmo as modestas colheitas de plantações particulares, feitas nas horas de folga dos trabalhadores é destinada a

prover as necessidades de suas famílias, são muitas vezes, cobiçadas pelo governo; os que a isso se opõem são mortos ou enviados para os campos de trabalho forçado, em número de 52 na Polônia, e onde se encontram cerca de 500 mil poloneses. Essa foi a forma de liberdade concedida à Polônia pela URSS.

4 — A Tcheco-Eslováquia se torna comunista

Nenhuma nação lindelra com a URSS acredita nas suas promessas de coexistência pacífica. A Tcheco-Eslováquia se tornou nação independente após a 1ª Guerra Mundial, em 1919, foi subjugada por Hitler em 1939 e, em 1948, os comunistas se apoderaram finalmente do governo. Para isso, durante os quase 30 anos que decorreram entre 19 e 48, agentes secretos treinados nos métodos comunistas, trabalhavam sistematicamente para derrubar o governo tcheco-eslovaco até que, liderados por Klement Gottwald, conseguiram se apossar de Praga e do país inteiro.

O que aconteceu à Tcheco-Eslováquia não é em nada diferente do que ocorreu nos outros países cujos governos caíram sob o controle comunista. Todos os partidos foram declarados ilegais; as fábricas e usinas, inclusive as grandes usinas siderúrgicas Skoda, bem como as minas, tiveram suas instalações tomadas pelo governo; terras de proprietários independentes foram transformadas em fazendas coletivas, sendo os camponeses obrigados a trabalhar. As uniões de trabalhadores desapareceram e seus operários tomaram diversos destinos. Todos os suspeitos de criarem problemas para o governo comunista foram enviados para campos de trabalhos forçados, dos quais, só na Tcheco-Eslováquia, existem mais de 70, com mais de 300 mil trabalhadores, miseráveis e meio mortos de fome. Há ainda muitos outros tcheco-eslovacos nos campos da Sibéria.

Sacerdotes e igrejas tiveram o mesmo destino que nos países bálticos e na Polônia. Criou-se um Ministério para os Assuntos da Igreja, por ordem de Moscou, que assumiu o controle de todos os assuntos religiosos na Tcheco-Eslováquia, criando o que denominaram de "Igreja Católica Nacional". Qualquer sacerdote, que deixasse de cumprir as ordens do Ministério, estava sujeito a prisão sem julgamento. Por volta de 1952 havia cerca de 3 milhares de sacerdotes nas prisões ou com sua liberdade de alguma forma restringida, enquanto 70% das igrejas católicas não dispunham de padres regulares. Pastores e igrejas protestantes tiveram a mesma sorte; somente podiam pregar os pastores que seguissem a linha do Partido.

5 — A Hungria cai sob as garras comunistas

A Hungria se tornou independente após a 1ª Guerra Mundial. Na década de 30 foi grande a influência de Hitler no país, e, assim, a Hungria formou ao lado da Alemanha na 2ª Guerra Mundial. O Exército Vermelho invadiu a Hungria em 1943 e os húngaros, embora resistssem, foram vencidos. Em 1946, a Hungria se tornou uma república. No ano

seguinte houve eleições gerais, nas quais os comunistas elegeram o maior número de representantes para a nova legislatura, conquanto não chegassem a constituir a maioria. Mas isso significava que os comunistas seriam indicados e assumiriam os mais importantes postos no gabinete húngaro, com aconteceu realmente. Era o que eles há muito procuravam e logo se puseram em ação. Os húngaros suspeitos de não seguirem a linha do Partido eram rapidamente removidos dos serviços públicos; a polícia secreta agiu, segundo seu usual programa de terrorismo. Já em 1950 a Hungria era tão independente de Moscou como qualquer das repúblicas que constituem a URSS, ainda que seja considerada como nação independente e seja, mesmo, membro da ONU.

Seguindo ordens de Moscou, os comunistas húngaros, em 1949, lançaram-se ao ataque à Igreja Romana, apossando-se de suas propriedades e perseguindo os membros do clero que se recusavam a seguir as diretrizes comunistas. Em apenas uma semana foram presos mais de 3 mil padres e freiras, enquanto cerca de 9 mil foram expulsos dos mosteiros e conventos. O Cardeal Mindszenky foi preso e, por um processo de tortura mental, obrigado a "confessar" os "crimes contra o povo da Hungria".

Todas as demais táticas usuais e implacáveis dos comunistas foram seguidas na Hungria: a imprensa e o rádio tiveram que seguir a linha do Partido; o governo assumiu o controle da indústria e da agricultura; as uniões de trabalhadores foram extintas. É, pois, de admirar-se que o povo húngaro tenha ânimo suficiente para se levantar em revolta, como aconteceu em 1956, dando ao mundo um símbolo extraordinário e brilhante da força dos homens que anseiam ser livres.

6 — Outros países conquistados pelos comunistas

Nos anos que se seguiram à 2ª Guerra Mundial os comunistas conseguiram colocar sob seu controle os governos da Albânia, da Alemanha Oriental, da Bulgária, da China, da Iugoslávia, da Romênia e de certas áreas da Ásia. Assim como as noites se seguem aos dias, os processos comunistas nesses países não fugiram à sua sequência rotineira.

Todos aqueles que podem ver notam que a "ditadura do proletariado" pregada e planejada por Marx e Engels, ou seja a ditadura dos trabalhadores, não é absolutamente verdadeira, pois a maioria dos indivíduos, no países onde o comunismo domine o governo, não têm oportunidade de se manifestar livremente. Na realidade, o comunismo é uma ditadura de uns poucos sobre a maior parte.

7 — Não há verdadeira liberdade sob o comunismo

Os comunistas e os países que vivem sob o regime do comunismo são governados por pequenos grupos de homens implacáveis, que objetivam conservar o poder concentrado em suas mãos. Para conseguir

seus objetivos, eles devem abafar qualquer centelha de liberdade onde quer que se manifeste. Por essa razão é que os ditadores da China Vermelha fizeram com os direitos e a vida humana o mesmo que os ditadores comunistas haviam feito na Alemanha Oriental, na Coreia do Norte, no Sudeste da Ásia e em todos os países onde o controle foi obtido.

Podemos estar certos de que, onde quer que os comunistas se apossam do poder, foi isso o resultado do trabalho de um grupo de homens cuidadosamente treinados pelo comunismo para esse específico fim. E uma das primeiras coisas que os agentes do comunismo farão ao se assenhorear do governo é suprimir todos os direitos e liberdades do povo.

Os direitos e liberdades que nos são tão caros, e aos quais já estamos de tal forma acostumados, como a liberdade de falar; a liberdade de escrever; a liberdade de religião; a liberdade de pensamento; a liberdade de trabalho; o direito a um julgamento honesto por um júri imparcial; o direito de escolher quem nos representará e falará no nosso nome no governo; tudo isso são liberdades e direitos que os povos sob domínio comunista não desfrutam, nem podem desfrutar.

Em nosso próximo número procuraremos responder à pergunta que ocorre a todos aqueles que se iniciam no estudo do combate ao Comunismo.

O QUE É O COMUNISMO?

Será este o assunto da 3ª Parte de nosso trabalho. Aguardamos correspondência de nossos leitores dando-nos suas impressões sobre as partes já publicadas. Não devemos nos esquecer que a linguagem e os exemplos com que apresentamos nosso trabalho visam facilitar a instrução de nossos conscritos. Quando conseguirmos que nossos soldados voltem a seus lares esclarecidos neste ponto, já teremos alcançado algo de positivo contra o Comunismo.

CEL AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES

OBRAS CIVIS

As principais obras civis programadas para 1960 englobaram a construção do Centro de Faturamento e a da Escola de Aprendizagem Industrial e Centro de Treinamento, em obediência ao recente Acôrdo que a Empresa celebrou com o SENAI, destinados ao treinamento, formação e aperfeiçoamento de seus aprendizes e empregados.

O Conjunto Industrial da Refinaria Presidente Bernardes constitui um dos principais laboratórios da PETROBRÁS para seleção, formação e treinamento dos empregados destinados a comporem os núcleos iniciais de operadores das novas Unidades Industriais.

Atualmente o número de empregados da Refinaria Presidente Bernardes ascende a cerca de 2.900 homens, muitos dos quais estão sendo devidamente treinados para constituírem as diversas equipes de operadores da Refinaria "Duque de Caxias" e da Fábrica de Borracha Sintética, em construção acelerada.

OLEODUTO

O abastecimento de petróleo para a Refinaria é feito por uma linha de 22" que atende também à Refinaria União (Capuava).

Cerca de 90% da produção atinge por esse meio o terminal de Utinga (São Paulo), a Usina Piratininga e o Pôrto de Santos (exportação de gasolina e querosene para os outros centros de consumo).

Até o presente o Oleoduto, a não ser o inconveniente de exigir o alívio dos superpetroleiros fora da barra, tem atendido satisfatoriamente às necessidades da Refinaria.

ATIVIDADES INDUSTRIAIS PARA 1960

I. Estimativa de Processamento

Unidade de Processo	Barris	BPDC	%
Petróleo Baiano	16.300.000	44.530	48.1
Outros Petróleos	17.640.000	48.200	49.9
Subtotal	33.940.000	92.730	98.0



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRAS — REFINARIA
PRESIDENTE BERNARDES

ASPECTO PARCIAL DAS ÁREAS DE TANQUES

Faturamento Bruto Cr\$ 26.200.000.000,00

Fábrica de Asfalto :

Petróleo Boscan	1.400.000	3.830	4.0
-----------------------	-----------	-------	-----

T O T A L	35.340.000	98.560	100%
-----------------	------------	--------	------

Faturamento Bruto Cr\$ 600.000.000,00

Fábrica de Fertilizantes :

Nitrocálcio — 68.700 toneladas

Faturamento Bruto Cr\$ 310.000.000,00

2. Conjunto Industrial de Cubatão

Faturamento Bruto Cr\$ 27.110.000.000,00

Economia de divisas : 43.000.000 de dólares.

Relatório da Diretoria Executiva da C. M. E. C. I. "A Defesa Nacional Ltda." do Ano de 1959

Cumprindo as disposições dos Estatutos que regulam as atividades de "A Defesa Nacional" — Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual, — sua Diretoria Executiva apresenta à Assembléia Geral Ordinária, o Relatório, Balanço Geral, e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos à gestão do ano de 1959.

Considerando que o aprimoramento da cultura de nossos compatriotas é o escopo principal de nossa Revista — "A Defesa Nacional" — procuramos, em 1959, vencer as dificuldades para manter o ritmo da edição mensal, tendo contado com os valiosos colaboradores: Coronel Golbery do Couto e Silva, Major Octávio Tosta da Silva, Major Amerino Raposo Filho e Capitão Diógenes Vieira da Silva, esperando que outros se alinhem para melhor eficiência da cultura profissional e geral.

Constituindo a publicação de anúncios e publicidade pagas, uma magnífica fonte de renda, a Diretoria Executiva procurou dar vida à Seção de Publicidade e com este intuito aceitou o concurso de um Oficial da Reserva que conseguiu, embora com alguma dificuldade, aumentar a receita neste setor, entretanto, deliberamos lançar mão da cooperação de oficiais destacados em outras Guarnições e assim nomeamos, para dirigir o trabalho, em São Paulo, o Tenente-Coronel J. Abreu Lins e no Paraná, o nosso antigo colaborador Capitão Diógenes Vieira da Silva, os quais, de reconhecida atividade e possuidores de vasta e boas relações entre industriais e comerciantes desses Estados, muito irão contribuir para atingirmos a meta desejada.

O aumento do custo do papel para a impressão da Revista nos obrigou a elevar o preço da assinatura anual da Revista para cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 150,00), o qual terá validade a partir de janeiro do ano de 1960.

Conforme se verifica da Estatística do ano financeiro de 1959, a receita arrecadada foi de Cr\$ 735.072,00 e a despesa atingiu a quantia de Cr\$ 733.167,00, tendo havido, portanto, um equilíbrio, o qual se deve

à inestimável contribuição de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros) feita pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra, importância essa que adicionada ao saldo de publicidade-anúncio resultou esta magnífica realidade cuja demonstração se verifica no adiante publicado sob o título: SOBRAS E PERDAS.

Mais uma vez consignamos os nossos melhores agradecimentos à Imprensa do Exército e ao Gabinete Fotocartográfico do Exército, pela atenção com que satisfazem nossos pedidos e a boa vontade sempre demonstrada em solucionar nossos problemas na confecção da Revista.

Pelo exposto, procuramos manter a nossa Revista dentro do conceito que desfruta no seio de nosso Exército há mais de 46 anos, bem como buscamos interessar as demais corporações — Aeronáutica e Marinha — jamais esmorecendo face aos percalços encontrados, já que aspiramos servir à "A Defesa Nacional", para bem servir às FORÇAS ARMADAS.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1960.

(a) General João Baptista de Mattos,
Diretor-Presidente

(a) Ten-Cel Danilo Darcy da Cunha e Melo,
Diretor-Secretário

(a) Ten-Cel J. Capistrano M. Ribeiro,
Diretor-Gerente

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1960

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, às dezesseis horas, em nossa Sede Social no terceiro pavimento da Ala Visconde da Gávea, Ministério da Guerra, teve lugar a Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Ltda., devidamente convocada por edital publicado na Imprensa local. Presentes os associados, Generais João Baptista de Mattos, Armando Batista Gonçalves, Renato Batista Nunes, José Salles, Coronéis Adailton Sampaio Pirassinunga, João Batista Peixoto, Tenentes-Coronéis João Capistrano Martins Ribeiro, Danilo Darcy da Cunha e Melo, Ruy Nogueira, Majores Amerino Raposo Filho e Octávio Tosta da Silva, de conformidade com os nossos Estatutos, assumiu a Presidência o Exmo. Sr. General João Baptista de Mattos que convidou para Secretário o Tenente-Coronel Danilo Darcy da Cunha e Melo, devido a ausência do titular desse cargo, Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, em serviço profissional fora do País. Às dezesseis horas o Exmo. Sr. General Presidente declarou aberto os trabalhos da Assembléia Geral Ordinária, tendo o Tenente-Coronel Secretário procedido a leitura do Relatório Anual da Diretoria Executiva relativo às atividades do ano social de mil novecentos e cinquenta e nove, do parecer do Conselho Fiscal, do Balanço Geral e demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas. Examinadas as contas relativas aos documentos acima citados pelos associados presentes, foram declaradas em perfeita ordem. Logo após, o Exmo. Sr. General Presidente anunciou que ia-se proceder à eleição do Conselho Fiscal para o ano de mil novecentos e sessenta. Recolhidos os votos, foram proclamados eleitos os seguintes associados: Para o Conselho Fiscal, General Armando Batista Gonçalves, Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga e Tenente-Coronel Darcy de Sá da Cunha e Mello e, para Suplentes, Coronel João Batista Peixoto, Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu e Major Nilton Freixinho. Nada mais havendo a tratar o Exmo. Sr. General Presidente deu por encerrados os trabalhos dos quais lavrei a presente ata que assino juntamente com o Exmo. Sr. General Presidente e Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro.

General João Baptista de Mattos,
Presidente

Tenente-Coronel Danilo Darcy da Cunha e Melo,
Secretário

Tenente-Coronel João Capistrano M. Ribeiro,

BALANÇO GERAL DO ANO DE 1959

ATIVO

Imobilizado:	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra	18.897,50	
Móveis & Utensílios	45.935,50	64.823,00
		<hr/>
Disponível:		Cr\$
Caixa		53.340,00
		<hr/>
		118.163,90

PASSIVO

Exigível:	Cr\$	Cr\$
Capital integralizado	30.420,00	
Associado c/juros	11.323,35	
Associados c/retorno	13.855,00	
		<hr/>
Consignatários — livros	4.922,70	60.521,05
		<hr/>
Inextigível:		
Fundo de Beneficência	9.854,20	
Fundo de Desenv. Social	17.794,00	
Fundo de Reserva	29.994,65	57.642,85
		<hr/>
		118.163,90

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1959.

(a) Arnaldo Gonçalves Pires,
Contador.(a) Tenente-Coronel João Capistrano,
Diretor-Gerente

DEMONSTRATIVO DA CONTA DE "SOBRAS & PERDAS"

TITULOS — DEVE — HAVER

DE — Publicidade — Anúncios:	Cr\$	
Saldo desta conta		225.544,00
DE — Renda eventual:		
Saldo desta conta		150.000,00
A — Revista "A Defesa Nacional":	Cr\$	
Prejuízo nesta conta	178.866,60	
A — Colaboradores:		
Saldo desta conta	9.800,00	
A — Honorários — Diretoria:		
Saldo desta conta	36.000,00	
A — Ordenados:		
Saldo desta conta	80.400,00	
A — Despesas gerais:		
Saldo desta conta	69.932,90	
A — Móveis & Utensílios:		
Depreciação nesta conta	574,50	
	<hr/>	<hr/>
	375.544,00	375.544,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1959.

(a) Arnaldo Gonçalves Pires.
Contador(a) Tenente-Coronel João Capistrano
Diretor-Gerente

PARECER do CONSELHO FISCAL relativo ao exame dos livros de Contabilidade e ao Relatório do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do ano de 1959.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, reunidos os membros do Conselho Fiscal, servindo de Secretário eu, Major Amerino Raposo Filho, sob a presidência do General Alberto Ribeiro Paz, foram examinados os livros de contabilidade e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao ano próximo findo, sendo tudo achado em ordem, pelo que o Conselho Fiscal é de parecer que o Balanço Geral e o Relatório do Conselho de Administração de 1959, sejam aprovados. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, que vai assinada pelo General Alberto Ribeiro Paz e Coronel Enio da Cunha Garcia, e por mim, Amerino Raposo Filho, Major, servindo de Secretário.

(a) General Alberto Ribeiro Paz,
Presidente

(a) Coronel Enio da Cunha Garcia,
Membro

(a) Major Amerino Raposo Filho,
Secretário